

**PRÁTICAS ALTERNATIVAS** [ UM ENSAIO PARA O POÇO ]



universidade federal do ceará  
curso de arquitetura e urbanismo  
**trabalho final de graduação**

**PRÁTICAS ALTERNATIVAS** [ UM ENSAIO PARA O POÇO ]

**amanda máximo alexandrino nogueira**

com orientação de almir farias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

N71p Nogueira, Amanda Máximo Alexandrino.

Práticas alternativas: Um ensaio para o Poço / Amanda Máximo Alexandrino Nogueira. – 2017.

169 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

1. Design de Interfaces. 2. Interfaces digitais. 3. Autogestão. 4. Assessoria Técnica. 5. Processo de projeto. I. Título.

CDD 720

---

universidade federal do ceará  
curso de arquitetura e urbanismo  
**trabalho final de graduação**

## **BANCA EXAMINADORA**

**prof. dr. almir farias**

orientador dau - ufc

**prof. dr. daniel cardoso**

professor convidado dau - ufc

**prof. dra. silke kapp**

professora convidada ea - ufmg

fortaleza, fevereiro de 2017

Ao Professor Almir Farias, pela paciente e cuidadosa orientação, bem como pelo encorajamento ao longo de todo este processo inconstante.

Aos professores Daniel Cardoso e Silke Kapp, duas grandes referências para a realização deste trabalho, pela generosidade em compartilhar e somar conhecimentos.

Aos professores e funcionários do DAU UFC, por todo apoio, trabalho e atenção. Ao Professor Pedro Eymar, por seu carinho e amizade, bem como a todos os funcionários do Museu de Arte e Cultura da UFC.

À toda minha família, o pilar que me apóia em todas as etapas da vida.

Sobre tudo aos meus pais, minha primeira fonte de conhecimento e minha fonte inesgotável de amor, por me fazerem quem sou.

Aos meus avós, pela felicidade de tê-los presentes, pelas mensagens de ternura e sabedoria.

Aos meus irmãos por serem meus melhores amigos. Estar ao lado deles é como brincar e ver sem pressa o tempo que não passa.

Às minhas cunhadas, por todo incentivo e carinho.

Aos meus sobrinhos, por despertarem os sorrisos mais sinceros, nossa perene graça.

Ao meu amor, meu companheiro, por abraçar meus sonhos e estar sempre ao meu lado.

Às minhas amigas, de sempre e para sempre, pelo companheirismo e cumplicidade.

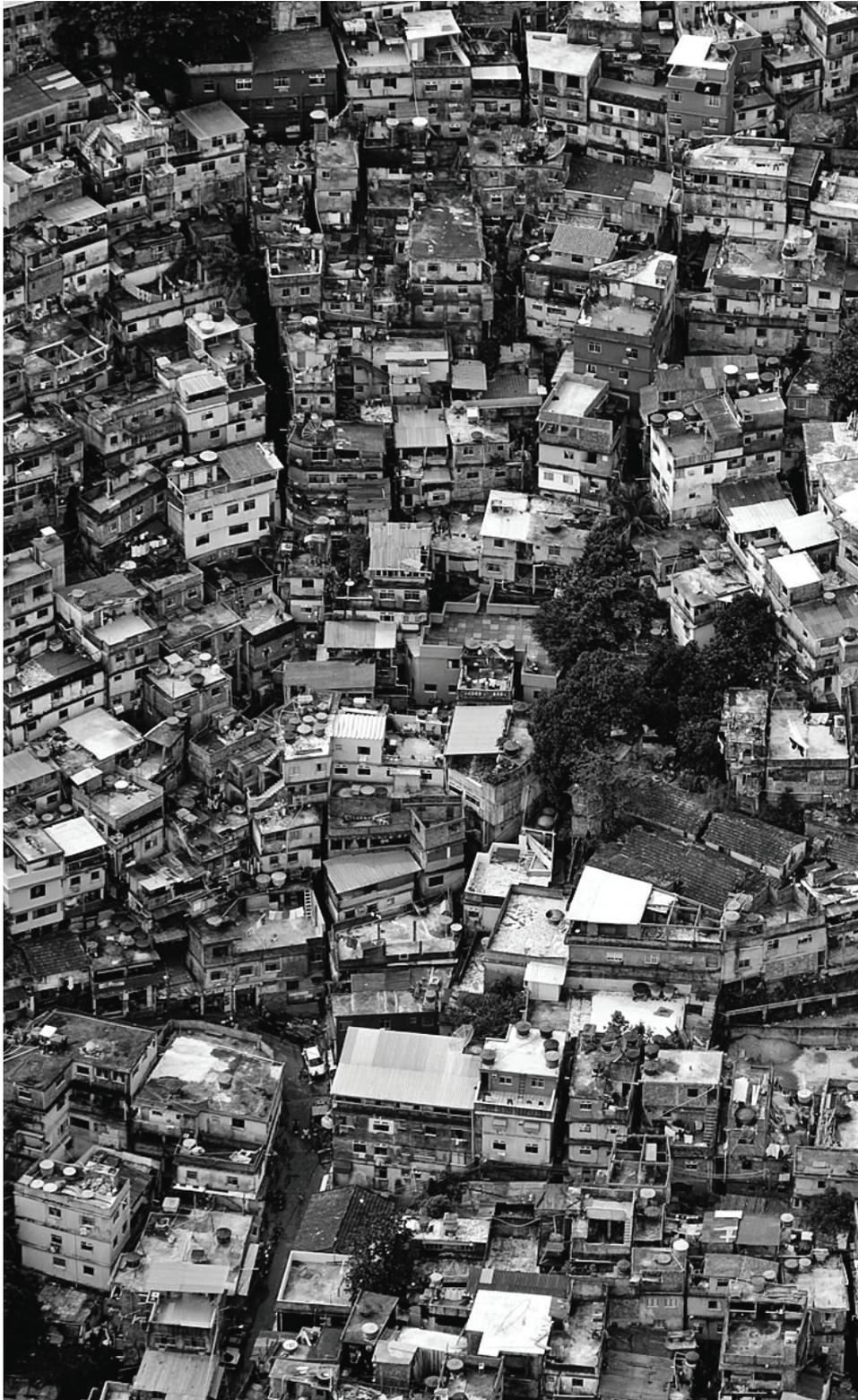
Aos amigos de profissão, pelas maravilhosas discussões e trocas que fizeram todos os dias desses últimos setes anos valerem a pena.

Aos amigos de outras terras, por juntos formarmos um novo lar.

À comunidade do Poço da Draga, ao amigo Sérgio Rocha, bem como a todos os membros do Movimento ProPoço, pela colaboração estreita e conselhos valiosos.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e da realização deste trabalho, o meu muito obrigada.

[1] Favela da Rocinha. Fonte: Shafir Image



**Urbaniza-se?**

**Remove-se?**

**Extingue-se a pau e fogo?**

**Que fazer com tanta gente brotando do chão, formigas de formigueiro infinito?**

**Ensinar-lhes paciência, conformidade, renúncia?**

**Cadastrá-los e fichá-los para fins eleitorais?**

**Prometer-lhes a sonhada, mirífica, róseo-futura distribuição (oh!) de renda?**

**Deixar tudo como está para ver como é que fica?**

**Em seminários, simpósios, comissões, congressos, cúpulas de alta vaniloquência  
elaborar a perfeita e divina solução?**

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

<b>apresentação</b>	<b>12</b>
<b>inquietações</b>	<b>16</b>
projeto urbano [crise da modernidade]	18
direito à cidade [direito à apropriação]	28
direito à memória [quem possui o direito de recordar?]	34
papel do arquiteto	38
<b>aproximação</b>	<b>48</b>
fortaleza [os primórdios da cidade]	50
poço da draga [as origens da comunidade]	51
inserção urbana	56
espetacularização x resistência [o poço que resiste]	64
primeiras visitas	68
narrativas dos moradores	74
movimento propoço	80
<b>crítica</b>	<b>94</b>
avanços e atrasos [a ordem inventada e a desordem vivida]	96
regularizar [o caso do poço da draga]	100
instrumentos urbanísticos	102
alternativas [práticas para uma arquitetura aberta]	106

<b>mediação</b>	<b>112</b>
contato com os moradores [conhecendo dona geralda]	114
análise espacial e construtiva	116
contato com o construtor [conhecendo o ivan]	122
elaborando opções	124
solução escolhida [hipóteses para melhoria contínua]	126
<b>interface</b>	<b>140</b>
<b>desdobramentos</b>	<b>162</b>
<b>bibliografia</b>	<b>166</b>

apresentação

01.

Inicialmente, o objeto de pesquisa deste trabalho seria a Praia de Iracema [bairro de potencial turístico onde está inserida a comunidade do Poço da Draga], berço histórico e industrial da cidade, lugar de contradições e conflitos. O objetivo seria mais uma proposta de requalificação urbana para a área, que por mais bem intencionada, seguiria os preceitos do macroplanejamento de cima para baixo. Prática que até então, ensaiei durante toda a minha graduação.

Conversas com meu orientador me levaram a reduzir a escala, o Poço da Draga estava ali, resistindo. Foi a primeira mudança de rota.

Poucos dias depois fui à comunidade para tentar conhecer suas lideranças, a Izabel Lima foi meu primeiro contato. Ela me apresentou a outros moradores e me contagiou com o entusiasmo e a força em que narrava as histórias de luta do Poço. Nas visitas seguintes, ela me apresentou ao geógrafo e também morador, Sérgio Rocha, que estava organizando um levantamento sócio-espacial da comunidade. Juntei-me ao grupo, formado pelo Movimento Pro-Poço, por alguns moradores e pesquisadores universitários.

Durante a pesquisa, aplicamos questionários, de casa em casa, a fim de coletarmos dados mais atuais, com a participação direta de muitos moradores, como instrumento de legitimação e defesa, frente aos dados levantados pelos órgãos públicos. Nesse caminho, inquietei-me com qual seria o meu papel, a minha contribuição, como futura arquiteta, diante da complexidade da realidade local.

Em minha vida acadêmica, as respostas eram uma análise, um diagnóstico, um programa de necessidades e uma intervenção. Contudo, quando perguntada, por moradores e pesquisadores do movimento, sobre do que se tratava meu projeto, os primeiros dilemas surgiram. Até então, pretendia fazer uma proposta de regularização urbanista para a área. Mas como envolver a comunidade nesse processo, se seria apenas meu trabalho de conclusão de curso? Como estabelecer parâmetros, em curto período de tempo, que removeria parte das casas do Poço, sem envolvê-los no processo? Aquilo me incomodava.

A cada visita semanal, percebia transformações na paisagem do Poço, feita pelos próprios moradores. A comunidade parecia uma obra sem fim, em dinâmica mudança. Casas que eram rebocadas, pavimentos que eram construídos, novos revestimentos que surgiam nas fachadas. O morador, dessa forma, com papel ativo na construção do espaço. Como poderia, então, transformá-los em receptores passivos de um projeto autoral, a partir das minhas perspectivas do que poderia ser melhor para eles?

Em meio a muitos questionamentos, as atividades de aproximação e interação com a comunidade, de leitura e de mapeamento se cruzaram ao longo de cada passo, possibilitando desvios e recomeços, na busca por alternativas produzidas colaborativamente. A divisão deste trabalho segue um pouco dessa história.

O corpo principal é desenvolvido em cinco etapas: Inquietações, Aproximação, Crítica, Mediação e Interface.

No primeiro capítulo, trago algumas inquietações que nortearam o trabalho. Abordo o projeto urbano da crise da modernidade à cidade global, para em seguida, nos tópicos direito à cidade e direito à memória, tratar das principais vulnerabilidades das cidades contemporâneas, como o problema da moradia, os crescentes processos de exclusão e de apagamento da memória. Por último, reflito, em meio a esses conflitos, qual o papel do arquiteto, tomando como base três proposições, levadas a cabo pelo grupo de pesquisa MOM [Morar de Outras Maneiras] da Escola de Arquitetura da UFMG.

No segundo capítulo, este trabalho vai adquirindo um tom de imersão aos conflitos e caminhos vividos pela comunidade. São apresentados também os resultados dos levantamentos feitos no âmbito do Movimento ProPoço.

A abordagem utilizada nas propostas dos capítulos seguintes busca ampliar e garantir não só a participação, mas a autonomia socioespacial, para que dessa forma os moradores realizem suas próprias ações e práticas alternativas de reflexão e produção do espaço. Nesse sentido, foram pensadas as etapas de crítica, mediação e interface, voltadas para a comunidade do Poço da Draga. Com a mudança de foco do objeto arquitetônico para o processo arquitetônico.

Na crítica, discute-se sobre a informalidade urbana e como as análises e os planos desenvolvidos pelo Poder Público agem no sentido de deslegitimar a comunidade. Por último são apresentados instrumentos urbanísticos para a regularização fundiária do Poço e possíveis alternativas críticas de se pensar arquitetura.

Na mediação, foi realizado um processo de assessoria técnica na casa de um dos moradores, através de uma metodologia participativa, envolvendo usuários e construtores. O projeto parte do princípio de obra aberta, que permite uma adequação contínua da casa às necessidades dos moradores. Nesse sentido, a interface foi pensada como uma ferramenta digital colaborativa, a ser disponibilizada via web e ampliada progressivamente pelos seus usuários. Este discurso é sustentado pela suposição de que o “acesso às ferramentas” pode tornar cada um seu próprio designer, promovendo soluções intuitivas, criativas e sustentáveis.

O envolvimento de diversas partes interessadas que operam com diferentes níveis de especialização implica que as contribuições assimétricas, se interconectadas em plataformas colaborativas, podem produzir artefatos verdadeiramente inovadores com base em uma inteligência de projeto coletiva e multivalente. Assim, nos últimos capítulos, são discutidas questões de autoria, participação, capacitação e empoderamento do usuário, bem como sua relação com ferramentas computacionais e novas técnicas de comunicação.

**inquietações**

02.

## projeto urbano

[crise da modernidade]

A modernidade, a qual tinha entre seus principais pressupostos a racionalidade, o progresso, a funcionalidade, o domínio da natureza e a precisão técnica, passou a partir dos anos 1950 por uma paulatina revisão crítica. Ao longo da década de 1960, diversas dessas correntes começaram a ser materializadas, ampliando a ideia de crise da modernidade.

Esses anos foram prolíferos em publicações de obras dedicadas à vida urbana, bem como à crítica ao urbanismo moderno ortodoxo, como: *A imagem da cidade* [1960], de Kevin Lynch; *Morte e vida de grandes cidades* [1961], de Jane Jacobs; *A Arquitetura da cidade* [1966], de Aldo Rossi; *Direito à cidade* [1968], de Henri Lefebvre; *Teoria e História da Arquitetura* [1968], de Manfredo Tafuri; *As cidades invisíveis* [1972], de Italo Calvino, entre outros.

Para o geógrafo David Harvey, a modernidade pode ser representada através da imagem da “destruição criativa”, a qual traz consigo dilemas modernistas, descritos pelo autor: “se o modernista tem que destruir para criar, a única maneira de representar verdades eternas é um processo de destruição passível de, no final, destruir ele mesmo essas verdades” [HARVEY, 1992, p.26]. Um dos exemplos dessa “destruição criativa” é o Plan Voisin [1925], de Le Corbusier, que pretendia romper radicalmente com a tipologia arquitetônica e a morfologia urbana preexistente, ao propor a destruição de 240 hectares do centro medieval de Paris, para a construção de um centro comercial e de negócios. Para Jane Jacobs:

**Para reforçar e intensificar a necessidade de uma nova ordem das coisas, os descentralizadores continuaram martelando na tecla do desprezo às cidades antigas. Não tinham curiosidade acerca dos sucessos das metrópoles. Interessavam-se apenas pelos fracassos. Tudo era fracasso. Um livro como *The Culture of Cities*, de Mumford, era em grande parte um catálogo mórbido e tendencioso de mazelas. A cidade grande era a megalópole, a tiranópole, a necrópole, uma monstruosidade, uma tirania, uma morta-viva. Deve desaparecer.**

[JACOBS, 2001, p.20]

O contexto das reflexões críticas de Jacobs ao urbanismo moderno eram as propostas de intervenção urbana nas áreas centrais das cidades norte-americanas, que tratavam-se de substituir setores urbanos consolidados por megaprojetos de reurbanização e “higienização” social e urbana. Para a jornalista, ao contrário das proposições modernistas, a essência das cidades reside na diversidade e pluralidade urbana, nos valores simbólicos, na expressão de uma memória coletiva, feita de pactos e tensões.

Uma das principais críticas de Jacobs ao planejamento urbano moderno é a sua abstração que o levaria para longe das “coisas comuns e cotidianas” [JACOBS, 2001, p.1]. Para a jornalista, a história do planejamento urbano pode ser lida como uma série de linhas teóricas, desde as propostas das cidades-jardins [1898] de Ebenezer Howard às idéias contidas na Ville Radieuse [1935] de Le Corbusier, com diferentes níveis de utopia e técnica, que justificam e impõem uma ordem apartada da cidade existente.

Mesmo com o projeto ético e social das vanguardas, de caráter político e humanista, pode-se afirmar que o urbanismo moderno estava impregnado de um profundo tecnicismo. O paradigma do crescimento ilimitado, a exploração dos recursos naturais supostamente inesgotáveis, a visão eurocêntrica do mundo e do suposto sujeito universal produziram um projeto urbano desvinculado do entorno e deslocado da sociedade.

Em “Una ciudad, una conversación”, o diretor de cinema Wim Wenders defende a existência de espaços marginais, não planejados, e reclama o valor da memória como força que remete o futuro. Como nas fotografias de Henry Cartier Bresson, Wenders reivindica a identidade dos lugares genuínos, carregados de valores simbólicos, em oposição ao desenho moderno uniformizador e à receita de zoning.

**O instrumento do zoning baseia-se na divisão da complexidade da cidade em partes suscetíveis de tratamento genérico e independente. Seguindo as premissas cartesianas, a cidade como problema é decomposta por zonas de maneira que funcione como uma máquina produtiva, dividida em partes**

[2] Jane Jacobs participando de um boicote na P.S. 41, em Nova York, fevereiro de 1964. Acervo: Fotógrafo Fred W. McDarrah



**monofuncionais conectadas por linhas de circulação. Assim o delírio máximo do racionalismo induz à tentativa de planejamento da imensa complexidade da cidade mediante sua decomposição em estruturas formais e funcionais simples.**

[MONTANER, 2012, p.59]

Nesse sentido, Lefebvre realiza sua crítica ao urbanismo moderno “como veículo de uma racionalidade limitada e tendenciosa, da qual o espaço, ilusoriamente neutro e não-político, constitui seu objeto” [LEFEBVRE, 2008, p. 148]. Ao se manter na esfera institucional, através de uma suposta lógica que desconsidera as contradições do espaço, não traz a discussão para a esfera do cotidiano, do que as pessoas querem, de como vivem.

A crítica dos anos 1950 e 1960 coincide com a eclosão de movimentos populares, alternativos e ecológicos, bem como com questionamentos ao modelo capitalista de desenvolvimento. Parte desses movimentos culminaram em 1957 com a criação da Internacional Situacionista, que exerceu valiosa influência nos anos 1960, antecedendo os movimentos sociais de 1968. Segundo Montaner, os situacionistas defendiam uma arquitetura sem arquitetos, propondo a criação de um ambiente urbano como obra de arte coletiva e síntese criativa de todas as atividades humanas [MONTANER, 2002].

Algumas produções, ao longo da década de 1960, representaram marcos na mudança de mentalidade que transfere a razão dos técnicos para os usuários, como: a exposição de fotografias e o respectivo catálogo *Arquitetura sem arquitetos* [1964], de Bernard Rudofsky, pioneiro ao exaltar a beleza, a capacidade de integração e de permanência das arquiteturas populares autoconstruídas; e o livro *Pessac* de Le Corbusier [1969], de Philippe Boudon, que analisa as transformações radicais feitas pelos usuários no complexo habitacional Quartier Frugès projetado, em 1927, por Le Corbusier, como um fenômeno positivo e vital, “expressão de uma idéia arquetípica de lar que sempre acaba aparecendo” [MONTANER, 2002, p. 128].

A partir da década de 1970, uma nova geração de arquitetos, engajada na participação dos usuários nos espaços públicos e privados,

desenvolveu diversas contribuições teóricas para essa “arquitetura sem arquitetos”, entre eles John N. Habraken, John F. Turner, Christopher Alexander, bem como merece ser referido neste trabalho o arquiteto brasileiro Carlos Nelson dos Santos.

Habraken, através da Teoria dos Suportes, define uma primeira alternativa aos conjuntos habitacionais de massa, marcados pela frieza, monotonia, repetição e falta de participação popular. Para o arquiteto holandês, a arquitetura residencial não deve ser entendida como produto acabado, mas como resultado de um processo no qual o usuário tenha papel ativo na tomada de decisões e na concepção do espaço. A sua proposta baseava-se na divisão da construção em dois estágios independentes: a decisão de responsabilidade coletiva, chamada de supports e a decisão de responsabilidade individual e familiar, chamada de infill, ou recheio.

Turner, a partir da observação da realidade das grandes cidades latino-americanas, publicou o texto *Todo o poder para os usuários* [1977], no qual defendia um modelo de autogestão que se afastasse do sistema heterônomo dominante, reconhecendo a capacidade que os usuários possuem para configurar seus próprios espaços.

As pesquisas do arquiteto e matemático Christopher Alexander, por sua vez, culminaram na elaboração de um novo sistema de composição arquitetônica: a pattern language ou linguagem de padrões [1977]. Trata-se de uma compilação de parâmetros projetuais com o objetivo principal de auxiliar a comunicação entre arquitetos e usuários em processos participativos. O principal legado do arquiteto é a autonomização do usuário, em prol de uma arquitetura personalizada, na qual os arquitetos desempenhariam papéis auxiliares na construção e não de técnicos especializados.

A estrutura abrange 273 padrões a serem utilizados nos processos de projeto de edificações, áreas externas e comunidades. Eles estão ordenados em três escalas diferentes - a cidade, os edifícios e a construção, apresentando sistemas construtivos alternativos e de autoconstrução - articuladas de acordo com uma malha de relações especiais.

No Brasil, o arquiteto Carlos Nelson do Santos destacou-se sobretudo pelo seu compromisso profissional de pensar a cidade a partir de uma

práxis transformadora. Seguindo o modelo de *settlement upgrading*, tendo como objetivo a potenciação da habitação informal, Santos envolve-se em projetos em áreas já consolidadas do Rio de Janeiro, como a favela Brás de Pina, através de um processo participativo, onde os moradores são convidados a desenhar suas casas, sendo acompanhados por arquitetos e outros profissionais.

Este rico legado, que de modo algum está esgotado na lista dos autores citados, coloca em primeiro lugar a perspectiva do projeto participativo como o caminho para uma inovação programática radical da arquitetura e alimenta as suposições de que o gênio coletivo é mais inventivo do que o gênio individual do arquiteto.

Segundo Charles Jencks, todavia, a crise do Movimento Moderno não foi evidenciada apenas por uma série de textos críticos e produções alternativas. Para o arquiteto, o final simbólico do modernismo e a chegada do pós-modernismo ocorreu em 1972, quando derrubou-se com dinamite o edifício de habitação Pruitt-Igoe em St. Louis, projetado segundo alguns axiomas modernos, como zoneamento funcional, unidades de vizinhança, separação da circulação de veículos e pedestres e uma estética geometrizarante.

Harvey [1992] aponta como componentes do marco do pensamento pós-moderno a “fragmentação”, a “indeterminação” e a “intensa desconfiança de todos os discursos universais”, caracterizando-se como um campo minado de noções conflitantes. O pós-modernismo, para ele, contrasta com a modernidade positivista à medida que busca a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras.

Para o geógrafo, foi na arquitetura urbana que o pós-modernismo produziu a ruptura com a ideia modernista de planos em larga escala, tecnologicamente racionais e eficientes. Contrapondo esse modelo modernista de pensar o planejamento urbano, Harvey afirma:

**Hoje em dia, é norma procurar estratégias “pluralistas” e “orgânicas” para a abordagem do desenvolvimento urbano como uma “colagem” de espaços e misturas altamente diferenciados, em vez de perseguir planos grandiosos baseados no zoneamento funcional de atividades diferentes. A “cidade-colagem” é agora o tema, e a “revitalização urbana” substituiu a vilificada “renovação urbana” como a palavra-chave do léxico dos planejadores.**

[HARVEY, 1992, p.46]



[3] Sequência da demolição do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, em 1972, considerado por Charles Jencks como o final simbólico do modernismo. Acervo: RAMROTH, William G. Planning for Disaster: How Natural and Man-made Disasters Shape the Built Environment. Kaplan Publishing: 2007, p. 166.

Como uma nova abordagem do tecido urbano fragmentado ou “palimpsesto” de sobreposição de períodos precedentes, os pós-modernistas propõem projeto mais do que planejamento, e que esse possa tornar-se “sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida” [HARVEY, 1992, p.69].

Contudo, Harvey alerta que ao explorar preferências estéticas diferenciadas e atender ao gosto do cliente, os arquitetos pós-modernistas fortaleceram códigos e símbolos de distinção social, da qual Bourdieu [1977] chama de “capital simbólico”, ou seja, a produção e a aquisição de bens de consumo que declarem o gosto e a distinção de quem os possui. Com isso, na arquitetura, nota-se, por exemplo, o enaltecimento da ornamentação e da decoração, e, na vida urbana, o aumento das fronteiras e das exclusões, onde a classe média se refugia em condomínios fechados, o mais longe possível das favelas, dos “bárbaros” ou classes perigosas, numa espécie de fortaleza neofeudal.

Na cidade global, especulativa e segregadora, as partes essenciais do urbanismo racionalista da *Carta de Atenas* - moradia, trabalho, entretenimento e circulação - foram dando lugar a urbanizações fechadas, centros terciários, shopping centers e rodovias que separam mais do que unem. Segundo Bauman [2009], no ambiente líquido-moderno de incertezas e medo, a criação de muros e fronteiras tornou-se uma obsessão e as relações sociais encontram-se extremamente ameaçadas. As cidades, ao invés de símbolos de convivialidade e segurança, transformaram-se em fontes de ameaça e de perigo constante. As ruas e os espaços públicos são evitados, assim como evita-se o contato com o outro, o diferente, o “estrangeiro”, visto como amedrontador.

Bauman enfatiza que nas cidades contemporâneas os sentidos e as identidades locais se encontram em confronto com os “poderes globais” ou supranacionais, os quais não operam segundo as leis locais, tampouco seus princípios. Assim, esses confrontos vão definindo a dinâmica das cidades na “modernidade líquida”, e juntamente com a quebra dos laços de comunidade, com a segregação-exclusão, levam a conflitos territoriais e inevitáveis “guerras urbanas” [BAUMAN, 2009].

Em meio ao horizonte sombrio das “cidades globais”, o sociólogo

parece não perder as esperanças, e sugere, como possibilidade de ação, transcender a sociedade que vê a diferença como um fator de conflito, movendo-se para a construção de uma cidadania que encontra na diversidade cultural a chave para ser um sociedade civil mais democrática e pluralista. Já para o sociólogo português Boaventura Santos [2001], em tempos pós-modernos, é preciso recuperar a esperança através de alternativas descentralizadas e locais, pois as incertezas geradas pela globalização podem gerar uma perigosa alienação social e senso de resignação.

Ao explorar novas perspectivas para o projeto urbano, Medeiros [2012] indaga-se sobre a possibilidade de usar a fragmentação pós-moderna a favor de projetos mais democráticos e inclusivos, ao reconhecer as peculiaridades de cada espaço construído e usá-las como vetores potenciais de transformação e produção do espaço.

A autora questiona-se ainda, a respeito do espaço afetivo, como seria possível a sociabilidade, as relações e a memória tornarem-se partidos para o projeto, e se as estratégias de participação dos moradores seriam capazes de alcançar este objetivo. Medeiros defende a necessidade dos usuários serem protagonistas do projeto, e não somente “receptores passivos de uma contribuição técnica” [MEDEIROS, 2012]. Essa abordagem participativa do projeto retoma a estratégia pluralista da cidade pós-moderna, presentes nas descrições de Harvey [1992], na qual só se desenvolve a partir de diferentes vozes, desejos e expectativas.

**A escassez de recursos, a contaminação, o desequilíbrio e o aquecimento global colocaram totalmente em cheque o paradigma do progresso e do crescimento ilimitados. É imprescindível uma nova forma de gerir e projetar a arquitetura e o urbanismo, uma nova forma essencialmente bottom-up (a partir da base), que leve em conta a diversidade de pessoas e de contextos e que saiba integrar tais dados a projetos que já não podem se basear em imposições a priori, mas que devem estar na base de uma dinâmica mais democrática da sociedade.**

[MONTANER,2012, p.11]

A conectividade em tempo real, a onipresença, o acesso ilimitado a grandes fluxos de informação e conhecimento, também alteraram a forma como nos relacionamos e trabalhamos uns com os outros. Apesar dessas rápidas mudanças sociais e tecnológicas, os processos

de planejamento urbano continuam, em sua maioria, monótonos, burocráticos e insensíveis ao modo como os seres humanos vivenciam a cidade.

Existe uma necessidade premente de uma mudança de paradigma no planejamento urbano. No mundo conectado de hoje, o design urbano não pode mais ser abordado a partir de uma perspectiva singular, mas deve resultar de uma rede aberta e da atuação de múltiplos atores. Para que dessa forma, a memória, as relações de poder e sociabilidade, e todos os seus desdobramentos formais e de resistência, possam emergir como possíveis fontes para uma autêntica forma de produzir o espaço.

## direito à cidade

[direito à apropriação]

**A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da “cidade oficial.” Ela não cabe nas categorias do planejamento moderno/funcionalista pois mostra semelhança com as formas urbanas pré-modernas [...] Ela não cabe também no contexto do mercado imobiliário formal/legal, que corresponde ao urbanismo modernista. Ela não cabe ainda, de modo rigoroso nos procedimentos dos levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa de dados, o IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. E, por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (serviço público de emissão de alvarás e habite-se de construções), frequentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência.**

[MARICATO, 2002: 122]

A Organização das Nações Unidas estima que, em 2050, 3 bilhões de pessoas viverão em favelas. Atualmente, 1 bilhão [31.6%] de pessoas vivem na informalidade. No Brasil, a taxa é ainda maior, representa 40,5% do total de domicílios urbanos brasileiros, o equivalente a 16 milhões de famílias, das quais 12 milhões obtêm renda mensal menor do que 5 salários mínimos (ROLNIK apud DENALDI, 2009).

O que é informal, nesse sentido, é o que não passou pelo crivo do tecnicamente planejado ou projetado, normatizado ou mesmo tornado lei. Fugir ao senso comum e aos padrões técnico-científicos é a sina do informal. Em muitos casos, as dificuldades técnicas, que geram insalubridades ou instabilidades de muitas das construções encontradas em ocupações informais, ratificam a sua oposição ao senso comum. Contudo, não se trata simplesmente de corrigi-las como quem corrige um verbo mal regido. Faz-se necessário compreendê-las antes de tudo, perceber sua própria lógica, os comportamentos, hábitos, manifestações existentes em toda a complexidade de relações de um lugar. Assim é possível perceber o que realmente é necessário melhorar e o que é fundamental permanecer.

Em *Direito à cidade*, Henry Lefebvre faz a seguinte afirmação:

**Apesar das boas intenções humanistas e das boas vontades filosóficas, a prática caminha na direção da segregação. Por quê? Por razões teóricas e em virtude de causas sociais e políticas. No plano teórico, o pensamento analítico separa, decupa. Fracassa quando pretende atingir uma síntese. Social e politicamente, as estratégias de classes (inconscientes ou conscientes) visam a segregação (...) As segregações que destroem morfológicamente a cidade e que ameaçam a vida urbana não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais. Contentemo-nos com indicar que o caráter democrático de um regime é discernido em relação à sua atitude para com a cidade, para com as “liberdades” urbanas, para com a realidade urbana, e por conseguinte, para com a segregação.**

[LEFEBVRE, 2008, p.99]

Essa segregação pode ser encontrada nas denominações utilizadas pelo Estado, ratificado pela própria comunidade acadêmica, como o termo assentamento precário, destinado às mais diversas formas de irregularidade urbana. O sentido pejorativo e estigmatizado encontrado nesse termo impõe a instabilidade da existência daquela comunidade. Em muitos discursos, seguido do precário, vem o remover, o retirar ou mesmo o limpar. O que parece ser um mero jogo de palavras é uma forma de exercício do poder simbólico, com fortes consequências para os sujeitos nomeados e as práticas sociais que dizem respeito [BOURDIEU, 1989].

Por essa razão, são chaves os momentos, na história da arquitetura e do urbanismo, de valorização dos fenômenos urbanos não regulamentados e de defesa ao urbanismo denominado informal, em oposição à prática heterônoma de construção de moradias produzidas em série. Como exemplos, entre as décadas de 1960 e 1970, o antropólogo Oscar Lewis, em *Antropologia da pobreza*, bem como o já citado arquiteto John F. C. Turner, em *Todo o poder para os usuários*, foram importantes defensores da autoconstrução e da liberdade do usuário nesse processo [MONTANER, 2015].

Pouco a pouco, percebeu-se que não se deve erradicar as favelas, mas dotá-las de infraestrutura urbana, consolidá-las e melhorá-las para que sejam mais dignas, reconhecendo toda a cultura estabelecida junto

ao lugar e entre seus moradores, garantindo o direito de permanecer no bairro autoconstruído e de manter seus laços sociais e afetivos.

Apenas em casos extremos, isto é, em áreas alagáveis ou em encostas com riscos de desmoronamentos e contaminações, justifica-se o desalojamento, já que o local pode oferecer danos irreparáveis à vida dos moradores. Todavia, para manter uma favela incorporada à cidade formal e evitar processos de substituição social após uma intervenção urbana, faz-se necessário manter tipologias e morfologias. A estratégia é impossibilitar que lotes sejam adquiridos e somados por construtoras com interesse em alterar a escala urbana para que serviços ou comércios atendam a públicos maiores, de classes mais altas, de modo a gerar uma dinâmica que incite a gentrificação.

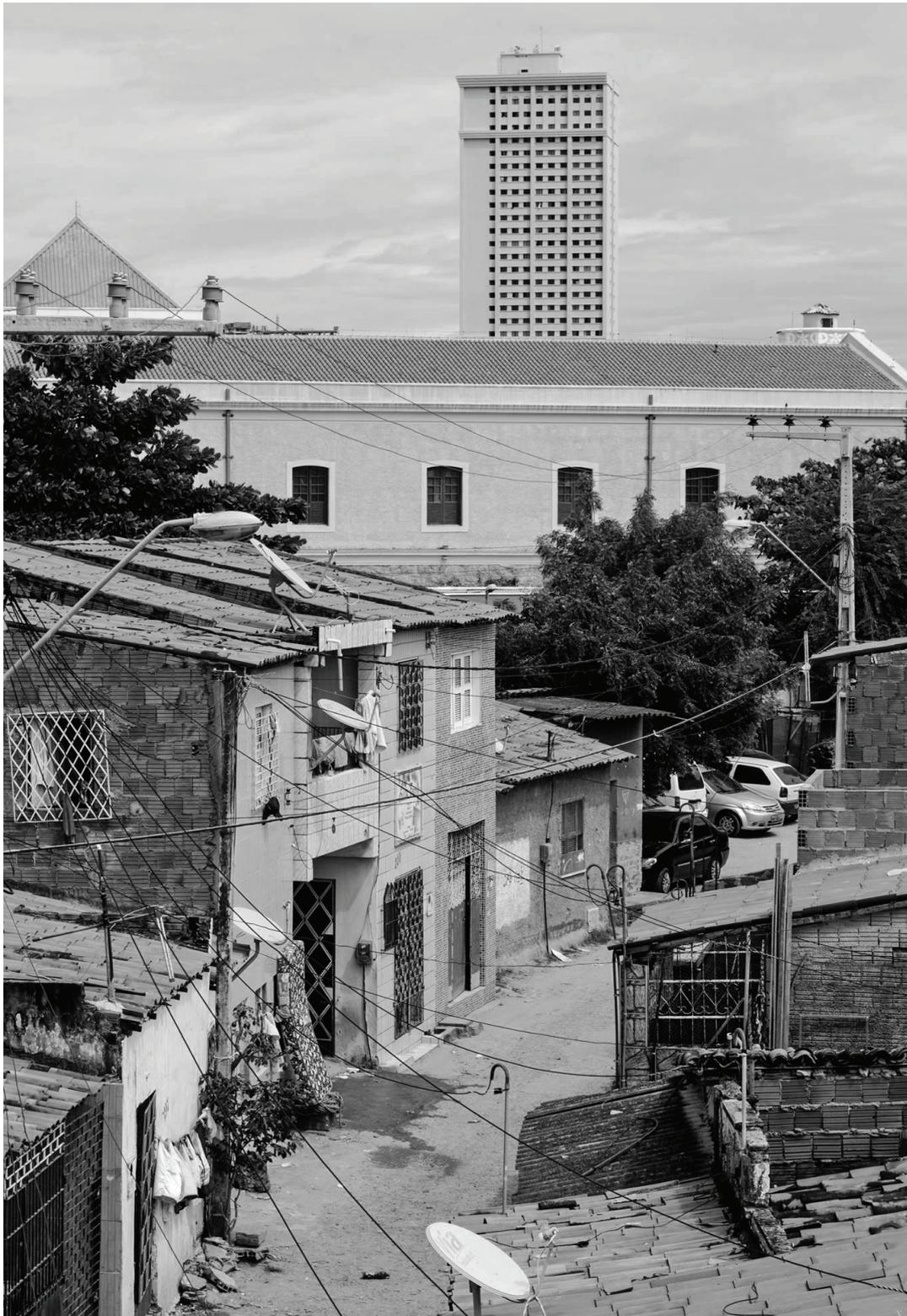
A grande questão das favelas, portanto, é encarar seus desafios com um urbanismo autenticamente participativo. Ter planos e ações que reforcem o caráter sustentável das construções, tanto do ponto de vista econômico, como cultural e social, reconhecendo as diversidades, e também o aspecto ecológico. Para isso, deve-se buscar práticas alternativas e autônomas, como: consumo local e responsável, possibilidades de cooperativas de crédito e de moradia, slow food, banco local, entre outras. O caráter participativo e sustentável desse processo é uma maneira de adequar-se à lógica do lugar, compreendê-lo, perceber suas reais demandas, seus potenciais e trabalhá-lo de modo a permitir que seus maiores desafios possam ser compreendidos e solucionados de dentro pra fora. Assim, o urbanismo de baixo para cima [bottom up], de autoprodução e autogestão, necessitaria de um empenho ético, de reconhecimento das diversidades, em direção a uma democracia realmente participativa.

Para Lefebvre:

**A autogestão é definida como os saberes e o controle [no limite] por um grupo – uma empresa, uma localidade, uma área ou uma região – sobre as condições da sua existência e da sua sobrevivência em meio à mudança. Por meio da autogestão, esses grupos sociais são capazes de influenciar a sua própria realidade. [...] O crescimento da democracia é assim: ou a democracia entra em declínio – ou o direito à autogestão é trazido à definição da cidadania.**

[LEFEBVRE, 2003, p. 252]

[4] Contrastes entre a Praia de Iracema e o Poço da Draga, na cidade de Fortaleza.  
Acervo: Luiz Alves



**Temos sido incrivelmente imaginativos em tudo o que diz respeito à técnica e à ciência. Mas quando se trata de mudanças nos arranjos sociais, tem nos faltado totalmente a imaginação**

[FROMM, 1958]

O filósofo e sociólogo francês, na obra-manifesto *Le droit à la ville* [1968], ancorava o direito à cidade na reivindicação da vida cotidiana, no direito à imaginação e realização do espaço social.

**O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra [à atividade participante] e o direito à apropriação [bem distinto do direito à propriedade] estão implicados no direito à cidade.**

[LEFEBVRE, 2008, p. 135]

Trata-se de ampliar e garantir não só a participação, mas a autonomia socioespacial, para que dessa forma os moradores realizem suas próprias ações e práticas alternativas de produção do espaço. Questionar-se que cidade desejamos ter, da mesma forma como nos questionamos o que desejamos nos tornar [HARVEY, 2013] e explorar cenários futuros para uma cidade em que os cidadãos possam ser protagonistas, produtores e não apenas receptores, consumidores.

As políticas públicas habitacionais e urbanas no Brasil estão longe de ter essa compreensão. Na grande maioria, reproduzem grandes conjuntos habitacionais, em áreas periféricas e mal dotadas de infraestrutura, compostos por unidades-padrão, que não reconhecem a diversidade de composições familiares. Os espaços públicos são tratados como resíduos entre as edificações. Já os programas de assistência técnica tendem a reproduzir padrões da cidade formal, também heterônomos. A população embora seja convidada a participar, tem pouco ou nenhuma influência na tomada de decisões, muitas vezes já prefixadas a priori pela equipe técnica. Kapp [2012] indica que em lugar de congelar a cidade histórica e “tecnificar” a favela, talvez haja maneiras para que diversidade e imprevisibilidade existam sem precariedade.

**Todos os exemplos citados apontam para uma arquitetura e para um urbanismo da complexidade e da diversidade, pensados para reforçar os laços dentro da comunidade, com projetos que favoreçam a inter-relação, potencializem a igualdade e a justiça, baseiem-se na participação e na intervenção dos usuários e que sejam mais sustentáveis por tentarem levar em consideração as condições do lugar, a cultura, os imaginários, as necessidades e os movimentos de seus habitantes.**

[MONTANER, 2015, p.225]

[5] Dia a dia dos moradores do Poço da Draga, no ensaio Entre Olhares. Acervo: Fotógrafo Txai Costa e Mendes



## direito à memória

[quem possui o direito de recordar?]

Para tornar-se mais competitiva no turismo globalizado e atrair investidores internacionais, as cidades investem em políticas públicas e projetos de revitalização urbana, inserindo novos equipamentos - denominadas “iscas culturais” por Otília Arantes [1998] - de forte apelo imagético e icônico. A estratégia é criar uma imagem singular de cidade, mas ao mesmo tempo esquematizada e simplificada, mais facilmente transmissível em campanhas publicitárias. O grande paradoxo é que quanto mais globalizada, mais precisará seguir um padrão internacional extremamente homogeneizador, visando o turista internacional e não o habitante local, anulando as possibilidades dessas cidades se diferenciarem cultural e socialmente.

Otília Arantes [1998] denomina como “culturalismo de mercado” o uso da cultura como estratégia principal nas políticas e projetos urbanos contemporâneos. Os principais alvos de intervenção para o turismo são áreas centrais urbanas, portuárias e industriais desativadas, áreas que a princípio deveriam preservar a memória e a herança coletiva. Todavia, os grandes investidores financeiros e imobiliários buscam por terrenos livres de qualquer conflito, espaços desencarnados, para poder implantar uma cidade genérica e homogênea. Criam-se entornos hiper-reais, cenários “sanitarizados” e apolíticos, e os habitantes transformam-se em simpáticos figurantes. Na maioria das vezes, inclusive, a população local, guardiã das tradições culturais, é expulsa da intervenção pelo processo de gentrificação.

A tendência geral é o apagamento da memória plural e complexa [e sua substituição por uma falsa memória], o empobrecimento da experiência urbana e da vivência afetiva dos seus habitantes, com a intenção de enfraquecer as redes sociais que poderiam se opor a determinados projetos urbanos, políticos e econômicos. Novas identidades coletivas são criadas, simples, acríticas e segredadoras - fenômeno no qual Jacques [2004] denomina espetacularização urbana.

Segundo a arquiteta [2004], a transformação dos espaços urbanos em cenários para espetáculos turísticos está diretamente relacionado a uma diminuição tanto da participação cidadã quanto da experiência corporal das cidades enquanto prática cotidiana.

**Quanto mais passivo [menos participativo] for o espetáculo, mais a cidade se torna um cenário, e o cidadão um mero figurante; e no sentido inverso, quanto mais ativo for o espetáculo – que no limite deixa de ser um espetáculo no sentido debordiano –, mais a cidade se torna um palco e o cidadão, um ator protagonista ao invés de mero espectador.**

[JACQUES, 2004, p.26]

Assim, essa prática não só ameaça o patrimônio histórico, como arrasa a vida comunitária, principalmente nas favelas autoconstruídas, pois quando os investidores e construtores cobiçam o solo que estas ocupam, em tecidos centrais e estratégicos, as eliminam mediante à expulsão paulatina dos seus moradores, desalojando-os para periferias mais afastadas. Segundo Lefebvre:

**Desse modo, o fenômeno urbano é profundamente transformado. O centro histórico desapareceu como tal. Tudo o que resta são, por um lado, o centro de poder e de tomada de decisão e, por outro, espaços falsos e artificiais. É verdade, é claro, que a cidade permanece, mas apenas como museu e como espetáculo. O urbano, concebido e vivido como uma prática social, está em processo de deterioração e, talvez, de desaparecimento.**

[LEFEBVRE, 2008, p. 567]

Na pós-modernidade, porém, a visão totalizadora da cidade, a admiração pelo projeto tecnocrático e a crença no racionalismo, parecem ter sido substituídos por uma espécie de hiper-realismo que procura enfatizar a pluralidade, a sensibilidade das minorias, a aceitação de vozes diferentes e a valorização do cotidiano. Enquanto na década de 1960 acreditava-se no conceito ideal de memória coletiva, na contemporaneidade, esse conceito foi se desconstruindo em duas vertentes diferentes: de um lado, por parte do sistema dominante de produção, reforçaram-se os mecanismos de apagamento e substituição da memória, e, por outro lado, por parte dos movimentos sociais, questionaram-se a memória construída pela narrativa oficial, presente nos “centros históricos”, em defesa da diversidade de outras memórias existentes, presentes em outros centros, mesmo que locais ou quase familiares. Essa vertente reconhece que a história não é um elemento imparcial e as diferentes

formas de sua narrativa devem ser questionadas de maneira a revelar as injustiças e as segregações a serem denunciadas.

**Essa questão chave da memória urbana traz consigo muitas perguntas: quem possui o direito de recordar? Que grupo ou classe social, dos diversos que confluem em cada cidade, tem o poder de definir a memória? Como cada cidade vai construindo seu imaginário à custa da ênfase em alguns aspectos e do esquecimento dos outros? Perante todos esses fenômenos, a profissão da arquitetura tem a responsabilidade de decidir se contribui para essa destruição da memória ou se propõe a si mesma uma defesa do patrimônio histórico e local.**

[MONTANER, 2015, p. 161]

Em relação ao turismo, não se trata de negá-lo, mas como aponta André Corboz [2001], o sistema turístico pode ser reproposto de uma forma global, respeitando e enriquecendo os sistemas preexistentes, de modo que reforce a realidade de palimpsestos e da cidade como hipertexto, e que, ao invés de segregar, possa integrar e enriquecer a realidade existente.

[6] Dia a dia dos moradores do Poço da Draga, no ensaio Entre Olhares. Acervo: Fotógrafo Txai Costa e Mendes



## papel do arquiteto

Antes de abordar as possíveis alternativas para a arquitetura e suas relações com as questões da cidade contemporânea discutidas nos tópicos anteriores, é fundamental destacar uma análise do seu significado, citado por Kapp et al. [2008] através de três principais pontos:

ARQUITETURA E SEU “CAMPO” o termo campo, para Bourdieu [2004, p.337-361], representa um espaço simbólico, no qual as lutas dos agentes determinam, validam e legitimam as representações. Em arquitetura, seria o espaço social onde se relacionam arquitetos, estudantes e professores universitários, agentes que compartilham interesses em comum, adquirindo e disputando poderes, legitimados e consolidados por suas ações. Dessa forma, agir de determinadas maneiras ou ter objetos específicos significa dispor de capitais – cultural, simbólico, econômico e social – que fazem os arquitetos se distinguirem das demais pessoas do mesmo campo e de outros.

ARQUITETURA COMO REPRESENTAÇÃO DO PODER a partir da análise da teoria de Bordieu, o australiano Garry Stevens entende que a produção arquitetônica, desde o Renascimento, distanciou-se da construção concreta de edificações e focalizou em seus desenhos e concepções abstratas como produto. Seguindo esse raciocínio, o autor aponta ainda que o arquiteto dedicou-se mais profundamente a conceber projetos como representação do poder, em contraste com o reduzido empenho na construção de espaços adequados ao cotidiano das pessoas comuns. STEVENS [2003 apud KAPP et al., 2008].

ARQUITETURA COMO PROCESSO nela, foca-se no processo e não no produto acabado. Ao contrário do que foi definido no item anterior, trata-se arquitetura enquanto “transformação do espaço pelo trabalho humano”, independente da presença do arquiteto, do plano ou do projeto. Ela inclui os espaços comuns do cotidiano.

A segunda, a qual costuma-se denominar “verdadeira arquitetura”,

frequentemente publicada em revistas especializadas, é tida como uma abordagem que privilegia a autoria e a criação artística [KAPP et al., 2008]. Já a última privilegia a participação das partes interessadas, construtores e usuários, em todo processo de projeto, construção e uso, renunciando o ideal de autoria e de suas idiossincrasias criativas para dar voz e autonomia aos múltiplos atores envolvidos.

A intenção em debater esses antagonismos, ora arquitetura como espetáculo, ora arquitetura como experiência, não é desqualificar uma abordagem e nem substituí-la por outra, mas buscar novas práticas alternativas que se coloquem além dos limites estabelecidos pelos campos disciplinares tradicionalmente estabelecidos e apontem para uma arquitetura de complexidade e diversidade.

Para Kapp et al. [2008] uma inquietação com relação à “arquitetura como processo” ou “mera construção”, como muitas vezes é denominada, é levantada da seguinte forma: “se qualquer transformação do espaço humano é considerada arquitetura, o que restaria para o arquiteto?”. A resposta consiste em três proposições, levadas a cabo pelo grupo de pesquisa MOM [Morar de Outras Maneiras] da Escola de Arquitetura da UFMG, as quais deverão ser base para todo este trabalho:

**Em primeiro lugar, o constante e incisivo exercício da crítica, tanto teórica quanto prática; em segundo lugar, a mediação, se e quando for desejada; e, finalmente, a produção de interfaces que auxiliem quaisquer pessoas a realizar suas próprias ações críticas sobre o espaço.**

[KAPP et al., 2008, p.03]

## papel do arquiteto

[crítica]

Uma das propostas contidas no trabalho de Kapp et al. [2008] é a do arquiteto como um crítico. Para a autora, o crítico não necessita ser propositivo, haja vista sua maior contribuição consistir em emitir juízos interpretativos e elucidativos, tão caros à comunidade profissional, e desestabilizar o status quo, ao suscitar discussões sociais a respeito de suas mais profundas questões.

**Ninguém argumentaria que uma doença, por exemplo, não deveria ser descrita e debatida até que haja cura. Mas quando se trata de questões sociais e práticas, justamente essa lógica é aplicada a todo momento, inibindo protestos, desqualificando oposições e suprimindo discussões. A inconsistência disso é evidente: se uma crítica focada na dominação e na heteronomia [e toda crítica séria é, em última análise, focada em dominação e heteronomia] fornecesse imediatamente uma nova “solução”, não estaria fazendo mais do que reproduzir o caráter prescritivo do próprio objeto da crítica.**

[KAPP et al., 2008, p.11]

Em 1937, a partir de um ensaio-manifesto intitulado Teoria Tradicional e Teoria Crítica, Horkheimer defende uma teoria que não se furte a refletir seu papel na sociedade e incorpore essa reflexão em suas abordagens. O trabalho teórico ou científico, para o filósofo, é entendido como uma forma de práxis social, que pode ter um intuito transformador e emancipatório.

Adorno e Horkheimer lançaram críticas à base da cultura do século XX, cujas premissas eram os valores iluministas de liberdade e igualdade, aplicadas na ciência moderna. Contudo, essa ciência produziu poucos efeitos contra os males do século ou, pelo contrário, até os incitaram, servindo mais à produção do lucro e se distanciando cada vez mais dos problemas sociais.

Na arquitetura, caberia propor o que já se encontra em pensamentos de Lefebvre, com a teoria da produção social do espaço, ou a teoria das relações de dominação entre canteiro e desenho, de Sérgio Ferro, cuja identificação com a Teoria Crítica é patente. Ferro [1979] lança críticas que, no contexto de mais-valia do sistema capitalista, a

produção arquitetônica é tida como mercadoria e o projeto é utilizado como instrumento para a divisão do trabalho no canteiro, alienando o trabalhador do conhecimento do produto, tido apenas pela figura do arquiteto, que detém toda a autoridade intelectual do processo.

Nesse sentido, Kapp et al. [2004] corrobora à crítica de Sérgio Ferro ao demonstrar que o processo convencional de produção arquitetônica, dividido em demanda, projeto, construção e uso [etapas separadas de forma bem distinta], não funciona, pois em todo processo considera-se que as etapas não devem se cruzar sem a arbitragem do arquiteto, o que em regra não acontece. As falhas e ruídos do processo são imputados ao construtor que não seguiu o projeto, ao usuário que fez alterações segundo suas novas demandas, às mudanças de uso, que não se paralizaram no tempo desde o estabelecimento do “programa de necessidades”, entre outros. Kapp et al. [2004] alerta ainda que o problema está na estrutura e não nas suas frestas, está na tomada de decisões em poder apenas do arquiteto, que impede que o projeto seja modificado por quem o constrói ou usa, em prol de sua autoria.

Por fim, em seu trabalho intitulado “Por que Teoria Crítica da Arquitetura”, no que se refere à crítica como necessária para a autonomia, sobretudo a respeito da capacidade de tomada de decisões sobre a produção do espaço, Kapp propõe:

**Todos os indivíduos e todos os grupos têm, ao menos potencialmente, a capacidade de tomar decisões sobre o espaço que usam. Nenhum mecanismo social de criação de necessidades é absoluto e sempre existe a possibilidade de recusa ou de invenção de novos modos de uso. No entanto, a recusa e a invenção subjetivamente possíveis são, com frequência, objetivamente impossíveis. A antecipação das decisões dos usuários no projeto [por exemplo, com métodos estatísticos] tende a aumentar essa impossibilidade objetiva em lugar de promover a autonomia. A mesma coisa vale para a estanqueidade entre as etapas de construção e de uso dos espaços arquitetônicos, isto é, para a idéia de que os espaços só devem ser “entregues” ao uso depois de “prontos”.**

[KAPP, 2005, p.163]

## papel do arquiteto

[mediação]

**Se estivermos realmente interessados numa sociedade livre, deveríamos mudar a perspectiva e privilegiar a autonomia das pessoas afetadas pela prática arquitetônica sobre a autonomia dos arquitetos. A única norma para a arquitetura seria uma norma negativa: um objeto ou processo é tanto pior quanto mais restringe a autonomia de indivíduos ou grupos primários, ou quanto mais impõe dependências de um sistema mais amplo, de instituições ou de intervenções. Por outro lado, o ideal, nessa perspectiva, seria emancipar usuários e trabalhadores, revertendo sua separação em funções econômicas de meros consumidores ou mera mão-de-obra.**

[KAPP et al., 2008, p.18]

Seguindo os princípios definidos no item anterior denominado “Crítica”, a prática arquitetônica deverá servir como mediação em apoio à autonomia dos usuários que usufruirão do espaço construído.

A autoconstrução que ocorre nas favelas é fruto de sua posição economicamente marginal, que exclui seus moradores do consumo de arquitetura como mercadoria [KAPP et al., 2008]. Apesar de serem excluídos do mercado imobiliário formal, representam uma considerável parcela de consumidores de materiais de construção produzidos pela indústria. Dessa forma, possuem relações de produção relativamente autônomas, mas com meios de produção ainda heterenômicos, que dificultam o engajamento feminino nas etapas de construção, bem como o uso de soluções construtivas flexíveis, adaptáveis, evolutivas. A posição do arquiteto como mediador nesse processo pode ajudar a superar essa contradição, desde que seja solicitado sua participação para remover empecilhos à troca de ideias, técnicas e informação, sempre a serviço do ganho de autonomia individual e coletiva.

Kapp et al. [2008], cita casos em que moradores de uma das maiores favelas de Belo Horizonte, Aglomerado da Serra, passam por situações distintas diante da contradição acima indicada. O morador e autoconstrutor Francisco, por exemplo, não conhece técnicas e materiais construtivos alternativos aos convencionais, mas alcança um resultado positivo utilizando a criatividade na concepção e execução dos espaços. Nesse sentido, ele “não é constrangido pela tendência à

padronização que o conhecimento técnico implica, nem tampouco seu desconhecimento o impede de agir” [KAPP et al., 2008, p.10]. Ele se utiliza de técnicas convencionais, mas usufrui bem de uma autonomia que o liberta da lógica de produção heterônoma.

Outro caso descrito no trabalho, situado na mesma localidade do morador Francisco, é o do morador Roberto, o qual, embora seja um autoconstrutor, não tem o mesmo interesse que o do morador citado anteriormente, para ele a autoconstrução é mais uma necessidade do que uma escolha [KAPP et al., 2008]. Para este caso, a mediação funcionaria como uma base fundamental para que sua construção adquira consistência técnica suficiente para atender aos requisitos adequados de habitabilidade.

Além destes casos, a mediação cumpre um outro grande papel como suporte para a construção de infraestrutura e equipamentos públicos, uma vez que nas favelas esses trabalhos são aplicados de maneira incompleta, como por exemplo as ligações de esgoto que terminam nas portas de suas casas. A proposta habitual dos órgãos do governo a essa situação varia entre o extermínio dos assentamentos à sua urbanização por meio de planos abstratos. De toda forma, isso se realiza seguindo uma abordagem top-down, de modo heterônomo, sem qualquer tipo de mediação.

Por outro lado, um caso prático de mediação citado por Kapp et al. [2008], foi a urbanização da favela Brás Pina, no Rio de Janeiro. O assentamento, formado por aproximadamente cinco mil pessoas, foi ameaçado de remoção, mas recebeu apoio de uma parcela da sociedade civil, se organizou e resistiu à remoção. O arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos, juntamente com outros arquitetos escolhidos pelos moradores, desenvolveu o projeto de urbanização da área, com ampla participação popular. O governo criou a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco) em 1968, dando início ao processo de urbanização.

A proposta da Codesco realizou-se seguindo três frentes: a construção de infraestrutura urbana, sob total responsabilidade do Estado; a

melhoria habitacional, sob responsabilidade da população com apoio do poder público e visando a “propiciar as condições mínimas de higiene e segurança dos padrões de moradia” [Blank, 1977, p.11]; e o desenvolvimento socioeconômico, visando “criar pré-requisitos tais que permitam à população de menor faixa etária desenvolver-se em ambiente de normalidade urbana em todos os seus aspectos, da higiene à segurança social” [Blank, 1977, p.12].

**O esquema era simples: favelados projetavam suas casas [como sonhavam], alunos de arquitetura [estagiários da Codesco] corrigiam os erros de projeto e orçamentavam o custo da obra, estudantes de economia verificavam o poder de endividamento e o confrontavam com o custo da prestação. Verificado isso, liberávamos um cheque de materiais, que poderia ser usado em qualquer casa de material de construção do Rio, desde que fossem cadastradas na Codesco, com alvará, etc [como o tíquete refeição dos tempos de hoje], sujeitas, portanto, à nossa fiscalização para que não metessem a mão no bolso do favelado. Alunos de arquitetura e economia, mais uma vez, fiscalizavam a construção e as entregas do material. Não exigíamos que as casas fossem integralmente de alvenaria. Podiam ter a sala de alvenaria e os quartos de madeira, ou vice-versa. Quando a poupança desse para mais material, a casa iria se transformando aos poucos. Ou seja, nada de preconceito estético. A única exigência: estar ligada à rede de esgotos e água [...]. Ferraz [2004 apud KAPP, 2008, s.p.].**

A experiência de Brás de Pina consolidou-se como uma referência alternativa, onde arquitetos são coadjuvantes, juntamente com outros profissionais, como economistas, geógrafos e sociólogos.

Outra experiência bastante inovadora para o cenário brasileiro foi a criação do coletivo USINA, fundado em 1990 por profissionais de diversos campos de atuação, que prestam assessoria técnica a movimentos populares e comunidades organizadas, considerando as questões de autogestão, participação, direito à cidade e tecnologia em todo o processo. Segundo arquitetos associados, o coletivo tem como intuito fortalecer o empoderamento e a emancipação política desses sujeitos, priorizando processos participativos e autogestionários.

A autogestão, nesse sentido, é uma forma de produção autônoma. Os moradores tomam suas próprias decisões sobre o espaço e geram os recursos financeiros, através de associações ou cooperativas, com a ajuda de assessorias técnicas e a fiscalização do poder público.

Porém, na prática, o ganho de autonomia dos moradores depende de vários fatores, como dos métodos de trabalho da assessoria técnica, da comunicação estabelecida com as famílias e das interferências e exigências do agente público ou de outro agente financiador. O processo pode acontecer com ou sem autoconstrução, abrangendo a etapa de mutirão ou de contratação de empreiteiras para a execução da obra.

Deve-se atentar também para as diferenças entre as práticas de assessoria e assistência técnica. Em 2008, foi sancionada a Lei 11.888, denominada lei da assistência técnica, que garante serviços gratuitos de arquitetura, urbanismo e engenharia para “famílias de baixa renda”. A própria designação do termo denuncia o caráter assistencialista da prática, oferecendo serviço técnico direcionado aos problemas físico-espaciais da unidade habitacional. Segundo o filósofo Ivan Illich [1968], os agentes assistencialistas ou missionários ao oferecer aos autoconstrutores acesso e adesão à serviços e produtos análogos àqueles consumidos na “cidade formal”, criam novas dependências e soluções técnicas que ainda desqualificam os conhecimentos e práticas dos assessorados. Tal postura preconiza a imposição da cultura do arquiteto sobre a dos supostos clientes e usuários.

Costuma-se argumentar em favor do assistencialismo que as famílias possuem dificuldades em superar suas condições por conta própria. Porém, observa-se uma grande diferença entre oferecer assistência para que as pessoas se adaptem cada vez melhor a padrões prescritos de necessidades e satisfações ou, ao contrário, buscar oferecer assessoria para que consigam articular suas próprias demandas e alcançá-las com autonomia crescente.

Dessa forma, para o efetivo ganho de autonomia individual e coletiva, os processos devem se basear na criação de procedimentos para a mediação técnica sem assistencialismo e na criação de ferramentas que auxiliem os moradores na transformação do espaço, com ou sem a presença do arquiteto. Este discurso é sustentado pela suposição de que o “acesso às ferramentas” pode tornar cada um seu próprio designer, promovendo soluções intuitivas, criativas e sustentáveis.

## papel do arquiteto

[interface]

No trabalho intitulado “Por uma Arquitetura não Planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços” [BALTAZAR; KAPP, 2006], as autoras sugerem que o planejamento, por sua natureza, suprime a participação daqueles que sofrerão diretamente suas consequências. O exemplo claro disso na arquitetura encontra-se em duas importantes partes envolvidas: o trabalhador que aplicará o projeto e o usuário que irá usufruir da materialização do que foi planejado pelo arquiteto. Assim como afirma Sérgio Ferro, as autoras defendem que o desenho, isto é, o trabalho intelectual protagonizado pelo arquiteto, é um nítido instrumento de dominação do arquiteto sobre o processo de construção.

O usuário, por sua vez, assim como no Movimento Moderno, tem suas ações predefinidas, isto é, seu comportamento “desprovido de livre arbítrio” [BALTAZAR; KAPP, 2006]. A separação entre planejamento, construção e uso fica clara a partir do seguinte trecho:

**O plano ou projeto interrompe os múltiplos vínculos entre demanda, concepção, construção e uso, induzindo que se desenrolem nessa ordem, e sem reciprocidades nem simultaneidades. Como já escrevemos em outra ocasião, essa separação vem se tornando cada vez mais nítida desde o Renascimento até o Movimento Moderno e, com raras exceções, persiste também nos estilos ditos novos, como pós-moderno, desconstrutivismo e minimalismo.**

[BALTAZAR; KAPP, 2006]

Como resposta a esse processo, o grupo de pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras) investiga possibilidades de facilitação à produção autônoma. Uma delas é a “interface de espacialidade”, a qual se relaciona com outra pesquisa intitulada interface IDA: “instrumentos de apoio ao projeto de habitação com sistemas construtivos alternativos”. Abaixo, segue a descrição mais detalhada de como funciona:

**Um banco de dados de componentes construtivos disponíveis no mercado, a ser manipulado via web. Além dos usuais espaços de textos e imagens, nos quais se obtêm informações sobre características físicas, de fabricação e fornecimento de componentes construtivos, IDA inclui um ambiente**

**3d, em que o usuário pode fazer simulações de junções de componentes e recebe feedbacks sobre suas compatibilidades ou problemas.**

[BALTAZAR; KAPP, 2006]

O objetivo, segundo Baltazar e Kapp [2006], é fazer com que qualquer pessoa possa experimentar em escala real concepções espaciais de acordo com suas necessidades.



03.

## fortaleza

[os primórdios da cidade]

A Vila de Fortaleza teve inicialmente pouca importância no processo de povoamento e no cenário econômico da capitania do Ceará, prevalecendo fatores relativos à defesa do território. O desenvolvimento da Vila acelerou na virada para o século XIX, após a separação da capitania do Ceará da de Pernambuco e a intensificação da cultura do algodão. A partir de 1808, com a abertura dos portos, Fortaleza emergiu como centro de coleta e de exportação do algodão, atraindo investimentos e melhorias urbanas. Esse processo de desenvolvimento foi semelhante a outras cidades brasileiras, como é observado por Villaça:

**[...] expandiu-se em função do ponto escolhido para o porto, a partir do qual começa a se desenvolver a aglomeração e seu centro. [...] A ferrovia, ao ser implantada, veio a formar com os portos um binômio altamente articulado.**

[VILLAÇA, 2001, p.131]

Em 1823, a vila é alçada à categoria de cidade, sendo batizada de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. No início do século XIX, surgem as primeiras plantas da cidade elaboradas pelo engenheiro Silva Paulet. Consistia na implantação de um arruamento com base numa quadrícula regular a oeste do riacho Pajeú. Em seguida, entre as décadas de 1840 e 1860, são realizadas obras de urbanização que dão início ao processo de modernização de Fortaleza, fase conhecida como Belle Époque. No final do século, a cidade já possuía um pequeno porto, uma linha férrea, transporte coletivo com bondes a tração animal e iluminação pública a gás.

A frente marítima da área central se desenvolveu a partir de uma ocupação ainda muito espontânea ao nível do mar, em torno da Praça da Alfândega, centro polarizador das incipientes atividades portuárias da época. Esse núcleo da praia encontrava-se isolado da cidade devido à topografia acidentada, à ligação ferroviária instalada para dar vazão à produção algodoeira – cujo ápice se dá por volta de 1872, em razão da diminuição do fornecimento do produto americano à Europa em decorrência da Guerra de Secessão (CASTRO, 1982) – e

à própria natureza das atividades portuárias. Tal cenário determinou uma fraca urbanização na beira-mar, que ficou caracterizada por usos insalubres (gasômetro, depósito de lixo), pela pesca e pela habitação dos pescadores.

No que tange à estrutura social, a Belle Époque marca o início de uma segregação ainda mais explícita, com o desejo de distinção em uma sociedade colonizada, marcada por uma grande estratificação social. Com a chegada dos primeiros fluxos migratórios vindos do interior do estado e a crescente aglomeração de pessoas no centro da cidade, observa-se, no início do século XX, os primeiros sinais de deslocamento residencial da elite fortalezense, primeiramente para o bairro Jacarecanga, depois para a Praia de Iracema [a partir de meados da década de 1920] e em seguida para a Aldeota.

## **poço da draga**

[as origens da comunidade]

Muito foi discutido a respeito da localização do porto da vila de Fortaleza, se seria na baía do Mucuripe ou na Praia do Peixe. Apesar disso, vários condicionantes levaram ao deslocamento das atividades portuárias para a praia contígua à vila, e, em 1805, à construção de um trapiche em madeira em frente ao prédio da alfândega. Vários trapiches se sucederam ao primeiro, até que foi construído um cais que permitiu a aproximação de navios maiores.

Em 1875, o engenheiro inglês John Hawkshaw fez um projeto para o porto, que consistia na construção de um quebra-mar que serviria, na face interna, de cais. Sobre ele se instalaria uma via férrea singela, ficando o conjunto ligado à praia por meio de um viaduto aberto sobre estacas, permitindo a passagem das areias.

Um novo prédio da alfândega foi inaugurado em 1891 em frente ao viaduto de Hawkshaw. As atividades no novo porto não foram significativas e a estrutura já estava comprometida pouco tempo após a conclusão. Ocorreu assoreamento de todo o conjunto devido aos depósitos de areias na parte interna, o que criou uma bacia de águas paradas, popularmente conhecida como Poço da Draga.

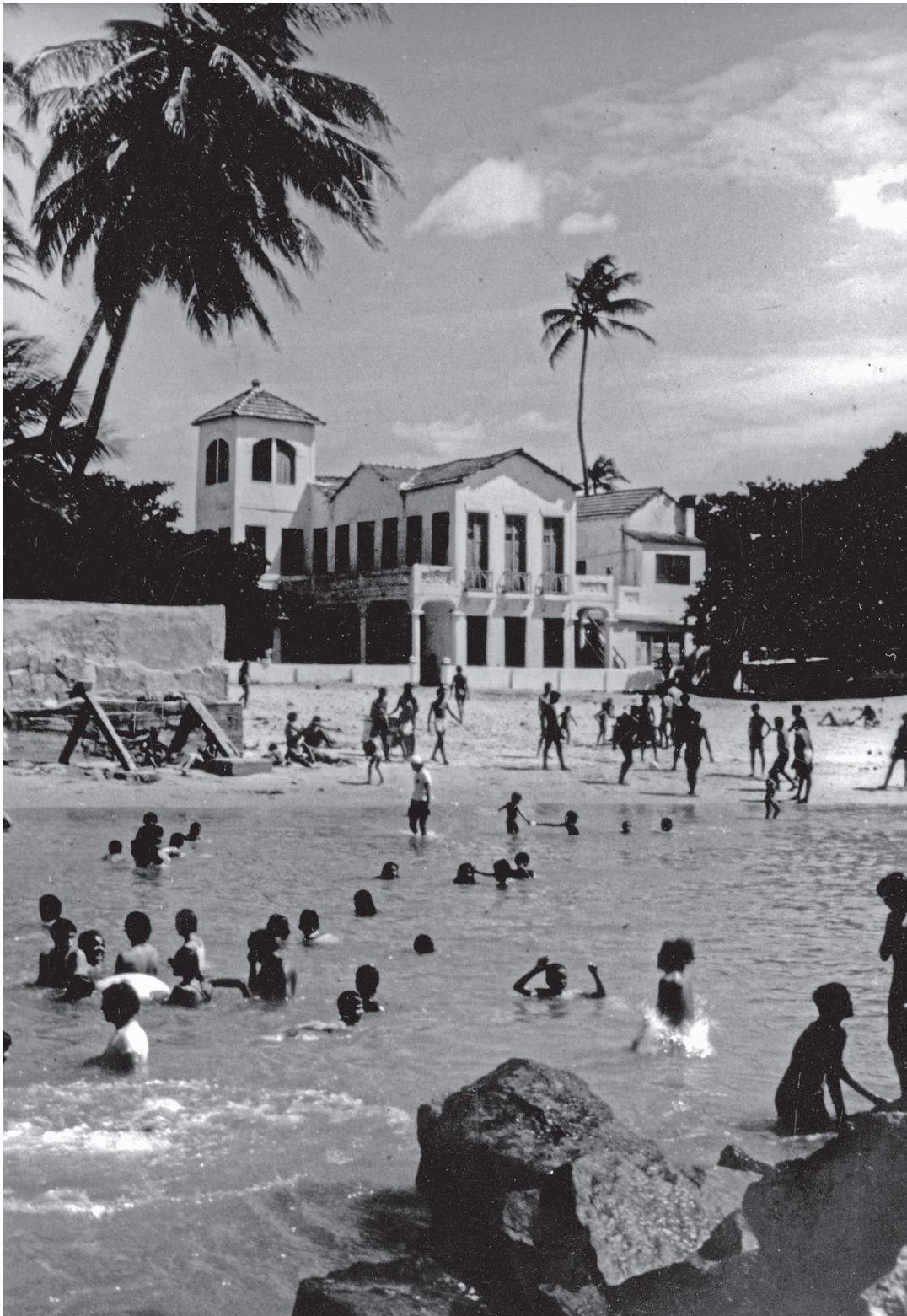
Devido ao fracasso da proposta de Hawkshaw, outro trapiche foi elaborado pelo engenheiro Domingos Sérgio Sabóia. Com extensão de 300m e composto de estrutura de ferro e piso de madeira, o trapiche foi construído entre 1902 e 1906 e foi reformado em 1928, tendo seu lastro de madeira substituído por outro metálico. Por essa razão é denominado até hoje de Ponte Metálica. Foi este o ancoradouro da cidade até a definitiva transferência do porto para a ponta do Mucuripe.

Lá, onde ocorria o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, nas proximidades da ponte velha, é onde se inicia a história do Poço da Draga [OLIVEIRA, 2006, p.22]. Seus primeiros moradores, muitos deles migrantes do sertão, construíram suas casas, buscando a sobrevivência na pesca. A data de origem da ocupação é imprecisa, porém os moradores decidiram adotar a data de 26 de maio de 1906, o dia da inauguração da Ponte Metálica, como um marco simbólico, que caracteriza a resistência dos moradores para permanecer no local.

Na década de 1920, iniciou-se a construção de uma segunda ponte, a barlavento da primeira, que deveria substituí-la. O projeto foi elaborado pelo engenheiro Lucas Bicalho e consistia na construção de uma muralha de 300m de extensão, no qual o cais ligar-se-ia à terra por um viaduto construído sobre estacas de concreto armado. A obra da nova Ponte foi confiada a uma empresa britânica. Essa é a razão da denominação popular Ponte dos Ingleses. Apesar das obras terem iniciado em 1923, a empresa suspendeu os serviços em 1925 por falta de pagamentos.

Nesse contexto, são erguidas diversas edificações, como galpões, armazéns e os edifícios da Alfândega e da Secretaria da Fazenda. Com o passar do tempo, foram construídos também bangalôs para famílias de classe alta, no litoral leste, e o local tornou-se espaço de lazer e veraneio, com o mais novo hábito de banho de mar. Durante esse período, o nome Praia do Peixe foi alterado para Praia de Iracema.

[7] Balneabilidade da Praia de Iracema pelas elites da época e, ao fundo, Estoril, reduto da boemia na primeira metade do século XX. Acervo: Nirez



[8] Foto aérea de 1972, antes da construção da INACE e da abertura da Av. Leste - Oeste. Observa-se residências populares em toda faixa de praia. Acervo: Nirez



Mesmo com condições precárias de embarque e desembarque, o porto funcionou até a década de 1940. Depois disso, foi transferido para o Mucuripe, gerando um processo desordenado de ocupação do solo na área e provocando, uma década depois, o avanço das marés na Praia de Iracema, destruindo a maior parte das edificações na orla.

Os armazéns e casas comerciais, antes ativos e diretamente vinculados à atividade portuária transformaram-se em depósitos, alguns foram parciais ou totalmente abandonados, muitos passaram a abrigar cortiços e prostíbulos. Além disso, a malha ferroviária sofreu alterações e o trecho que fazia ligação entre a Estação Ferroviária e o antigo porto tornou-se obsoleto.

Após a explosão demográfica de Fortaleza, na década de 1950, devido aos fluxos migratórios do interior para a capital, acentuados pelas grandes secas de 1951 e 1958, a população urbana quase dobrou. (GONDIM, 2014, p. 05). Contudo, a cidade não conseguiu responder às demandas de seus novos habitantes, deixando-os à margem da cidade formal. Atrelado a incapacidade do Poder Público de prover infraestrutura urbana e a escassez de trabalho para uma demanda cada vez mais crescente, intensifica-se o processo de precarização da moradia da maioria da população de Fortaleza.

Na década de 1970, à época da ditadura militar, a Praia de Iracema passa a ser procurada também por artistas intelectuais, à procura de refúgio para expor suas ideias, o que contribuiu para que fosse conhecida como bairro boêmio. Nesta mesma década, a condição de isolamento do Poço da Draga foi intensificada principalmente devido à abertura da Av. Leste-Oeste, uma via perimetral de tráfego pesado, e à instalação da Indústria Naval do Ceará – INACE.

**No que se refere à Praia de Iracema, os diferentes setores do bairro vinculam-se a vivências e práticas de grupos diversamente aquinhoados no que diz respeito à renda e prestígio social: o mundo do trabalho ligado, por um lado, à área dos armazéns, e, por outro, à antiga atividade dos pescadores; a moradia dos pobres no “morro” e a dos grupos de melhor renda mais próxima ao mar; o lazer de grupos mais abonados, quando da instalação do balneário, e, posteriormente, a vida boêmia, na porção praiana do bairro.”**

[SCHRAMM, 2001, p.60]

## inserção urbana

[localização da comunidade]

O Poço da Draga está localizado na faixa litorânea do bairro Centro, em Fortaleza, Ceará. Até pouco tempo o limite político-administrativo da cidade inseria essa comunidade na Praia de Iracema, bairro com o qual a comunidade mais se identifica. Essa localização privilegiada, em relação à presença de infraestrutura e serviços urbanos diversos, possibilita aos moradores mais oportunidades econômicas.

Sua ocupação encontra-se entre o prédio histórico da Caixa Econômica Federal, antiga Alfândega, e os galpões de grandes dimensões longitudinais da Indústria Naval do Ceará [INACE], o que favorece sua condição de isolamento em relação ao seu entorno, limitando o acesso físico e a visibilidade da comunidade. Tal isolamento acentua-se ainda mais por estar em área de baixa cota altimétrica, em contraste com o centro histórico, de cota mais elevada. Em seu entorno imediato, encontra-se também o Centro Cultural Dragão do Mar e a construção do Acquário do Ceará, localizado no terreno da antiga sede do DNOCS.

Por estar em pleno litoral, em um dos bairros mais boêmios de Fortaleza, e próximo ao centro histórico da cidade, a comunidade está inserida em uma área de grande potencial turístico, que concentra diversos equipamentos culturais e de lazer. Porém, o processo de estigmatização do Poço da Draga como área de favela se dá não só pelo isolamento físico e visual, mas também pelos anos de exclusão de investimentos públicos diretamente na comunidade, situação que contrasta com seu entorno. As consequências socioambientais dessas decisões são altas e cumulativas ao longo do tempo [GONDIM, 2014, p.10].

De fato, embora o Poço da Draga não esteja localizado na periferia segregada da cidade, apresenta uma grave situação de precariedade física e social, como consequência da segregação da comunidade no contexto da Praia de Iracema. Segundo Villaça [2001, p. 142], a segregação seria “um processo segundo o qual, diferentes classes e camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais e conjuntos de bairros da metrópole”. Porém, muitas vezes diferentes grupos sociais estão próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança e que, em muitos desses casos, é o próprio Estado, que ao alocar verbas públicas de maneira diferenciada,

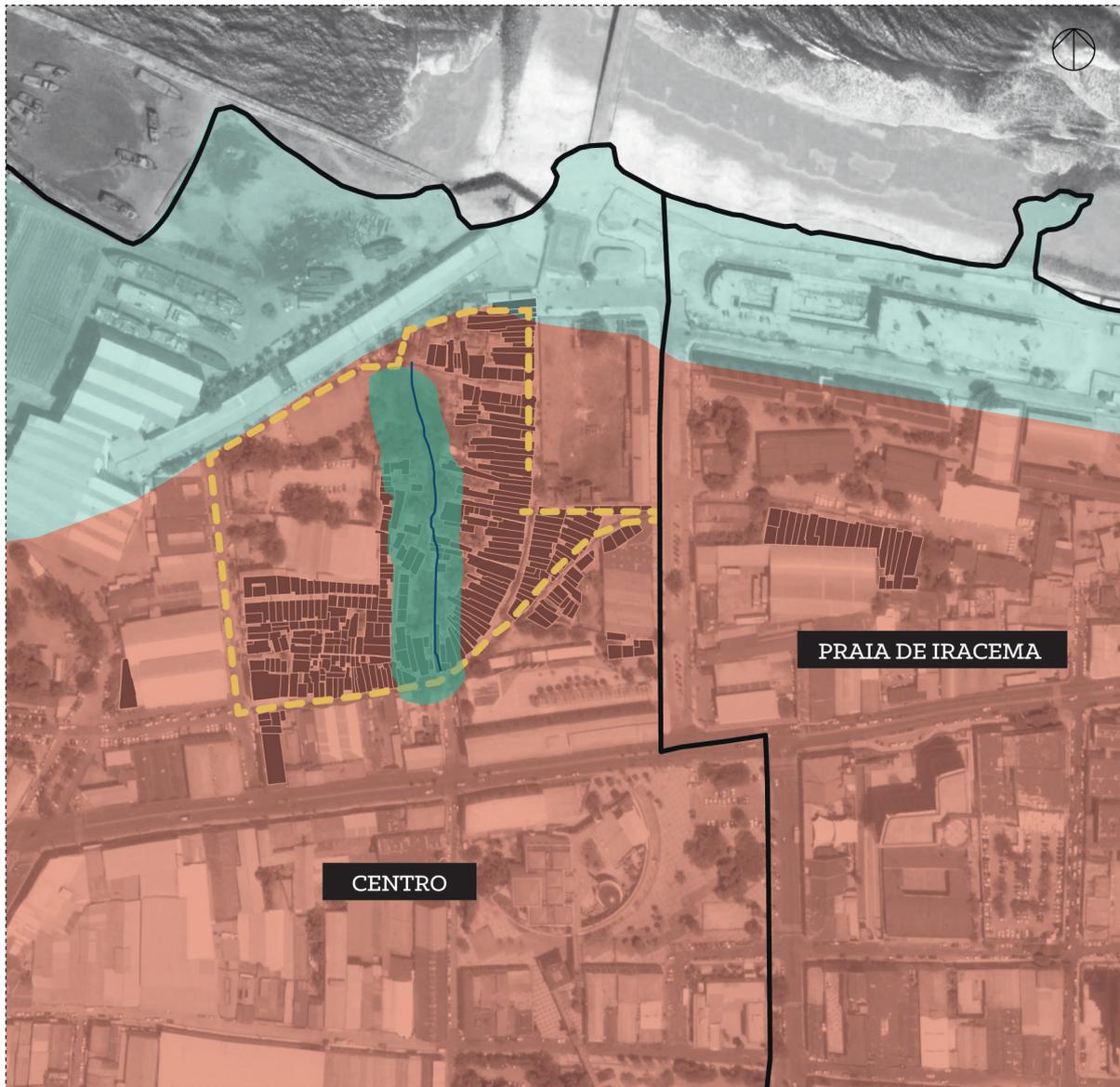
interfere na segregação socioespacial, intensificando as desigualdades. É possível observamos também espaços segregados dentro da própria comunidade, entre as áreas de ocupação inicial [na Rua Viaduto Moreira da Rocha], habitadas pelos moradores mais antigos, e as de ocupação recente, mais próximas ao mangue.

Outro aspecto que demonstra a segregação da comunidade em relação à Praia de Iracema, é a sua situação fundiária. Apesar de sua localização central, mais de 90% dos seus moradores não contam com títulos de posse do imóvel [HABITAFOR, 2013 apud GONDIM 2014]. Embora em 2009 a comunidade tenha se tornado Zona Especial de Interesse Social [ZEIS] através do Plano Diretor Participativo de Fortaleza [Lei Complementar nº 62/2009], o Poço da Draga continua em situação de irregularidade fundiária e urbanística, o que compromete a segurança jurídica da posse de seus moradores. Essa sensação de instabilidade se justifica na medida em que a aprovação do PDPPFor também passa a delimitar a área ocupada pela comunidade como Zona de Proteção Ambiental devido a área de influência do Riacho Pajeú. Contudo, desde a planta da expedição de Mathias Beck, no século XVII, até mapas de meados do século passado apontam a foz do Riacho Pajeú centenas de metros mais a oeste em relação ao corpo d'água existente na comunidade, estando assim dentro do terreno da INACE.

A legislação urbanística incidente na região é apresentada pelo Mapa 03. No recorte específico, incidem quatro tipos de zonas: Zona de Orla [ZO], Zona de Proteção Ambiental [ZPA], Zona Especial de Interesse Social [ZEIS] e Zona Especial do Projeto Orla [ZEPO]. Essa última se deve ao fato da comunidade ocupar terrenos de marinha, classificação dada aos terrenos de domínio da União banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis e lagoas onde se faça sentir a influência das marés [Decreto Imperial nº 4.105/1868, de 22 de fevereiro, atualizado pelo Decreto-Lei nº 9.760/1946]. Por esse motivo alguns moradores possuem registro na SPU – Secretaria do Patrimônio da União.

[9] Mapa localização e zoneamento. Fonte PDF-FOR [2009]. Elaborado pela autora.

- zpa2 - faixa de praia
- zpa 1 - preservação
- zo 3
- zeis do poço da draga
- limites dos bairros



[10] Macroestruturas e barreiras visuais. Elaborado pela autora.

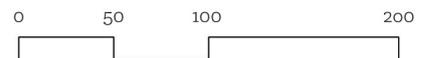
01 - INACE

04 - caixa cultural do ceará

02 - terreno privado sem uso

05 - dragão do mar de arte e cultura

03 - construção do aquário



## espetacularização x resistência

[o poço que resiste]

A comunidade do Poço da Draga sofreu, ao longo de sua história, inúmeras ameaças de remoção. Devido à sua localização, em zona litorânea e próxima ao centro histórico da cidade, sempre foi alvo de interesses privados e de políticas públicas voltadas para a “requalificação urbana”.

O primeiro, a partir do Plano Diretor de 1963-1967, elaborado pelos urbanistas Hélio Modesto e Adina Mera, onde fora proposto a modernização da área central da cidade, a partir do zoneamento funcional e da hierarquização de vias e avenidas; em suma, a criação de uma centralidade cívica [FARIAS FILHO, 2008].

**[...] tal proposta não se concretizou, mas a ameaça renovou-se várias vezes, evidenciando que o crescimento econômico, o mercado imobiliário e as próprias políticas públicas caminham na contramão do atendimento ao direito à cidade, em geral, e à habitação, em particular.**

[GONDIM, 2008, p.101]

Em seguida, a criação da Indústria Naval do Ceará (INACE), em 1969, representou, e ainda representa, uma barreira à comunidade, ao impedir o acesso ao litoral e às atividades de lazer e de pesca, configurando-se como um enclave no tecido urbano. Além disso, na ocasião de sua expansão na década de 1980, induziu a remoção de parte da comunidade para o Conjunto Palmeiras, extrema periferia da cidade [GONDIM, 2014, p.09].

Na década de 1990, intensifica-se a ameaça de remoção principalmente devido aos projetos de requalificação da Praia de Iracema, com a construção do calçadão ao longo da orla da praia, com claras pretensões turísticas e a reforma de edifícios tombados, como o Estoril.

Em 1994, por sua vez, o projeto “rua 24 horas”, chegou a propor um conjunto habitacional para os moradores, a ser construído nas proximidades do Poço da Draga. O objetivo do projeto era requalificar a Praia de Iracema, tornando-a ponto de atração turística. Entretanto, os processos de resistência no Poço da Draga estavam fortalecidos e a comunidade mais organizada. A Associação dos Moradores do Poço

da Draga [AMPODRA] contou com assessoria do Centro de Defesa e Proteção aos Direitos Humanos [CDPDH], ligado à Arquidiocese de Fortaleza, e, por fim, em 1996, todo o projeto foi abandonado pelo prefeito eleito naquele período [GONDIM, 2008, p.101].

A construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura [CDMAC], em 1998, foi mais uma ameaça à permanência da comunidade, devido a atenção do Estado em adequar as condições do entorno a fim de tornar a área um marco turístico da cidade. Apesar de o equipamento ter potencializado ocupações do entorno tanto para gastronomia como para lazer, não houve incentivos de adaptações de imóveis para fins culturais, tampouco integração social com a população do entorno, como previsto no projeto original [GONDIM, 2014, p.09].

O Estado direciona os investimentos públicos a partir de interesses econômicos e políticos que privilegiam uma camada de alta renda em detrimento das poucas ações para mudar a realidade social da comunidade. Assim, em um dos bairros mais bem servidos em infraestrutura da cidade, a um quarteirão do CDMAC, o Poço da Draga continua sem saneamento e a Ponte Metálica em processo de desmoronamento.

Em 2001, após a consolidação do CDMAC, o governo estadual anuncia mais um novo projeto: o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos [CMFE]. O projeto foi elaborado por 14 escritórios de arquitetura e previa um aterro de 19 hectares de mar, com um custo aproximado de R\$200 milhões, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento [OLIVEIRA, 2006]. O projeto previa a remoção da comunidade do Poço da Draga para uma área próxima, com a construção de 292 unidades habitacionais. Apesar do extenso processo de negociação com a comunidade, em 2008, o governo estadual reformulou o projeto e decidiu construí-lo no bairro Edson Queiroz.

Mais uma intervenção de impacto nas proximidades da comunidade do Poço da Draga, ainda do governo estadual, o Acquário do Ceará, passa a ocupar um terreno na sua adjacência, outrora o edifício do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca [DNOCS]. A polêmica

que constitui esse projeto vai desde sua apresentação, em 2009, quando instigou muitas críticas da opinião pública e o surgimento do movimento Quem dera ser um peixe, formado por artistas, moradores e usuários do bairro. Questiona-se quanto à necessidade e seu alto custo – orçado em R\$ 300 milhões – enquanto o estado vive uma das secas mais impactantes dos últimos tempos, uma série de processos judiciais a partir de irregularidades no projeto, como a dispensa de licitações e do relatório de impacto ambiental [EIA/RIMA]. Essa intervenção, embora temporariamente em estado de latência, cria mais uma barreira de isolamento da comunidade, sobretudo por conta dos tapumes instalados ao longo de todo o perímetro da obra.

Mais recentemente, o projeto Fortaleza 2040, lançado em 2014, trata, segundo o discurso oficial, de uma ferramenta de planejamento estratégico para os próximos 24 anos. Entretanto, esse plano não dialoga com a regulamentação das leis complementares ao Plano Diretor Participativo [2009], que até hoje não foi implementado. Os órgãos municipais demonstram assim que sua prioridade não é a regulamentação das ZEIS, e nem a efetiva materialização do Estatuto da Cidade. O planejamento estratégico desenha para Fortaleza um futuro turístico e midiático e nessa concepção asséptica e higienista de construção da cidade, o Poço da Draga sofre risco de remoção.

De fato, nenhum desses projetos atende às demandas da comunidade. Seguindo projetos contemporâneos de requalificação urbana, os resultados encontrados visam principalmente à remodelação estética da cidade para fins comerciais e turísticos e privilegia intervenções espetaculares, como forma de atrair capital e pessoas, em detrimento de necessidades primárias de seus habitantes. Como observa Harvey [2000], os pós-modernistas veem o espaço:

**[...] como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza “desinteressada” como fins em si mesmas.**

[HARVEY, 2000, p.69]

Os resultados sociais desses investimentos, por fim, têm sido negativos, agravando ainda mais a problemática social urbana, ao incitar a especulação imobiliária e o conseqüente processo de gentrificação.

PROJETO	OBJETIVOS	PROPONENTES	ANO
centro cívico da cidade	criação de uma centralidade cívica, em torno da praia de iracema e do centro	plano diretor, urbanistas hélío modesto e adina mera	1963
INACE	expansão das atividades de construção naval	setor privado	1969
rua 24 horas	atração de turistas e usos noturnos, com bares e restaurantes	governo municipal [gestão antônio cambraia]	1994
centro dragão do mar de arte e cultura	construção de equipamento cultural de grande porte e dinamização econômica	governo estadual [gestão tasso jereissati]	1998
centro de feiras e eventos	dinamização econômica e de usos do bairro e remoção de parte da comunidade	governo estadual [gestão tasso jereissati]	2001
revitalização da praia de iracema	reforma do calçadão da praia de iracema e reabilitação de edifícios históricos	governo municipal [gestão luizianne lins]	2008
acquário	gerar atração turística e revitalização da praia de iracema	governo estadual [gestão cid gomes]	2009
fortaleza 2040	planejamento estratégico da cidade	governo municipal [gestão roberto cláudio]	2014

[11] Projetos espetacularizantes ao longo da história do Poço da Draga, que ameaçaram a existência da comunidade.

## primeiras visitas

[aproximação e integração]

O primeiro contato com a comunidade Poço da Draga se deu através da ONG Velaumar. A sua principal representante, Isabel Cristina Lima, é moradora da comunidade e filha de uma das mais antigas lideranças da comunidade, Luisa Marilac, hoje já falecida, que presidiu a associação de moradores no local por 10 anos e esteve à frente de muitos movimentos de resistência da comunidade.

Nas visitas seguintes, a Isabel me apresentou ao geógrafo Sérgio Rocha, também residente do Poço da Draga, que com grande entusiasmo luta cotidianamente para resgatar nos outros moradores a sensação de pertencimento, bem como incitar discussões e reflexões críticas que envolvam a comunidade e a sociedade em geral. Nesse intuito, surgiu o movimento ProPoço, idealizado pelo Sérgio e pela também moradora Germana Lima, com a colaboração de estudantes e pesquisadores, bem como outros moradores da comunidade que compartilham seus conhecimentos científicos e empíricos.

Nesse contexto colaborativo, o movimento ProPoço me permitiu uma maior interação com a comunidade, bem como novas vivências e troca de experiências. Juntamente com outros pesquisadores, pude colaborar com o movimento na elaboração e realização de atividades culturais, pedagógicas, e formação de grupos de discussões sobre assuntos relevantes à comunidade.

Essa etapa foi extremamente importante, pois estabeleceu as primeiras trocas e os primeiros diálogos com os moradores da comunidade, que tiveram papel essencial na produção deste trabalho. As atividades de aproximação, leitura e mapeamento se cruzaram a fim de possibilitar desvios e recomeços, na busca por alternativas produzidas coletivamente.

Dentre as atividades propostas pelo movimento, o Expresso 110 é um percurso a pé, em que um grupo de pessoas, acompanhado por um guia morador, visita lugares específicos e relevantes à identidade do Poço da Draga, denominados estações [1ª parada - Estação Cidal, 2ª parada - Estação Alfândega, 3ª parada - Estação Galdinos, 4ª parada - Estação Moreira da Rocha, 5ª parada - Estação Pavilhão, 6ª parada - Estação

Ponte Velha]. O nome da atividade é uma menção ao antigo serviço de trem europeu, Expresso do Oriente, como também uma referência à presença de antigos trilhos no Poço da Draga, por onde passavam trens e trolers que serviam para transporte dos produtos vindos do antigo porto. Nesse contexto que envolve movimento, viagem e história, o nome da atividade passa por mudanças a cada ano, de acordo com a idade representativa da comunidade. Em 2017, a atividade passa a se chamar Expresso 111, e assim por diante.

Outras atividades do movimento são o Porto do Sol, roda de conversa dos moradores ao longo da praia, a idealização do bloco de carnaval Caia no Poço, a ser desenvolvido ao longo do ano de 2017, com recurso arrecadado das atividades de bazar solidário na comunidade, e a publicação dos dados da pesquisa realizada ao longo de 2016, a ser descrita no próximo tópico.

Nesse contato, conheci também outros moradores, como Celino Rocha, Ricardo Felipe Correia e Djeyne Rudolf, que participaram ativamente das atividades do movimento.



[12] Registros do cotidiano da comunidade, feitos por uma moradora, do ensaio Filhos do Poço, exposto nos tapumes do Acquário, no aniversário de 110 anos do Poço da Draga. Acervo: Djejne Rudolf





[13] Fotos de alguns moradores na cobertura fotográfica da comemoração dos 110 Anos da Comunidade Poço da Draga. Acervo: Luiz Alves



## narrativas dos moradores

[dona zenir]

Eu não lembro qual foi o ano que eu cheguei, né, só sei que eu cheguei aqui com dezoito anos e hoje eu já estou nos setenta. Eu cheguei aqui com dezoito anos e na praia, que antigamente a gente chamava praia Formosa, onde hoje é a indústria naval. Ali era uma praia, uma colônia de pescadores e eu vim do interior da Caucaia com a minha mãe, porque a gente estava passando por uma necessidade muito difícil lá na época e meu pai, meu pai ficou paralítico e a gente ficou numa situação difícil, então meu tio trouxe a gente pra cá, que ele já morava aqui, já era dono de barco, aí tinha um... um porto de barcos pesqueiro e o meu tio trouxe a gente pra cá, né, aí a gente se mobilizou a vir, minha mãe era comerciante e uns anos depois minha mãe já tinha barco também. O nome do barco da minha mãe era mercantil, do meu tio era barra do Ceará, e aí a gente foi crescendo.

É... Eu morei cinco anos na praia, aí depois de cinco anos de casada eu me mudei, para outra rua, aonde hoje eu moro. É... Eu construí uma família de dez filhos, foram todos criados aqui nessa beira de praia, todos estudaram aí nesse colégio do Elvira Pinho, que inclusive está ameaçado de ser tirado também, e, teve momentos ruim na minha vida, mas teve momentos bons e a felicidade nunca é completa, né. Mas graças a Deus eu adoro morar aqui, não quero sair daqui de jeito nenhum, só quando Deus me mandar buscar para o Bom Jardim.

Quando eu tinha cinco anos de casada, que eu me mudei da praia Formosa aqui para Viaduto Moreira. Aí eu... Eu queria muito morar aqui. Lá minha casinha era de tábua e a minha sogra já morava aqui nessa rua que hoje eu moro, então eu tinha um desejo muito grande de sair lá da praia e vir para cá, aqui nessa rua, né. Então, até que a gente conseguiu uma casinha e a gente comprou e veio embora. Então, é, aonde foi que eu fiquei... Quando a gente mudou para cá, eu tinha cinco anos de casada, aí eu chorei muito porque meu desejo era morar aqui. De repente apareceu uma conversa que, isso eu me mudei no mês de junho, e apareceu uma conversa que em dezembro não ia ficar mais ninguém aqui, aí eu chorava, meu Deus eu lutei tanto para ficar aqui e agora eu não vou passar nem seis meses, isso já foi cinquenta anos atrás, quase cinquenta anos atrás, né, porque falta dois anos só para mim completar as bodas de ouro, e vai ser aqui nessa beira de praia junto com vocês, se Deus quiser.

A paisagem da praia era muito bonita, porque tinha praia para cá, tinha praia para lá, e, e, era o lazer das crianças era essa praia, né. Hoje em dia a gente já não tem mais praia, já não tem mais a escolinha, né, que aí era escola [em referência ao Pavilhão Atlântico], aí, aí nunca pode, aí depois que começou essas coisas mesmo assim, né, aí não pode ser escola, não pode ser creche, mas o café avião pode, né. E sempre a gente ficou de acordo, né, porque na época, aconteceu várias vezes, várias vezes, aí até chegar a época do Cambraia. Na época

do Cambraia, ele fez um projeto muito bonito, todo mundo aceitou, ele fez uns blocos ali da minha casa até lá na pista, assim, era, era parece que vinte blocos de..., dezesseis, dezesseis, dezesseis moradores em cada bloco. Então a gente aceitou porque a gente ia ficar lá mesmo, a prefeitura ficava com uma parte para cá e a gente para lá. E... E ele deixou para o Jurassi terminar. Aí o Juraci para ganhar voto, né, “Ei, o Poço da Draga vai ser a prioridade, assim que ele, se ele ganhar, assim que ele assumir vai ser prioridade”, aí pronto, né. O Jurassi morreu e o projeto também. Depois veio o projeto do Tasso Jereissati, de aterrar o mar, de fazer aquele megaprojeto, aquelas coisas todas, e, a gente ia morar ali aonde hoje é, por ali perto da Caixa Econômica. Ele fez os apartamentos, a gente já tinha maquete, já tinha tudo, todo mundo aceitou, e também morreu. Por isso muita gente hoje em dia não acredita mais, acha que isso é papo furado.

Só que agora a gente fica assim, né, em cima do muro, porque tem a conversa do aquário, tem a conversa da Copa, e a gente fica assim, né, mas a gente nunca acreditou que a gente fosse sair daqui não, né, mas agora a gente fica assim, né, com medo. Pronto, daquela época para cá o que a gente sente falta, assim, era da nossa escolinha que a gente já tinha aqui, posto médico. Tudo, tudo de bom que a gente tinha antigamente veio se acabando, né. Começou pelo o, pelo o posto de ... policial, né. Aí nessa casinha tinha posto policial, tinha casa de freira, tinha posto médico, tinha creche. Então foi se acabando, foi se acabando, saiu tudo, agora até o Elvira Pinho também vai sair, né, está ameaçado também para sair. Aí o de bom era a escolinha mesmo, aí a gente fazia nossos programas, a gente fazia tudo o que a gente precisava assim, que não tinha, até velórios, os velórios também era sendo velado aí, porque as casas são pequenas, não tinha muito, e as festinhas do dia das mães, de Natal, então essas coisas todas era feita aí [em referência ao Pavilhão Atlântico]. Então isso fez muita falta. Inclusive esse terreno aí era uma SEFAZ, era um prédio de, era um prédio da SEFAZ, mas ninguém nunca reclamou por causa do prédio não, né, a gente não tinha nada a ver com o prédio, né. O prédio não ameaçava tirar a gente, né. Não ameaçava... a gente mora aí a tanto tempo e eles nunca foram, nunca ameaçaram que o Poço da Draga ia sair por causa deles, por isso que ninguém nunca reclamou. Apareceu da Prefeitura, da, como é, da HABITAFOR, a HABITAFOR já fizeram os cadastros. Agora uma notícia que eu tive essa semana passada, foi que a Noélia foi fazer a inscrição para o negócio aí da quadrilha, então, ela ouviu dizer que isso aqui ia ser tirado, retirado mesmo, tanto que ela falou até para a gente, para as meninas ontem. É a que mora perto lá de casa, que promove a quadrilha todos os anos. Era, ia ser retirada. Inclusive, antes deles fazer essas paredes [tapumes do Acquário] aqui, numa época aí, foi agora há pouco tempo, o próprio governador do Estado passou em frente lá em casa, assim umas três horas da tarde e esse horário a gente fica assim nas

calçada, então ele parou, tinha umas cinco mulheres, eu mais umas cinco, a gente estava sentado em frente casa, aí o carro parou, a gente tomou aquele susto, era o Cid [risos], era o Cid [risos], aí ele parou o carro, aí ele dentro do carro mesmo ligeiramente ele botou as mãos pra fora e disse: “olha, o aquário não tem nada a ver com vocês, e o aquário não tem nada a ver com o Poço da Draga”, aí pronto, foi embora. Não deu tempo a gente falar nada. E atrás o carro cheio de segurança, né. Eu só falei para ele que a gente espera que ele não volte aqui às dez horas da noite, mas acho que ele não ouviu não.

## narrativas dos moradores

[dona tereza]

Aqui quando termina aqui esse, esse onde tão fazendo agora, era uma vila. Então o pessoal daí saíram e foram tudo lá para a Palmeira. E a gente ficou e ela insistindo para o pessoal que morava já aqui há bastante tempo para sair daqui, ninguém quis. Saiu os que queria, os que não queria não quiseram. Aí foi todo mundo lá pra Palmeira e nós ficamos aqui. E aqui nós estamos, até hoje, sessenta e sete, até hoje nós estamos aqui.

Não vem de agora não, vem de muito tempo esse negócio de tirar o pessoal daqui, mas só que não consegue, pelem, mas não conseguem levar a gente daqui. Pode ser que agora, né, a coisa está mudando, pode ser que agora eles tiram, eles tiram. Eu tenho medo, eu não sei para onde é que vão levar a gente, se a gente vai ficar aqui por perto, vai ficar por longe, eu não sei de nada. E eles não conversa com a gente, ele não tem diálogo nenhum conosco, agora a gente é que fica correndo para aqui e para acolá para saber onde é que a gente vai ficar, mas não tem diálogo nenhum com a gente.

Poço da Draga é ótimo, para quem não conhece, é uma beleza. Agora, fazer como outro, eu há muito tempo moro aqui, já sei de cor e salteado, gosto muito daqui, não, não, não me vejo morando em outro canto. Agora, fazer como outro, agora quem não conhece acha que aqui é perigoso, aqui tem muito marginal, não, não é assim, não é como o pessoal pensa. Aqui é ótimo para se viver, aqui, ave Maria, é um dos lugares melhor de Fortaleza. Não tem briga, não tem confusão, não tem nada.

Ah... muita coisa sinto falta, as irmãs, que era muito bom, tinha o colégio das irmãs, ela dava aula, tinha a missa dia de domingo. Agora a gente para ir para missa tem que ir lá para a prainha, então para a Igreja de São Pedro. Tinha missa. Era gostoso, era muito bom. As irmãs

eram muito comunicativas. A gente vivia, não sei não, a gente vivia no céu. Fizeram pressão, o pessoal queria o prédio, e fizeram aquele negócio todo, aí as irmãzinhas foram obrigadas a sair. Ninguém queria sair, ninguém queria que elas saíssem. O prédio delas era onde hoje é o Café Avião... Era ótimo, elas faziam festinha. Tinha festinha das mães, das crianças, faziam festinha para o pessoal da comunidade. Era um pessoal, era uma alegria. Agora não, agora é uma tristeza. Ninguém tem mais nada, ninguém tem mais coisa nenhuma.

O que eu pedia? Para não sair, para não sair daqui, continuar aqui. Mesmo apresentando as carências que a gente tem, mas eu não queria sair daqui, de jeito nenhum. Quem sabe é os home grande, o coronel é quem sabe o que que vai fazer conosco. Agora fazer como outro, tem muita criança, essas crianças dependiam das irmãs para fazer catecismo, fazer a primeira comunhão, tudo, tudo. Falta muita coisa, eu me sinto abandonada porque na época que as irmãs tava aqui a gente tinha um diálogo com elas, elas conversavam com a gente e hoje ninguém tem mais isso, não tem ninguém para conversar, não tem ninguém pra dialogar com a gente e a gente vive, né, naquela de Deus dará. Aqui tinha um posto. Aqui tinha posto, tinha delegacia, tinha tudo. Depois que as irmãs saíram, aí inventaram de passar o posto daqui lá para vinte e cinco de março. Então nós vamos para vinte e cinco de março. A gente não pode fazer nada, a gente tem que concordar com o que eles querem. Lá era bom demais, aqui era bom, não precisava nem a gente sair de madrugada. Lá para a gente ir para lá tem que sair cinco horas. Eu não saio. Quem quiser sair que saia, mas eu não saio.

Minha casa toda, tô rebocando minha casinha agora. Eu não tenho pretensão nenhuma em sair para outra coisa, para outra casa não. Agora, o pessoal ambicioso, que querem dinheiro, pode ser que queira sair, mas eu não. O pessoal daqui são, são poucos a concordar com esse negócio desse aquário, que eu não vejo... ilusão, isso é ilusão esse negócio de aquário, que aqui nunca teve isso, nós não fomos criadas nisso, não vejo necessidade nenhuma de aquário. Agora o que o pessoal precisa é de, como é que se diz? O pessoal precisa de instrução, de escola, de todas as coisas, posto de saúde, é o que tá precisando aqui é saúde. Nós não temos saúde, ninguém tem educação, ninguém tem nada. Que precisa mesmo é de educação, o que o pessoal precisa é de educação, saúde e muita educação, saúde... saneamento básico, que aqui nós ninguém tem. Quem disser que aqui tem saneamento básico, eu digo mentira, não tem. Aqui a coisa aqui é a céu aberto. É... agora fazer como outro, o pessoal aqui não sabe nem o que é saneamento básico.



[14] Dia a dia dos moradores do Poço da Draga, no ensaio Entre Olhares. Acervo: Fotógrafo Txai Costa e Mendes



## movimento propoço

[dados da pesquisa]

Desde fevereiro de 2016, o movimento percorreu todo o Poço da Draga, com a missão de levantar dados mais atuais da comunidade e gerar no próprio morador o interesse de um olhar mais atencioso e crítico sobre o local onde vive.

A implementação da metodologia contou com a participação de alunos da Universidade de Fortaleza [UNIFOR] e da Universidade Federal do Ceará [UFC]. A partir de então, laços foram compostos com membros do movimento Propoço, como Sérgio Rocha e Germana Lima, através de intensos debates, vivências e eventos em prol da viabilização do levantamento. A colaboração com o grupo ocorreu na medida em que este buscava compatibilizar os dados levantados por órgãos públicos com a realidade local. A divulgação desses resultados deveria acontecer no aniversário de 110 anos da comunidade do Poço da Draga.

A busca por retratar a realidade local a partir de uma pesquisa minuciosa tinha como objetivo esclarecer a própria comunidade da sua realidade e fortalecê-la com informações consistentes, ao contrário dos divergentes dados oficiais, como os levantados pelo IBGE e pela própria Prefeitura Municipal. A consistência desses dados tem com intuito trazer argumentos relevantes para a comunidade, dos quais deverão utilizar-se para resistir aos frequentes riscos de remoção.

Dessa forma, com participação de arquitetos, geógrafos, sociólogos e moradores, foram feitos levantamentos sócio espaciais de quase toda a totalidade das residências. Para isso, o método dessas pesquisas teve que passar por simplificações de modo a facilitar a participação dos moradores no processo. A partir de um modelo fornecido pelo Laboratório de Estudos da Cidade [LEC, 2013], formulou-se uma ficha a qual foi dividida em oito tópicos: habitantes, histórico, escolaridade, emprego, residência, esporte, relação com a praia e acúario.

No item “habitantes” foi informada a quantidade de pessoas residentes na casa, o gênero do interlocutor, sua etnia e o estado civil do chefe da família. É importante frisar que a entrevista poderia ser feita pelo responsável financeiro da casa, mas também por outro residente, caso o primeiro estivesse ausente. No segundo item, “histórico”, foi

[15] Registro de moradores e estudantes, no levantamento sócio-espacial da comunidade. Acervo Pessoal



informado o ano da chegada do primeiro morador da casa, a causa da escolha do Poço da Draga como local de morada, seu município de origem, se existe uma pretensão de permanecer no Poço, e o porquê. No item “escolaridade” é indagado a respeito da escolaridade do chefe da família e dos jovens: filhos e netos. Além desses, buscou-se saber mais detalhes a respeito da documentação da residência, existência de saneamento básico, compartimentos da casa e materiais construtivos aplicados. Informações como a prática de esporte, a relação com a praia e com o Aquário, que fora construído apenas parcialmente, de forma suficientemente invasiva e, ao mesmo tempo, suscitando esperanças naqueles que acreditam ser uma fonte de emprego para a comunidade. Por fim, foi indagado sobre a sensação de segurança na comunidade.

Através de uma base de dados de um mapa fornecido pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza [IPLANFOR], com o auxílio de imagens de satélites do Google Earth e imprecisões corrigidas pelos próprios moradores, montou-se um mapa norteador da pesquisa. Para a aplicação, da qual tive a chance de participar, equipes foram divididas da seguinte forma: um líder comunitário, um jovem residente e um membro pesquisador. Nesse período, quase a totalidade das casas do Poço participaram desse processo. A colaboração dos moradores foi positiva, uma vez que perceberam a seriedade da pesquisa, a qual continha em seu núcleo residentes da própria comunidade, que se identificavam com os entrevistados e, portanto, os sensibilizavam para uma colaboração mais efetiva.

De posse do levantamento feito a partir dos mapas e fichas, os dados foram processados a partir de uma planilha colaborativa, atualizada frequentemente por responsáveis pela aplicação das fichas em campo. Além disso, montou-se uma base vetorial da comunidade utilizada em um Sistema de Informação Geográfica [SIG]. Quanto aos resultados gerais, em torno de 368 fichas foram aplicadas, 340 imóveis foram identificados, com 371 famílias compostas pelo total de 1200 moradores residentes na comunidade. Esse resultado total diverge com alguns dados oficiais, como os do IBGE, o qual divulgara 318 imóveis, nos quais continham 1032 pessoas. Por sua vez, o Plano de Habitação de Interesse Social de Fortaleza [PLHISFor] apresentara dados mais aproximados com relação aos moradores, 1132 pessoas, mas se distancia quanto ao número de habitações, 284 imóveis, e somente 257 famílias.

[16] Mapa de Questionários Aplicados. Elaborado pela autora.

- questionários aplicados
- questionários não aplicados



[17] Mapa de número de famílias por residência. Elaborado pela autora.

- 1 família
- 2 - 3 famílias
- a cima de 4 famílias
- questionários não aplicados



[18] Mapa dos moradores que pretendem permanecer no Poço da Draga Elaborado pela autora.

- não
- sim
- questionários não aplicados



[19] Mapa de situação das residências, segundo os moradores. Elaborado pela autora.

- própria
- à venda
- alugada
- para alugar
- questionários não aplicados



[20] Mapa dos materiais e revestimentos. Elaborado pela autora.

- alvenaria com reboco
- alvenaria e madeira
- alvenaria sem reboco
- alvenaria e taipa
- alvenaria com e sem reboco
- questionários não aplicados

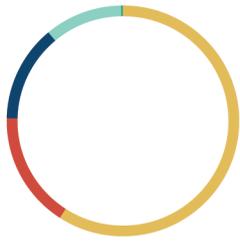


Os resultados levantados nos nove itens da ficha serão apresentados através de gráficos a seguir. No primeiro item referente ao perfil dos moradores, o resultado aponta que a maioria dos entrevistados se identificam com a cor parda ou negra, malgrado afirmassem ser “morenos”. Como necessitavam-se enquadrar-se em uma classificação oficial, sentiram-se mais à vontade com as denominações que mais se aproximavam da cor “morena”.

O resultado do segundo gráfico apresenta o período de ocupação da comunidade no início do século XX, ao contrário do PLHISFor, que julga ter sido na década de 1970. Quando perguntados acerca da origem do primeiro morador da residência, a memória traz consigo rupturas com outros lugares, cidades do interior que passaram por escassez de água, emprego, e a promessa de uma nova vida na capital. Observa-se 42 cidades cearenses como ponto de partida do processo migratório indicado pelos moradores entrevistados, além de 12 estados brasileiros. Em outro momento, quando indagados quanto à vontade de permanecer na comunidade, a grande maioria [94%] afirmou que sim. Dentre os motivos relatados, a localização, os laços de vizinhança e, principalmente, o apego ao local e às suas memórias.

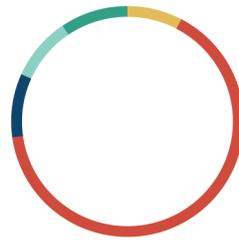
No item “escolaridade”, verifica-se a escolaridade do responsável financeiro pela residência, a qual espelha a condição de segregação social existente em nossa cidade, onde, por conta disso, lhes são limitadas as oportunidades de trabalho. A grande maioria dos moradores foi identificada como trabalhadores autônomos [42%], além de trabalhadores com e sem carteira assinada [34% e 6%, respectivamente], e aposentados e/ou pensionistas [18%]. A renda média na comunidade chega a variar entre 0,5 a 4 salários mínimos. O resultado confronta com a pesquisa do PLHISFor, o qual estimara valores entre 2 a 3 salários. Desses, 24% recebem renda complementar do Programa Social Bolsa Família.

Os dados coletados no item “residência”, trazem resultados concernentes a quantidade de moradores que possuem Registro Imobiliário Patrimonial [RIP]. Mais da metade dos residentes da comunidade possuem este documento, o que coincide com os moradores mais antigos. Esses registros foram conquistados através da Secretaria do Patrimônio da União [SPU], haja vista o terreno estar situado em terreno de Marinha, propriedade da União.



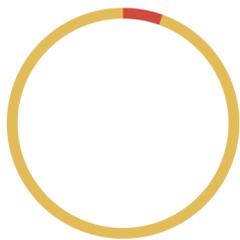
pardo 65,5%  
 negro 18%  
 branco 15%  
 amarelo 12%  
 índio 0,3%

[1] etnias



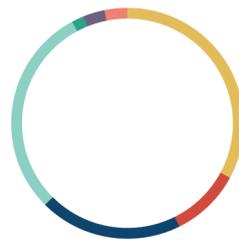
8,5% 1916-1940  
 65% 1941-1975  
 8,5% 1976-1990  
 8,5% 1991-2005  
 65% após 2005

[2] ano de chegada à comunidade



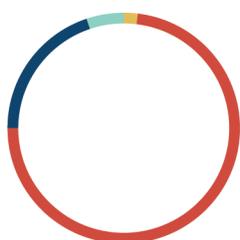
94% sim  
 6% não

[3] moradores que pretendem permanecer na comunidade



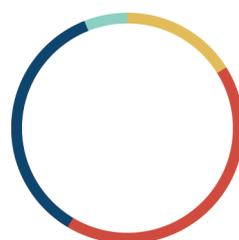
32,8% ensino fund. incompleto  
 9,8% ensino fund. completo  
 19,9% ensino médio incompleto  
 29,8% ensino médio completo  
 1,5% ensino superior incompleto  
 3% ensino superior completo  
 3,2% não estudou

[4] escolaridade dos moradores



2% 0 a 0,5 SM  
 73% 1 a 2 SM  
 20% 2,5 a 2,5 SM  
 5% acima de 4 SM

[5] renda



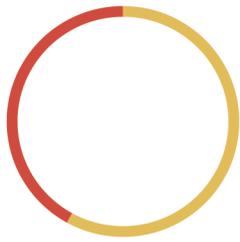
16% aposentados/pensionistas  
 42% autônomos  
 35% empregados com carteira  
 6% empregados sem carteira

[6] função trabalhista

Além dos registros e informações de propriedade da casa, também foram levantados os materiais construtivos das moradias, que variaram entre alvenaria com e sem reboco e misto. Nos últimos 15 anos, a realidade construtiva da comunidade mudou radicalmente e um houve uma melhora na habitabilidade das residências.

No que tange à infraestrutura básica, a pesquisa mostra que 97,5% da comunidade possui abastecimento de água e 98,7%, coleta de lixo, recolhidos na porta de casa ou em locais estabelecidos pela prefeitura. No entanto, somente 12% possui esgotamento sanitário atendido pela rede municipal, o restante utiliza fossas sépticas ou lançam os dejetos no próprio rio, agravando a fragilidade ambiental da área.

Com relação aos esportes, 69% dos jovens praticam atividade física. De maneira geral, a área é bastante propícia ao esporte, haja vista a quadra de futebol, os equipamentos de ginástica implantados no pavilhão, e toda a relação com a orla, que permite a prática de caminhada e outras modalidades esportivas, como natação, surfe e triathlon, sendo este ensinado e incentivado pelo programa *Atitude Atletas*. A relação de identidade com o lugar é perceptível quando muito dos moradores ao serem questionados sobre a importância da praia para a identidade da comunidade, afirmam ter uma relação de pertencimento com ela e remetem a histórias, recordações, experiências de vida e emoções ali vividas. Conflitando com essas relações, a instalação de tapumes nas obras do Acquário do Ceará dificultaram o acesso dos moradores à orla, criando uma barreira física e visual por tempo indeterminado, haja vista a obra encontrar-se parada e com poucas perspectivas de retorno imediato. Mesmo assim, 26% da comunidade acredita que o equipamento poderá oferecer possibilidades de emprego e visibilidade para a comunidade.



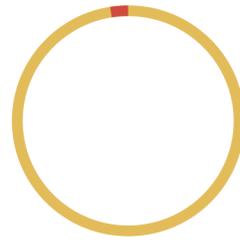
58% sim



42% não



[7] rip



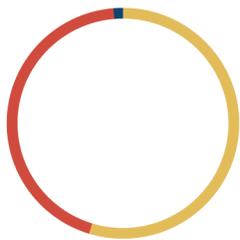
97,5% cagece



2,5% outros



[8] abastecimento de água



54,7% em local estabelecido pela PMF



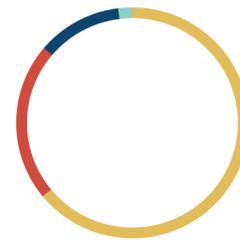
44% coleta na porta



1,3% outros



[9] coleta de lixo



64% fossa



22,2% joga no rio



12% rede municipal



1,8% outros



[10] rede de esgoto



23% ginástica



28% caminhada



20% futebol



16% náuticos



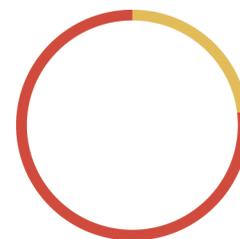
8% dança



5% outros



[11] prática de esportes



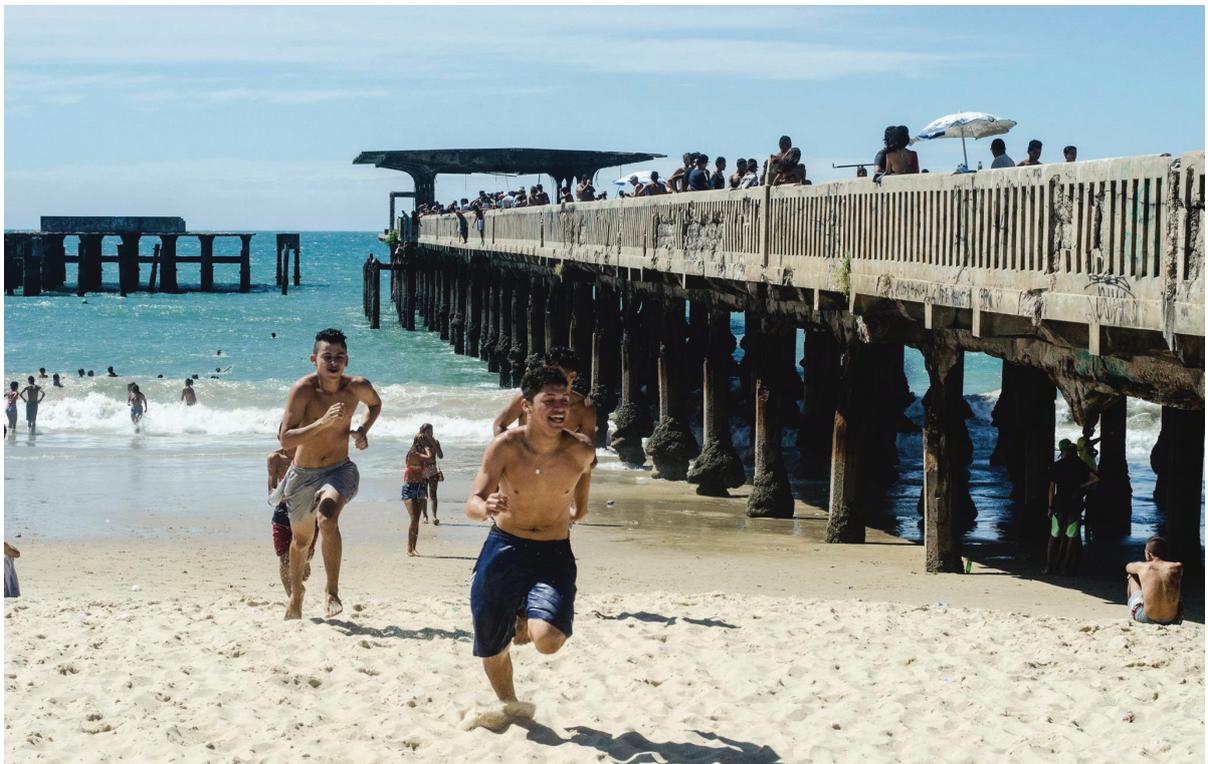
23% não



77% sim



[12] relação dos moradores com a praia



[21] Relação do moradores com a praia, na cobertura fotográfica da comemoração dos 110 Anos da Comunidade Poço da Draga. Acervo: Luiz Alves





04.

## avanços e atrasos

[a ordem inventada e a desordem vivida]

A conclusão que se pode extrair a partir dos estudos apresentados no capítulo anterior é que há uma forte relação da comunidade com o lugar no qual habita. A busca dos próprios moradores em compreender as condições do Poço da Draga é de grande relevância para se chegar a diagnósticos que propiciem a transformação, uma vez que a compreensão dos obstáculos e das condições idiossincráticas dos conflitos enfrentados pela comunidade pode levá-la para além da resistência.

A mais nova ameaça para a comunidade é o novo projeto da LUOS [Lei de Uso e Ocupação do Solo], elaborado pela SEUMA [Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente] na atual gestão, que está para ser votado na Câmara Municipal. O projeto é objeto de desconfiança e crítica de muitos pesquisadores e representantes da sociedade civil, como movimentos sociais e moradores de vários bairros da cidade.

O novo projeto de lei trás algumas mudanças e irregularidades. Cria 20 ZEDUS [Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica], que ocupam aproximadamente 12% do território, com novos parâmetros urbanísticos, que aumentam o potencial construtivo dos terrenos, aumentando o índice de aproveitamento, a altura máxima permitida para as edificações e diminuindo recuos e taxas de permeabilidade, sem para isso apresentar estudo técnico prévio e ter a efetiva participação popular. Além disso, as ZEDUS muitas vezes se sobrepõem às ZEIS [Zona Especial de Interesse] e às ZEPHS [Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Paisagístico, Histórico, Cultural e Arqueológico], delimitadas pelo PDPPFor [Plano Diretor Participativo de Fortaleza], mas que ainda não foram regulamentadas e são frequentemente ameaçadas. A proposta ainda omite a ZEIS do Poço da Draga e duas ZRAs [Zona Especial de Recuperação Ambiental], onde por sinal foram construídos grandes empreendimentos, como a Loja Leroy Merlin e a ampliação do shopping Iguatemi.

Em relação ao Poço da Draga, a prefeitura admitiu como erro a não-delimitação nos mapas de sua área como ZEIS. Porém, ainda não apresentou a revisão do documento e o projeto segue para ser votado na Câmara Municipal. A medida é preocupante por existir interesses

no potencial turístico da região de orla, e pela convivência do Poder Público, haja vista as análises e planos desenvolvidos para o local irem no sentido de deslegitimar a comunidade.

Villaça esclarece como esse processo se dá:

**O que há de peculiaridade na orla de alto-mar é que, ao contrário dos setores rodoviários e ferroviários, onde a cidade ‘ganha gratuitamente’ um componente vital da infra-estrutura urbana [um sistema de transportes] decidido, inclusive quanto a seu traçado, por entidades e razões supralocais, a urbanização ao longo das orlas nas metrópoles litorâneas, inclusive e especialmente a infra-estrutura de transportes, decorre de decisões que atendem a interesses intra-urbanos. Tais interesses são os de camadas de alta renda e seus agentes imobiliários [...]. Estas, pelo poder político que apresentam, pressionam o Estado, que investe nesses setores.**

[VILLAÇA, 1998, p.107]

Dessa forma, especulação imobiliária, relações políticas marcadas pela troca de favores e legislação urbanística, que põe na clandestinidade e ilegalidade a maioria dos bairros da cidade dificultam o acesso à terra urbana e à moradia adequada para a população mais pobre, provocando a proliferação de ocupações irregulares. Assim, a própria legislação — com leis urbanísticas elitistas, baseadas em padrões técnicos descontextualizados e inatingíveis — tem papel fundamental na reprodução da ilegalidade e da segregação espacial. Bem como, a concepção individualista do direito de propriedade que ainda vigora em grande parte das interpretações judiciais nos tribunais do país, contrariando a função social da propriedade, prevista na Constituição.

Em outro trecho de Espaço intra-urbano no Brasil, Villaça conclui que:

**As camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano por meio do controle de três mecanismos: um de natureza econômica — o mercado, no caso, fundamentalmente o mercado imobiliário; outro de natureza política: o controle do Estado, e, finalmente, através da ideologia.**

[VILLAÇA, 1998, p.335]

A partir das citações acima, o Estado toma para si a função de estabelecer uma ordem racional, que garante a reprodução das relações de produção dominantes. Sendo assim, a partir do discurso cientificista de um plano formal produzido por técnicos especializados, a força contrária à existência da comunidade ganha ares de obviedade. Divergir desses planos é ir de encontro à razão, aos estudos que comprovam “o melhor” para a cidade. Trata-se, portanto, de princípio cultural-ideológico aplicado pelo Estado para exercer sua autoridade sobre parcela da sociedade.

A Constituição Federal de 1988, por exemplo, fez promessas que não foram implementadas pela ausência de normas capazes de tirar os instrumentos do papel, mas que vieram a ser regulamentadas pelo Estatuto da Cidade [acompanhado pela medida provisória nº 2.220, de 2001]. O Estatuto da Cidade é como se denomina a lei 10.257, de 10 de julho de 2001, a qual regulamenta a Política Urbana da então Constituição Federal, detalhando os artigos 182 e 183. Essa lei tem como objetivo garantir o direito à cidade como “direito fundamental da pessoa humana” e reduzir os impactos acarretados pela segregação socioespacial intensamente sofrida no Brasil.

**Aplicar o Estatuto da Cidade em tal contexto, culturalmente excludente, tradicionalmente conservador, não é tarefa simples, especialmente porque nessas sociedades chamadas de emergentes, não desenvolvidas, em desenvolvimento ou periféricas, o poder político e social vem associado à propriedade patrimonial.**

[MARICATO, 2010, p. 06]

Dessa forma, a aplicação de muitos dos direitos sociais, conquistados pelo Estado da Cidade, depende inteiramente do governo municipal, bem como, muitas vezes, do setor privado capaz de influenciá-lo localmente, dando-lhe poder suficiente para procrastinar tal aplicação. Outro problema enfrentado para a implementação dos direitos sociais consolidados pelo Estatuto da Cidade é a falta de informação e de assessoria jurídica para uma parcela da sociedade.

Maricato [2010] ressalta ainda que o acesso à terra, seja urbana ou rural, é um dos temas mais importantes da humanidade, sobretudo nas sociedades mais pobres que se urbanizam. Eis, portanto, a importância de leis que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa

e ambientalmente equilibrada.

Não se pode negar que, nos últimos anos, grandes passos foram dados com a aprovação do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades [2003]. Todavia, os passos são lentos e frequentemente contestados por uma cultura predominantemente patrimonialista, que encontra como grandes representantes os próprios gestores públicos, que insistem em concentrar os investimentos nas áreas nobres das cidades.

Quanto às áreas denominadas como irregulares, fora da ordem estabelecida, a prática comum é remover. Favelas, ocupações, loteamentos clandestinos, cortiços, ou mesmo conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado, são termos utilizados para caracterizar diversos tipos de irregularidade. Os diferentes contextos urbanísticos, jurídicos e políticos dos assentamentos irregulares, bem como a imprecisão desses termos e de critérios de avaliação e classificação, torna inviável elaborar estratégias válidas para toda e qualquer situação.

Enquanto isso, o pragmatismo do mercado imobiliário, o qual pressiona o poder político, influencia na decisões de remover comunidades em nome do domínio da localização, uma vez que as “camadas de alta renda não têm preferência por sítios altos ou baixos, mas sim pelos melhores, segundo os valores sociais e as condições de segurança, salubridade e beleza” [VILLAÇA, 1998, p.198]. Para a comunidade do Poço da Draga, isso implicaria em destruir laços de vizinhança, hábitos e memórias associadas ao território afetivo no qual estão inseridos.

À luz de toda discussão levantada, torna-se inadiável oferecer regularização fundiária de forma plural e plena, apoiada na participação de diversos atores e no reconhecimento de múltiplos saberes, para que se possa abranger todas as questões sociais, econômicas, jurídicas e ambientais envolvidas. Espera-se, assim, que haja a integração da grande parcela excluída das centralidades urbanas, e que os processos de regularização fundiária busquem a transparência na prestação de contas e uma ampla participação popular, com abordagens de baixo para cima, no intuito de democratizar as estratégias de gestão urbana.

A primeira medida para efetuar um programa de regularização é identificar, situar e caracterizar os diferentes tipos de irregularidade, para assim utilizar uma estratégia específica caso a caso.

## regularizar

[o caso do poço da draga]

O Poço da Draga está localizado em Terreno de União e é considerado uma Zona Especial de Interesse Social, de acordo com Plano Diretor Participativo de Fortaleza.

A Secretaria do Patrimônio da União [SPU], do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é o órgão responsável por identificar, delimitar, cadastrar e fiscalizar os bens imóveis da União e tem como compromisso “conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação”. Dessa forma, considera que o uso desse patrimônio deve estar a serviço do interesse público e para o benefício da coletividade, mesmo que destinado à iniciativa privada. Quando se destinar a população de baixa renda, a utilização dos bens da União será feita de forma gratuita e quando para fins lucrativos, a União pode demandar uma contrapartida, que pode ser financeira ou não.

Em assentamentos informais de baixa renda, a SPU estabelece parceria com os Municípios para promover a regularização fundiária em terras da União, através de acordos e colaborações técnicas, que podem se dar das seguintes formas: na comprovação da situação de baixa renda dos beneficiados; na regulamentação das áreas da União ocupadas como Zonas Especiais De Interesse Social (ZEIS) dentro do Plano Diretor do Município; no cadastramento das famílias; na demarcação da área; na urbanização da área e na titulação das famílias.

Para isso, é fundamental formalizar a parceria com o Município, para estabelecer a gestão da regularização fundiária de forma compartilhada e garantir a regularização jurídica, urbanística e ambiental. As Prefeituras assumem a responsabilidade pela dimensão urbanística e ambiental, enquanto o SPU, garante a titulação dos moradores. Outra etapa é articular os diferentes atores envolvidos no processo.

Para regularização desses assentamentos, diversos são os instrumentos que podem ser aplicados: Zonas Especiais de Interesse Social [ZEIS]; Concessão de Direito Real de Uso [CDRU]; Concessão Especial para Fins de Moradia [CUEM]; Cessão de uso gratuita; Aforamento.

[22] Vila Vitória, ou Portelinha, na Comunidade Poço da Draga. Acervo: Luiz Alves



## instrumentos urbanísticos

[regularização fundiária no poço da draga]

### **zonas especiais de interesse social [ZEIS]**

Redatores de texto: Fernanda Carolina Vieira da Costa, Nelson Saule Jr., Karina Uzzo e Patrícia de Menezes Cardoso.

As ZEIS são zonas urbanas específicas, que podem conter áreas públicas ou particulares ocupadas por população de baixa renda, onde há interesse público de promover a urbanização e/ou a regularização jurídica da posse da terra, para salvaguardar o direito à moradia.

São destinadas prioritariamente para a produção e manutenção de habitação de interesse social, a fim de promover a regularização jurídica da área, a implantação de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários e a promoção de programas habitacionais, incorporando os territórios da cidade informal à cidade legal.

É o instrumento pelo qual ficam reconhecidas pela ordem jurídica da cidade, para serem utilizados para fins de habitação de interesse social, as áreas ocupadas por favelas, assentamentos urbanos da comunidade de baixa renda, loteamentos populares irregulares, terrenos não edificados, subutilizados ou não utilizados necessários à implementação de programas habitacionais e habitações coletivas [cortiços]. Dependendo da situação, a área da ZEIS pode ser isenta do pagamento do IPTU.

As ZEIS devem ser instituídas por lei municipal, que pode ser a lei do Plano Diretor ou uma lei específica. A lei deve conter os perímetros delimitados das áreas, os critérios para o estabelecimento das normas especiais de uso e ocupação do solo, e os instrumentos que poderão ser utilizados nos processos de regularização e urbanização dessas áreas.

As ZEIS servem para regularizar as ocupações do ponto de vista urbanístico, através do reconhecimento de que as ocupações são parte integrante da cidade; entretanto, não regularizam juridicamente a situação fundiária dos terrenos ocupados pela comunidade em favor dos respectivos moradores. Dessa forma, é necessária a implantação de um processo de urbanização, que deve ser combinado com a aplicação dos instrumentos de regularização jurídica.

O Plano de Urbanização das ZEIS é um instrumento instituído e executado pelo Poder Público municipal que orienta as intervenções nas ZEIS. O plano de urbanização deverá definir formas de gestão, implementação e manutenção das ZEIS, assegurando a participação

da população, da iniciativa privada, dos promotores imobiliários, das associações e das cooperativas de moradores. Esse instrumento deve definir os padrões específicos de parcelamento, edificação, uso e ocupação do solo e a fixar preço e forma de financiamento, de transferência ou de aquisição das unidades habitacionais a serem produzidas.

### **concessão de direito real de uso [CDRU]**

Redatora de texto: Fernanda Carolina Vieira da Costa.

A CDRU é um instrumento instituído em nível nacional pelo decreto-lei nº 271/67, que permite ao Poder Público legalizar espaços públicos utilizados para fins residenciais. Em alguns estados a CDRU é também regulamentada por meio das Constituições Estaduais, Leis Orgânicas ou legislações específicas.

Trata-se de um direito real devido à relação estabelecida entre o imóvel [terreno, casa, prédio] e a pessoa que o possui e utiliza para satisfazer suas necessidade de moradia. O direito real permite o uso de ações para defender a posse ou a propriedade contra qualquer pessoa que viole ou prejudique o direito de possuir, utilizar e dispor do imóvel.

A CDRU aplica-se a terrenos públicos ou particulares, para fins de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social. É a forma jurídica pela qual a pessoa pode se apropriar de um bem econômico, e defender a posse ou a propriedade contra qualquer outra que viole ou prejudique os seus direitos, desde que o imóvel esteja registrado no Cartório de Registro de Imóveis. A CDRU pode ser transferida por herança, ou por venda se houver a anuência do concedente.

Para efetivação da CDRU, se as terras forem do município, a Administração Municipal deve apresentar um projeto de lei para a Câmara Municipal. Recomenda-se que a lei que reconhece as ZEIS contenha uma autorização para implementar a CDRU.

Tanto para as favelas como para os conjuntos habitacionais, a autorização da CDRU gratuita ou paga está condicionada à avaliação prévia e à licitação na forma de concorrência. É possível a constituição de um processo de dispensa de licitação, uma vez que a avaliação e a concorrência pública já ficam dispensadas nas concessões destinadas à habitação popular, quando se busca regularizar uma situação preexistente.

## **\_concessão de uso especial para fins de moradia [CUEM]**

Redatora de texto: Betânia de Moraes Alfonsin.

É um direito garantido pelo Estatuto da Cidade para regularizar áreas públicas onde residam moradores de baixa renda, uma vez que os imóveis públicos não podem ser adquiridos pelo Usucapião. Trata-se de um direito real, ou seja, um direito que pode gerar ações contra qualquer pessoa que queira violá-lo e contra o próprio Poder Público que concedeu o direito de uso.

A Concessão Especial é formalizada por um contrato entre o Poder Público e o ocupante da área pública, ou por uma sentença judicial, caso o morador tenha entrado com uma ação. Em ambos os casos, para ter eficácia, a concessão do uso deverá ser levada a registro no Cartório de Registro de Imóveis. Os moradores devem atender aos seguintes requisitos: somar cinco anos de posse sobre terreno público urbano de até 250m<sup>2</sup>, até 30 de junho de 2001; utilizar o terreno apenas para fins de moradia, sem serem proprietários de outro imóvel urbano ou rural; não haver sofrido ação judicial por parte do Poder Público pedindo a desocupação da área.

O requerimento deve ser feito no órgão público que é proprietário do imóvel (município, estado ou União). O morador não será dono do imóvel. O título de propriedade continua em poder da Administração Pública, que concede ao ocupante o direito de usar o bem. A partir da nova lei, o Poder Público tem obrigação de dar a concessão a todos os moradores que atenderem aos requisitos básicos.

O direito de usar o terreno (concessão) é gratuito. Porém, se a regularização for acompanhada de obras de urbanização, a Administração Pública pode estabelecer uma contribuição por essas melhorias. O título de concessão será um contrato entre o Poder Público e o ocupante da área ou uma sentença judicial, caso o morador tenha entrado com uma ação. Nos dois casos, é um documento legal que protege o morador e deve ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis.

Identificar a quem pertence a área pública; Entrar com o pedido de posse com os documentos de propriedade; Caso a área não seja identificada os moradores deverão solicitar uma certidão à Prefeitura que declare a quem pertence o imóvel público; Se a área pública pertencer a mais de um ente federado, cabe ao município especificar na certidão a metragem da área que pertence a cada um deles. Após obter a certidão, o requerimento deverá ser destinado à Prefeitura caso o imóvel seja municipal, ao Governo do estado, se o imóvel pertencer ao Estado, ou ao Governo Federal, se o imóvel for da União. Havendo omissão ou o não-reconhecimento do direito, os moradores deverão entrar com uma ação judicial.

## **\_cessão**

Redator de texto: Equipe Instituto Pólis

Por meio dela, a União concede a terceiros direitos reais sobre seus bens, com objetivo de alcançar o interesse público, como no caso de um programa de regularização fundiária.

O regime da Cessão [uso, aforamento, direito real de uso e etc.] será definido pela SPU conforme o interesse/objetivo específico da concessão. Podem receber a cessão os Estados, Distrito Federal e Municípios, entidades sem fins lucrativos de caráter educacional, cultural ou de assistência social, bem como pessoas físicas ou jurídicas que exerçam aproveitamento econômico de interesse público. Em geral, a cessão é gratuita; porém, quando destinada a empreendimentos com fins lucrativos será onerosa. A contrapartida devida no caso de cessão de uso onerosa pode ser monetária ou não, isto é, a contrapartida pode ser paga com terrenos ou obras, entre outras ações.

## **\_aforamento**

Redator de texto: Equipe Instituto Pólis

O aforamento é o ato por meio do qual a União atribui a terceiros o domínio útil de imóvel de sua propriedade, obrigando-se este último ao pagamento de pensão anual denominada foro, equivalente a 0,6% do valor do terreno. Na forma da legislação federal específica, tal transferência pode-se dar de forma gratuita ou onerosa e, neste último caso, mediante pagamento da importância equivalente a 83% do valor de avaliação do terreno.

A União poderá conceder aforamento quando entender que não há interesse público, econômico ou social em manter o imóvel em seu domínio, assim como quando for conveniente à preservação ambiental e à defesa nacional, optando por radicar o indivíduo ao solo e mantendo o vínculo da propriedade como pública.

No entanto, quando a União decidir pelo aforamento oneroso deverá dar preferência à pessoa que comprovadamente, em 15 de fevereiro de 1997, já ocupava o imóvel há mais de um ano. Além disso, a pessoa deverá estar regularmente inscrita como ocupante e em dia com suas obrigações junto à SPU. Caso o titular do aforamento decida transferi-lo para outra pessoa de forma onerosa, ele deverá pagar o laudêmio, quantia correspondente a 5% do valor do imóvel (terreno e benfeitorias). Quando se tratar de famílias de baixa renda, a União concederá a isenção mediante solicitação do beneficiário.

## alternativas

[práticas para uma arquitetura aberta]

De acordo com relatório Organização das Nações Unidas, 3,5 bilhões de pessoas vivem em cidades, enquanto que 828 milhões de pessoas vivem em favelas. Em 2030, quase 60% da população do mundo viverá em áreas urbanas. Uma grande parte do crescimento urbano ocorrerá em países em desenvolvimento. Como resultado, estes países enfrentarão muitos desafios para atender às necessidades crescentes da população urbana, como habitação, infra-estrutura, transporte, energia, emprego e serviços básicos para atender a saúde e educação.

Aliado ao progressivo abandono das áreas rurais, o fenômeno da migração para os centros urbanos provoca uma hipertrofia urbana, bem como agrava o déficit de moradia nas grandes cidades. A dificuldade de inserção na sociedade e o reduzido poder financeiro, materializam-se na incapacidade de comprar um terreno ou uma casa segundo as leis do mercado. A população encontra, assim, um caminho pelo sistema informal, que se transforma na única e na mais direta resposta às suas necessidades.

Ainda que as habitações clandestinas possam ter inúmeras diferenças formais e tipológicas, dependendo das posses e necessidades individuais dos seus moradores, da localização, da cultura, entre outros fatores, elas têm elementos em comuns, embora possam corresponder a estratos sociais diferentes. É na moradia emergente, oriunda do processo de autoconstrução, que os moradores encontram liberdade de criação pessoal, pois enquanto ilegal, não estão sujeitos às regras da arquitetura, nem às leis que a condicionam.

A casa construída pela via do clandestino significa, não só a possibilidade de as famílias organizarem o espaço à medida de suas necessidades, como também uma apropriação simbólica e afetiva, que resulta da busca de intensidade própria na habitação.

John Turner, após visitar “muitas favelas, conjuntos residenciais e outras formas de moradia urbana no Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Recife e Belém”, acompanhado por colegas arquitetos brasileiros, fez a seguinte colocação: “Mostraram-me problemas – favelas, mocambos, alagados, etc. – que considero soluções. E mostraram-me soluções –

conjuntos de habitações de baixo custo – que eu chamo problemas” (TURNER, 1968, p.17). Realidade que ainda se constata atualmente, mesmo quase cinquenta anos depois.

Esse processo de análise e conscientização dos fenômenos urbanos não regulamentados, desenvolvido entre as décadas de 1950 e 1970, defendeu o reconhecimento desse urbanismo – denominado informal, marginal e também construção social do habitat – como alternativo ao formal e regulamentado, como autêntica maneira de fazer a cidade.

Assim, guiado pela vontade de dar mais autonomia ao usuário, Turner desenvolve persistentemente o tema da descentralização do poder e desvaloriza os sistemas burocráticos que em nada contribuem para o desenvolvimento urbano, pois, para o arquiteto, o aspecto basal que determina o sucesso ou o fracasso de uma intervenção está na relação do poder de decisão entre os diferentes atores do processo.

Partindo dos princípios de *Empowerment*, Turner acredita que os assentamentos espontâneos permitem uma maior flexibilidade, propiciando chances concretas de transformação social. O arquiteto considera a comunidade como uma entidade ativa e dinâmica, onde a produção da habitação, através de processos de auto-construção e colaboração comunitária, assume um caráter prático e contínuo. Daí o fato “simples, porém raramente notado, de que o processo de construção de uma casa, em si mesmo já é um veículo de mudança social” [TURNER, 1968, p.19].

**Outra contribuição valiosa de Turner, mas com muito menos consequências para as políticas habitacionais e urbanas brasileiras, diz respeito à ideia da moradia como processo (housing as a verb) e ao reconhecimento do fato de que as casas populares permanecem “inacabadas” por estarem em permanente processo de adaptação a necessidades cambiantes, ciclos de vida e capacidade de poupança das famílias. Nesse sentido, cabe repensar fundamentalmente a separação entre as etapas de projeto, construção, uso, manutenção e reforma.**

[KAPP, 2013, p. 106]

Dentre as propostas de habitação de interesse social alinhadas a essas discussões, destaca-se o trabalho do arquiteto chileno Alejandro Aravena, do estúdio Elemental. O campo de ação do grupo é a cidade: o desenvolvimento de habitações, espaços públicos, projetos de infraestrutura e transporte que possam representar uma efetiva e eficiente promoção de qualidade de vida para a população de baixa renda.

Investem na inovação e qualidade dos projetos de interesse público e impacto social, desenvolvendo seus projetos através de processos participativos de decisão junto às comunidades envolvidas. Entre os seus projetos mais importantes está o conjunto Quinta Monroy, que implementou pela primeira vez a estratégia de “viviendas incrementales”.

O governo chileno pediu para que eles resolvessem uma difícil equação: realocar 100 famílias que, pelos últimos 30 anos tinham ocupado uma área de 0.5 hectares no centro da cidade de Iquique no deserto chileno. Segundo cálculos da Elemental, o orçamento escasso de apenas Us\$ 7500, no melhor dos casos, só permitiria a construção de uma estrutura



[23] Quinta Monroy antes e depois de ser entregue aos seus moradores. Acervo: Cristobal Palma

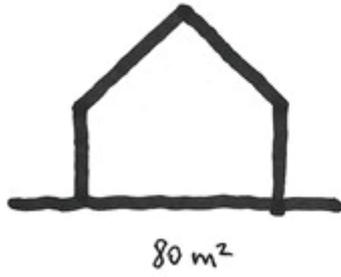
de aproximadamente 30 m<sup>2</sup>. De início, a prioridade dos arquitetos foi negociar a permanência dos moradores na Quinta Monroy, garantindo a proximidade ao conjunto de serviços e infraestruturas da cidade. O projeto teve uma abordagem participativa, fruto de discussões abertas com os futuros moradores e desenhos colaborativos.

Em síntese, a cada lote de 9m x 9m correspondia, no piso térreo, um volume inicial de 6m x 6 m por 2,5 m de altura [passível de expansão horizontal], definindo uma habitação e conformando um quintal nos fundos do lote. Por cima deste volume, sustentava-se um volume de altura dupla de 6m x 6m por 5 m de altura [passível de expansão vertical e horizontal], do qual só a metade inferior seria construída, deixando a outra metade livre para posterior expansão da habitação. Esta determinação volumétrica permitia, assim, consagrar uma habitação de área inicial de 36m<sup>2</sup>, mas passível de ser aumentada até os 72m<sup>2</sup>.

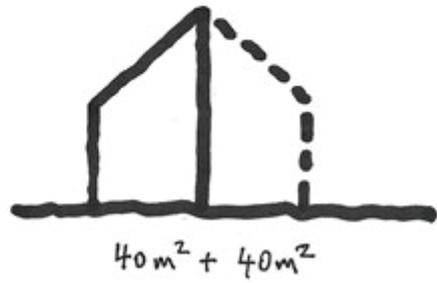
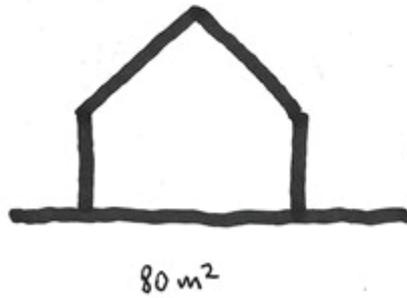
A ideia foi deixar construído a parte mais difícil da casa, na qual as famílias teriam mais dificuldade em realizar sozinha [estrutura, banheiros, cozinha, instalações, cobertura e escadas]. A responsabilidade



MONEY



NO MONEY



pela construção da outra metade da casa foi repassada para o morador, que poderia expandi-la de acordo com seus recursos e necessidades.

Com simplicidade, clareza e domínio técnico, o resultado distancia-se da “espetacularização da arquitetura”, ao criar um projeto estético aberto e diverso. De fato, a imprevisibilidade do futuro e as necessidades e desejos em constante mudança dos futuros moradores de um projeto estão formando um novo tipo de consciência de design: os designers abandonam o controle de seus projetos e deixam suas obras abertas a modificações e reapropriações por seus futuros usuários.

**Assim, o propósito do design, ao tentar compreender e dar uma resposta à ameaça dos “3S”, escala, velocidade e escassez, é canalizar a própria capacidade das pessoas. Não vamos resolver o problema de 1 milhão de pessoas por semana a menos que usemos o próprio poder do povo na construção. Assim, com o projeto certo, cortiços e favelas podem não ser o problema, mas, na verdade, a única solução possível.**

[ARAVENA, 2014]

O arquiteto, depois de ser premiado com o prêmio Pritzker, disponibilizou os desenhos de quatro de seus projetos de habitação social para uso público. Os desenhos incluem plantas, cortes, fachadas, implantações e detalhes dos projetos Quinta Monroy, Lo Barnechea, Monterrey e Villa Verde e estão disponíveis para download.

Essas iniciativas destinadas a difundir projetos de arquitetura open source [código aberto] têm avançado bastante na última década. Tendo em vista que mão-de-obra representa cerca de um terço do custo de uma casa, enquanto os outros serviços representam outro terço, se aumentarmos o papel da tecnologia e compartilharmos informações livremente sobre todos os aspectos do projeto, do desenho à fabricação, podemos não somente reduzir os custos da construção de moradia, como também melhorar a sua qualidade.

O modelo de desenvolvimento de código aberto, que se originou do software, mas se expandiu para vários domínios da atividade criativa humana, refere-se a um processo onde as instruções [código fonte] para a produção de um artefato físico ou digital são tornadas abertamente acessíveis ao domínio público. O intuito é que os usuários possam estudá-los e modificá-los de acordo com suas necessidades, produzindo alterações inovadoras e pessoalmente significativas.



05.

## contato com os moradores

[conhecendo dona geralda]

O encontro com os moradores se deu na varanda da casa do Sérgio, localizada na Rua Viaduto Moreira da Rocha, a maior via dentro do perímetro do Poço da Draga.

Já conhecia sua mãe, a D. Geralda Rocha, de outras visitas que fiz à comunidade, quando fui aplicar os questionários da pesquisa, que ocorreram todo sábado durante o primeiro semestre de 2016, e nos eventos organizados pelo Movimento ProPoço. Porém, até então não tinha tido oportunidade de conhecê-la melhor.

Na visita, tivemos uma conversa mais informal, para que a D. Geralda ficasse mais à vontade em falar do seu cotidiano, das suas memórias e vivências na casa. Ela foi a primeira moradora e é quem mais usufrui do espaço. As informações foram surgindo livremente e a timidez foi dando espaço à sorrisos e confidências.

Ao longo da conversa, algumas perguntas foram sendo postas, mas não de maneira pré-estabelecida. D. Geralda contou sobre o período em que foi morar no Poço da Draga, bem como da cidade que veio, antes de imigrar para Fortaleza. Nessas narrativas, foram aparecendo novos personagens, como o seu marido, o qual falecera em 2012, sua filha, seu genro, seu querido neto, sua irmã Maroca e seu cunhado, que também são residentes do Poço da Draga. Parte da história da família pode ser contada através da história da casa, bem como a própria história da comunidade.

**Quando cheguei, a casa era toda feita de madeira. Não tinha essa varanda, era uma areazinha aberta. O muro era bem baixinho, só uma meia parede, as pessoas paravam pra sentar e conversar.**

[Dona Geralda, 2016]

A primeira reforma foi feita pelo seu cunhado. A casa de madeira foi toda desmanchada e construída novamente de tijolo, em 1979. Foram colocados pisos cerâmicos, em cores diferentes em cada ambiente, e taco de madeira no quartos, bem como um forro de gesso. Com as enchentes, o forro foi caindo aos pedaços e os alagamentos danificaram o taco de madeira.

Em outra reforma, subiram o muro da fachada, devido a questões de insegurança. Com relação às demais mudanças, questões mais específicas de distribuição do espaço foram apresentadas. O corredor, por exemplo, que atualmente fica para o sul da casa, era voltado para o norte, e os ambientes eram abertos [sala, onde dormiam as crianças, quarto do casal e sala de janta], sem paredes divisórias com o corredor. O quarto possuía uma cortina, que dava um pouco mais de privacidade ao casal. Segundo Sérgio, era assim na maioria das casas na comunidade.

A última reforma, em 2014, foi realizada para melhor receber o neto, que estava prestes a nascer. O corredor passou a ser voltado para o sul, construíram um banheiro, que consideram estar superdimensionado, e fecharam um cômodo, que passou a ser o quarto do Sérgio, porém é o local menos confortável da casa. Além disso, essa reforma buscou trazer maior segurança aos moradores contra os períodos chuvosos, os quais foram responsáveis por vários alagamentos na residência. Por essa razão, elevou-se o piso de toda a casa.

Pontos potenciais da casa, como o quintal, foram descritos com riqueza de detalhes, de momentos afetivos e lúdicos com a vegetação existente. Atualmente, D. Geralda planta várias frutíferas no jardim, além de criar uma galinha. É a sua parte preferida da casa. Foram descritos também, ao longo da conversa, pontos a melhorar, como o conforto térmico do quarto do Sérgio, a falta de privacidade para a filha, que dorme diariamente na casa, e o genro, que vem aos finais de semana, a falta que sentem de um forro e os constantes gastos com iluminação e ventilação artificial. Dona Geralda relata que as luzes precisam passar o dia inteiro acesas.

Narra também sobre sua relação com os vizinhos, os mesmos desde que chegou à comunidade, ainda na década de 1970, e fala com afeto do local em que vive, bem como de suas memórias no Poço. Ela relata que não costuma ir à casa de suas amigas, apenas uma vez por semana quando rezam o terço, mas que toda noite põem cadeiras na calçada, para conversar e ver o movimento da comunidade, prática que chamam de conversa de batente.

## análise espacial e construtiva

[segunda visita]

A ocupação da casa é de aproximadamente 66m<sup>2</sup>, inserida em um lote de 104m<sup>2</sup>. Em uma análise mais técnica da casa, verifica-se que, por situar-se em uma via com caixa viária mais generosa, em torno de cinco metros de largura, sofre maior influência solar, mas também recebe maior ventilação, embora não tão bem aproveitada por conta da fachada quase totalmente vedada. Como a residência tem poucas aberturas, através apenas de cobogós, voltadas para a área externa, tem-se um ambiente úmido, quente e pouco iluminado.

A casa é dividida nos seguintes compartimentos: varanda, sala, quarto compartilhado com o sobrinho do Sérgio [João Marcelo], a Dona Geralda e a irmã do Sérgio [Silvia]; quarto do Sérgio; banheiro; cozinha; área de serviço e quintal. No acesso à casa depara-se imediatamente com a varanda, a qual possui em torno de oito metros quadrados, uma mesa de jantar e uma pequena abertura de cobogó, acima de 1,70m. Trata-se de um ambiente pouco integrado com a área externa, de modo que as tradicionais conversas na calçada não interagem com quem está na varanda da casa. O cômodo não é bem iluminado, tampouco ventilado, assim como será percebido ao longo da casa.

Como a casa tem seus limites laterais divididos com as outras casas, não há aberturas ao longo da sala, quartos ou banheiros. Os compartimentos como a sala, um dos quartos e a cozinha são separados por paredes com vãos sem portas. Na sala, tem-se sofá, televisão, rack e prateleiras. A irmã e a mãe do Sérgio dividem o mesmo compartimento com o sobrinho, no qual tem-se berço, cama de solteiro, uma cômoda e um espaço para Dona Geralda armar sua rede. Embora seja o maior compartimento da casa, com aproximadamente nove metros quadrados, existem claras dificuldades de adequação do espaço para que seu compartilhamento ocorra de modo confortável a todos.

Seguindo o corredor de acesso à cozinha, ao lado direito encontra-se o quarto do Sérgio, o qual tem como área seis metros quadrados. Em seu espaço está contida uma cama de casal e um guarda-roupa. Apesar de ser o único quarto com porta, não há forro, prejudicando a acústica do ambiente. O quarto é pequeno, quente e bastante mal iluminado.

Ao lado do quarto do Sérgio, encontra-se o banheiro, com um pouco mais de quatro metros quadrados. Frente aos layouts convencionais de residências (pia, sanitário e chuveiro) e em comparação ao dimensionamento do restante da casa, percebe-se um pouco de generosidade espacial, como relatado pelos moradores na primeira visita. No entanto, por não ter janela e um pé-direito reduzido, a umidade intensifica neste ambiente.

A cozinha, a qual tem relação com o meio externo através somente de uma porta que abre para o quintal, é composta por fogão, geladeira, uma pequena mesa, pia, armários e prateleiras. A disposição do layout permite o livre fluxo de passagem do corredor até o quintal. Contudo, o mesmo não ocorre com a ventilação, a qual por falta de adequadas aberturas, compromete o conforto térmico do compartimento. Por essa razão, os moradores preferem fazer as suas refeições na varanda.

A área de serviço da casa é coberta pelo beiral da residência, composto de telha cerâmica e está integrado com o quintal, o qual possui 13m de profundidade. Neste, há plantação de ervas e árvores frutíferas.

Em se tratando de sistemas construtivos, a fundação estrutural da casa foi feita a partir de baldrames, técnica bastante difundida entre os moradores do Poço. As vedações verticais são compostas por alvenaria, amarradas por uma cinta de concreto.

As vedações horizontais, por sua vez, são compostas por tijolo cerâmico de nove centímetros e argamassa de cimento. A cobertura tem como madeiramentos as linhas, terças, caibros e ripas, e o restante do telhado composto por telhas cerâmicas de dez milímetros. O acabamento das paredes é feito através de reboco e tinta cal. Nas áreas molhadas, como os pisos, paredes de banheiro e balcão da cozinha, o revestimento é feito por cerâmica branca de 40x40cm.

Duas portas da casa são de compensado de madeira e o portão de acesso é de aço fundido, com mosaicos, de cor preta. Quanto às janelas, a casa possui somente o cobogó na fachada principal, o qual é composto por blocos pré-moldados de concreto, e uma janela de madeira entre a sala e a varanda.

[25] Sérgio Rocha, na porta de sua casa. Acervo da autora.

[26] Fachada da casa, na Rua Viaduto Moreira da Rocha. Acervo da autora.



[27] Sala de estar, logo após a varanda de entrada. Acervo da autora.

[28] Quarto compartilhado por três gerações, mãe, filha e neto. Acervo da autora.



[29] Corredor que vai até a área de serviço. Acervo da autora.



[30] Quintal da casa. Acervo da autora.



## contato com o construtor

[conhecendo o ivan]

O Ivan é o principal construtor da comunidade do Poço da Draga. Quem não auto-constrói, o contrata para fazer reformas e, principalmente, expansões. A agenda dele é lotada e apenas com projetos da comunidade. Além de construir, ele ajuda a definir layouts, bem como orienta os moradores sobre a obra. Foi ele quem fez a última reforma da casa do Sérgio e quem fará a próxima.

O conheci na casa de sua mãe, D. Zenir. Ela e a maioria dos seus dez filhos residem no Poço da Draga. O Ivan compartilhou, comigo e com o Sérgio, um pouco da sua história, das reformas que já fez e do seu dia-a-dia nas obras.

Além de construir, ele fica responsável por comprar os materiais de construção necessários, o que costuma ser no Depósito O Senhorzinho, a 4 km da comunidade, localizado no Pirambu. Segundo ele, o depósito tem bastante variedade e um bom preço.

Ivan costuma ser auxiliado por dois jovens moradores da comunidade, mas desabafa que está cada vez mais difícil encontrar parceiros para a obra e que, muitas vezes, prefere trabalhar sozinho a ter que se responsabilizar por terceiros. No entanto, aponta que alguns meninos da comunidade estão fazendo cursos técnicos e profissionalizantes e que essa realidade pode melhorar.

Após uma conversa informal, questionei quais seriam as principais técnicas utilizadas por ele, bem como que sistemas construtivos eram mais utilizados na comunidade. Ivan costuma utilizar preferencialmente tijolo cerâmico, embora já tenha construído com bloco de concreto, baldrames para fortalecer a estrutura, pilares e vigas de concreto pré-moldados e laje volterrana com enchimento de isopor.

Para ele, o ideal é que os moradores deixem a estrutura bem reforçada, para caso queiram expandir verticalmente no futuro. Ele admite que não gosta de fazer muitos “puxadinhos”, para não danificar a estrutura da casa. E que muitas vezes deixa de aceitar o serviço por isso.

**O melhor é deixar a estrutura toda no ponto, desde a fundação, mesmo se não quiser construir em cima. Porque as vezes a gente pensa que não**

[31] Principal construtor do Poço da Draga, Ivan Gois. Acervo da autora.



**quer fazer, pra não gastar, mas no futuro acaba fazendo e gasta bem mais. Geralmente, é sempre assim.**

[Ivan, 2016]

Discutimos, assim, possíveis técnicas e sistemas construtivos a serem utilizados na casa do Sérgio, para oferecer maior flexibilidade em futuras reformas e novas demandas por ampliação. Ivan disse orientar os moradores a construir terraços impermeabilizados, como laje de forro, para evitar desperdício com madeira e telha. Assim, em casos de verticalização, essa laje funcionaria como laje de piso para um novo pavimento. E antes disso, poderia ser utilizada como área de lazer para a família.

Nossa primeira conversa foi bastante esclarecedora, pois Ivan conhece toda a realidade construtiva da casa do Sérgio, bem como tem bastante experiência em construir e conceber projetos no Poço da Draga.

## elaborando opções

[ferramentas utilizadas]

Durante os primeiros encontros com os moradores, alguns desejos foram relatados.

O Sérgio demonstrou interesse em criar mais um pavimento, para construir um novo quarto, mais confortável e mais amplo para ele. E Dona Geralda, o interesse em melhorar a ventilação e a iluminação natural da casa, bem como unir a área de serviço à cozinha, para assim proteger sua nova máquina de lavar da chuva. Além disso, demandaram uma melhor disposição dos equipamentos e das instalações da cozinha, para que a tornasse mais funcional.

Os dois foram unânimes em relação a diminuir o espaço interno do banheiro, para ampliar os outros cômodos. Embora tenham reformado a pouco tempo, ficaram desgostosos com o resultado, principalmente com os problemas de umidade, agravados pela falta de janela.

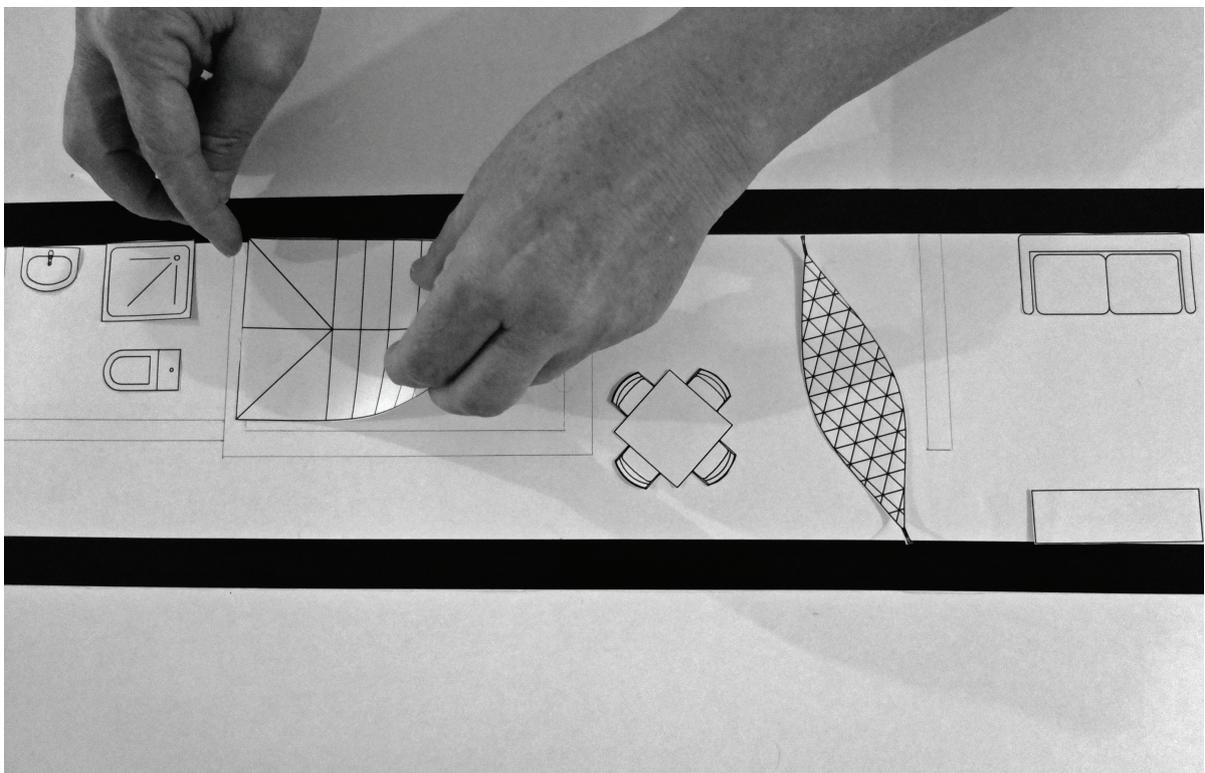
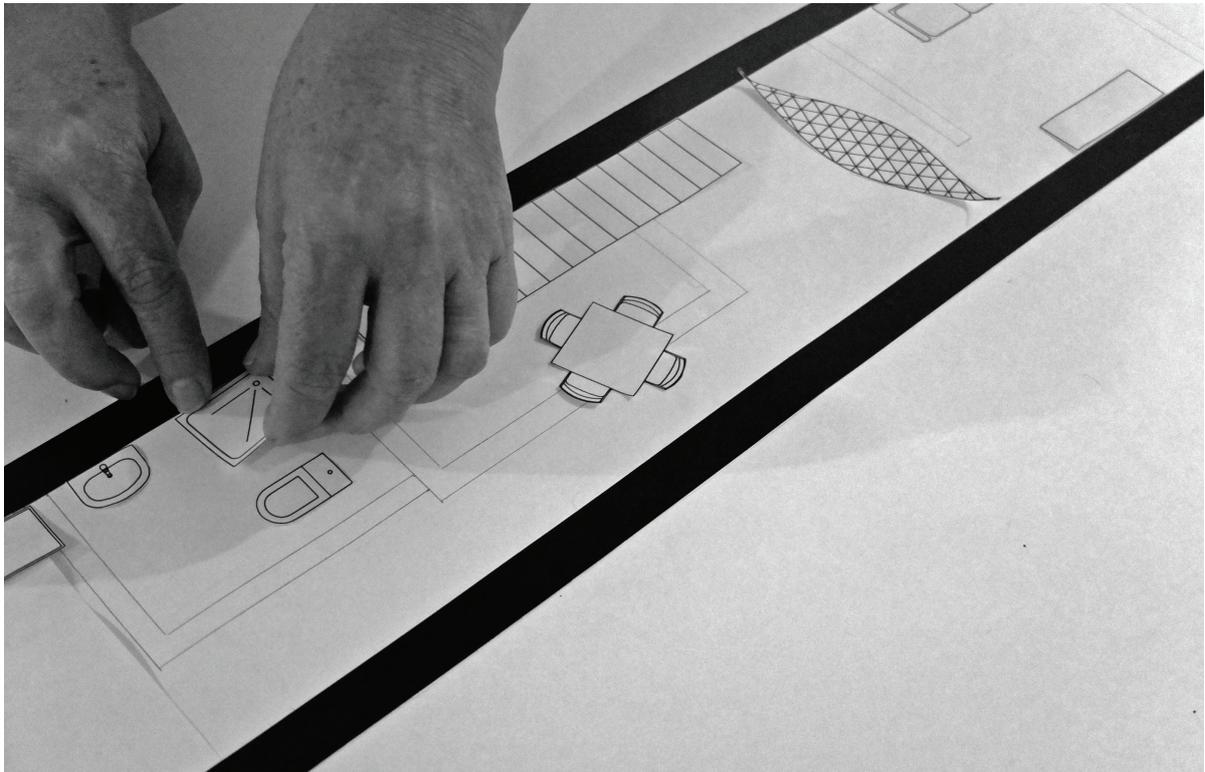
Dona Geralda apontou também o desejo de ter um espaço mais amplo para melhor acomodar a filha, o genro e o neto. Atualmente, o genro mora no interior e vem visitar a família aos finais de semana. Sílvia já cogitou viajar, mas Dona Geralda suspeita que não é de sua vontade e que dessa forma continuará a viver no Poço da Draga.

Ainda durante a primeira visita, o Sérgio relatou o desejo de construir uma escada em L, na varanda de entrada da casa, para dar acesso ao pavimento superior. De imediato, percebi a inviabilidade da proposta, visto o ambiente ser bastante reduzido. Mas, no dia, faltavam ferramentas para melhor discutir a ideia.

Nesse intuito, utilizei uma planta na escala de 1/25, em papel cartolina, feita com fita isolante nas bordas. Internamente, o desenho das alvenarias existentes estava registrado em lápis. A representação dos móveis, das vedações e dos diferentes tipos de escada [reta, em L e em U] se deu por blocos impressos numa folha de papel.

Ainda que deixando algumas lacunas, a ideia [uma adaptação simples de outras metodologias praticadas por grupos de acessoria técnica] nos permitiu uma melhor visualização das propostas, que foram surgindo de ambas as partes.

[32] Hipóteses pensadas para o novo layout no térreo, especificamente para a escolha do formato de escada mais adequado. Acervo da autora.



## **solução escolhida**

[hipóteses para melhoria contínua]

Possíveis soluções foram discutidas para as principais demandas apontadas pelos moradores, bem como suas implicações.

Para melhoria no térreo, levantei a possibilidade de abrir a varanda para a calçada e, assim, aumentar também a interação com outros moradores e amigos da comunidade. D. Geralda disse, porém, que por motivos de insegurança preferia mantê-la fechada. De fato, o medo e a insegurança estão presentes em cada canto da cidade, aumentando muros e barreiras. Para meio termo, propus aumentar a área de cobogós da fachada, para aumentar a entrada de luz e vento, o que foi bem aceito pelos moradores.

Ainda sobre a questão de conforto térmico, discutimos a ideia de criar um pátio interno na casa, para permitir a ventilação cruzada e a entrada de luz. Porém a ideia foi descartada devido à área reduzida do pavimento e ao custo que implicaria. D. Geralda pretende fazer um empréstimo, com a ajuda dos filhos, para custear a reforma, que precisará ser feita em etapas.

Discutimos as propostas dos moradores de reduzir a área do banheiro e integrar a área de serviço à cozinha, além de possíveis layouts para essa. Atualmente, a cozinha possui uma bancada que dificulta a funcionalidade do ambiente. Para D. Geralda, a bancada ao invés de ajudar, atrapalha. Dessa forma, optamos por um layout mais simples, que deixasse o ambiente com mais espaço livre. Ademais, por criar mais uma abertura para o quintal, através de janela ou cobogós.

Para a expansão, algumas questões foram colocadas. Por gostarem muito do quintal, a ideia de ampliar o térreo da casa foi descartada. Por conseguinte, discutimos possíveis formas de criar um pavimento superior. A priori, a necessidade foi colocada pelo Sérgio, por querer mais privacidade e um quarto mais amplo e confortável. D. Geralda salientou, porém, preferir dormir na sala, pois é acostumada a dormir em rede e em ambientes abertos, mas demonstrou interesse em melhorar a estadia da filha e do neto, para que dessa forma possam permanecer na comunidade. Assim, tornou-se mais indicado a construção de dois quartos. Como para Sílvia também seria importante

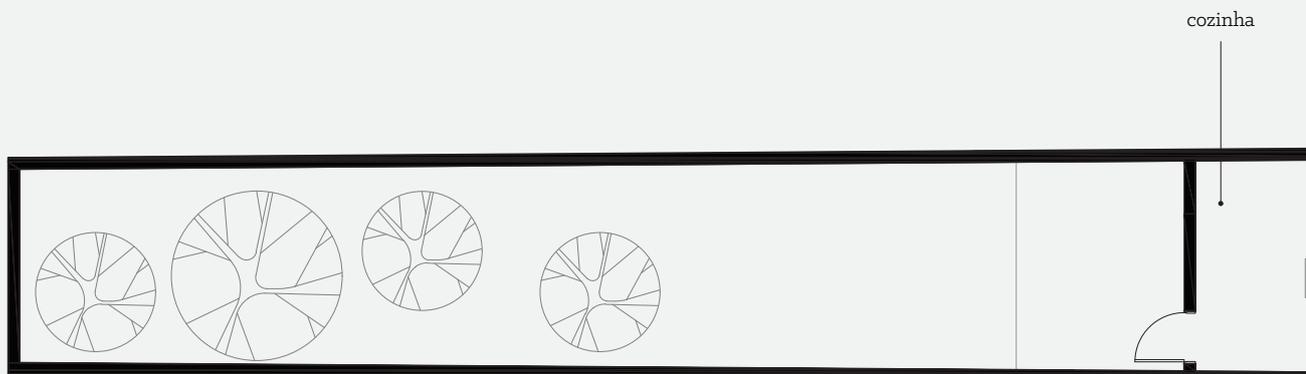
ter mais privacidade, visto que recebe semanalmente a visita do seu marido, decidimos que seu quarto deveria ser fechado em relação ao corredor. O que implicou que fosse construído no pavimento superior, quando a família conseguisse mais recursos financeiros para a obra.

Algumas demandas e discussões colocadas foram desenhando o layout. A escada deveria permitir acesso aos dois quartos superiores, que seriam construídos em momentos diferentes. Observamos que os quartos deveriam se localizar nas extremidades do pavimento, para garantir melhor privacidade, amplitude e conforto. Assim, a escada deveria estar localizada entre eles. Além disso, Sérgio relatou interesse que seu quarto tivesse vista para o quintal e para o mangue, mesmo estando no poente, o que não teria imaginado se não fosse sua participação. Para dar mais sombra, bem como contemplar melhor a vista analisamos a possibilidade de uma varanda no quarto.

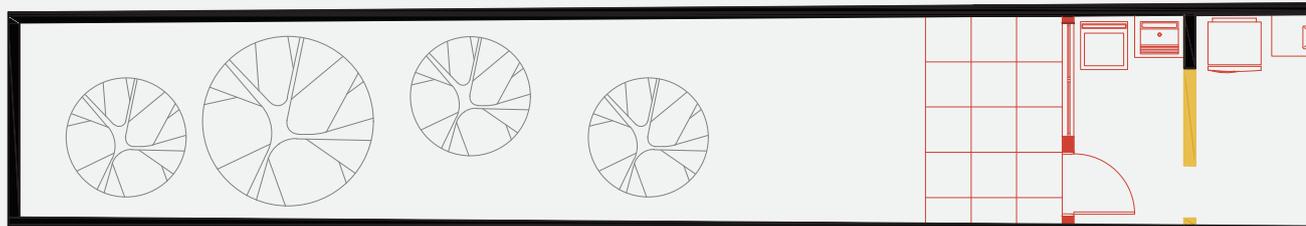
Dessa forma, surgiu a solução mais adequada para o pavimento superior. Inicialmente seria construído o quarto do Sérgio, na extremidade oeste da casa, um banheiro em cima do já existente, a escada e um terraço, assim como colocado pelo Ivan, que permitisse a futura ampliação sem desperdício de telhas e madeira, e já com a estrutura adequada para receber mais esforços.

Após obterem mais recursos, seria feito a segunda ampliação, com a construção do segundo quarto. Optamos ainda por deixar um espaço livre e flexível, que possa ser utilizado, por exemplo, como área de estudos ou de dormida do filho do casal. Assim como na sala, esses ambientes mais flexíveis quanto ao uso, poderiam ser divididos apenas com uma cortina.

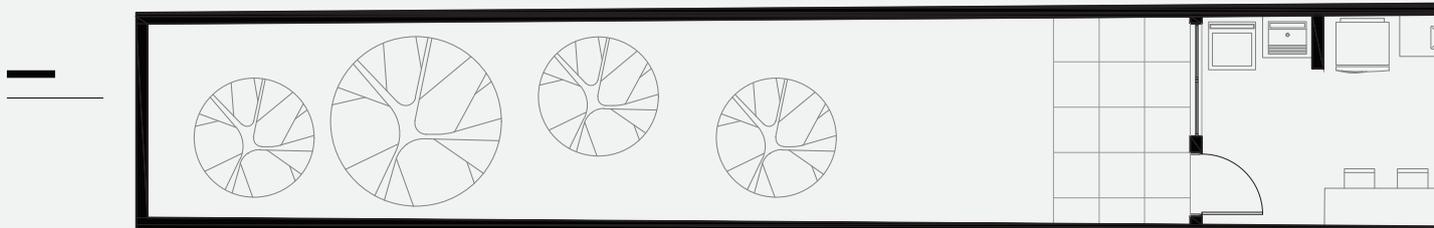
Como coberta para o primeiro pavimento, algumas opções ficaram em aberto e deverão ser analisadas ao longo do processo construtivo, de acordo com as novas necessidades que o tempo trouxer. Das propostas colocadas em discussão, estão: cobertura em telha cerâmica com duas águas, com caimento para o quintal e para a rua e laje impermeabilizada, com a criação de um terraço com vista para a praia. A opção do terraço permitiria o uso da família, bem como a criação de mais um cômodo.



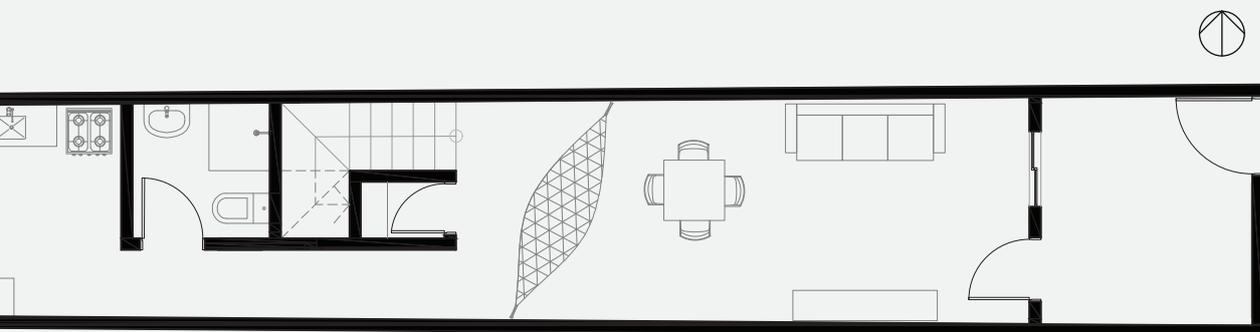
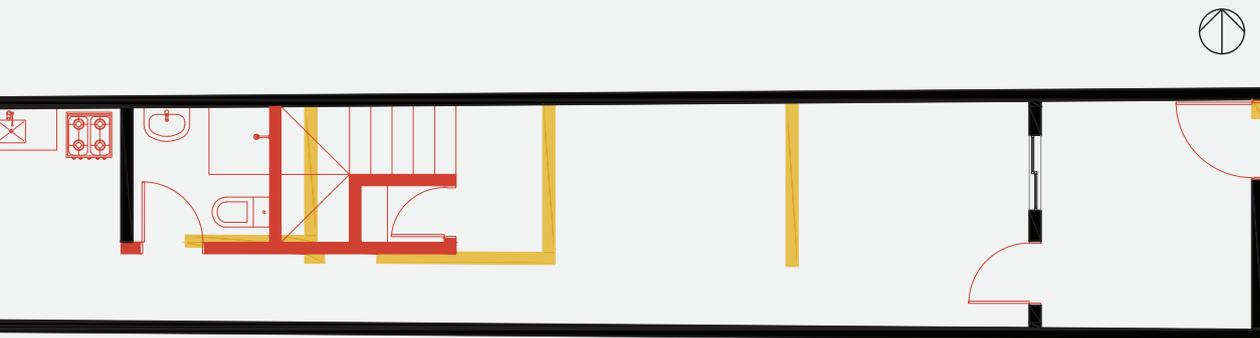
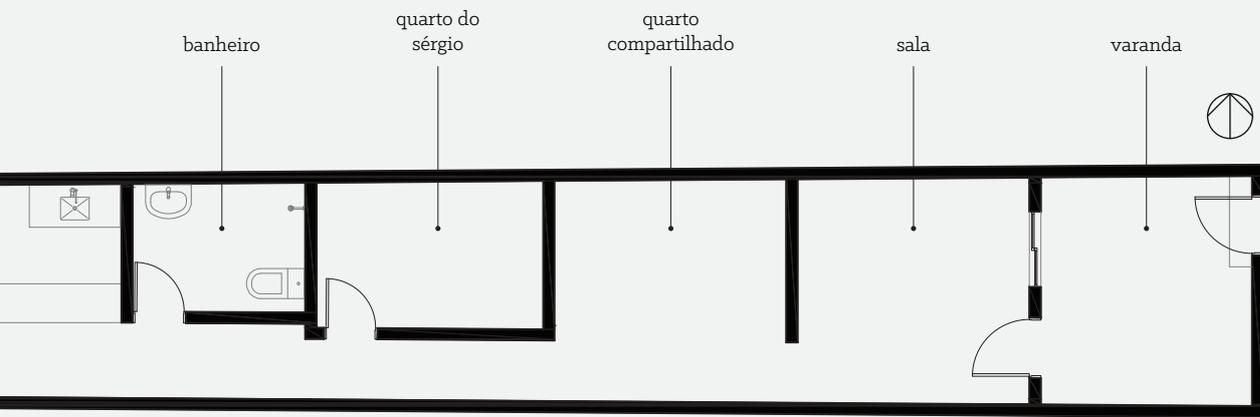
[33] Planta baixa levantada. Escala 1:100



[34] Planta baixa demolir e construir. Escala 1:100



[35] Planta baixa da solução escolhida pelos moradores. Escala 1:100



Optamos por utilizar na casa do Sérgio sistemas construtivos tradicionais e técnicas já utilizadas pelo Ivan em reformas na comunidade. Que são: fundação com o uso de baldrames, para suportar novos esforços; vigas e pilares pré-moldados; laje volterrana com enchimento em isopor e blocos de cerâmica como vedação.

Porém, observa-se que seria interessante à comunidade testar novos materiais e técnicas construtivas, mais acessíveis, adaptáveis e sustentáveis, que evitem desperdícios e entulhos, que priorizem materiais reciclados e que estimulem o engajamento feminino nas etapas de construção. Nesse sentido, foi pensada a interface digital, para criar um banco de dados compartilhado e alimentado pelos moradores.



[36] Planta baixa do primeiro pavimento. Primeira expansão. Escala 1:100



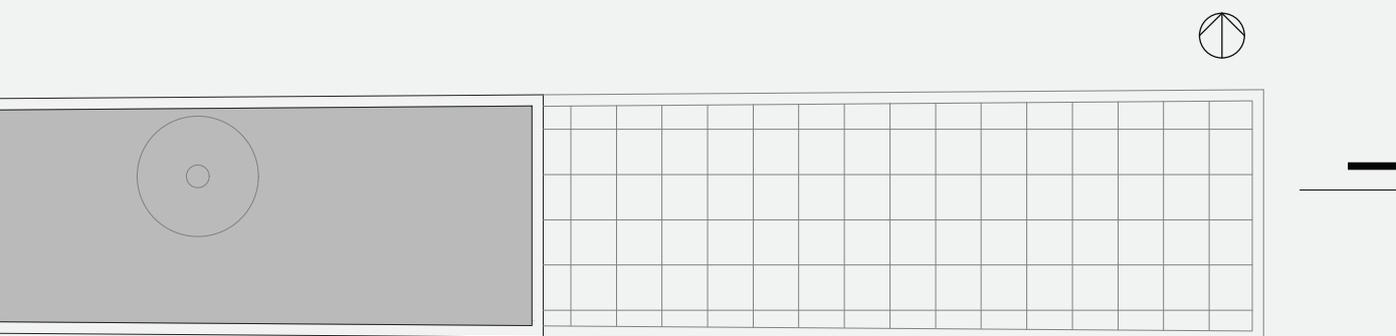
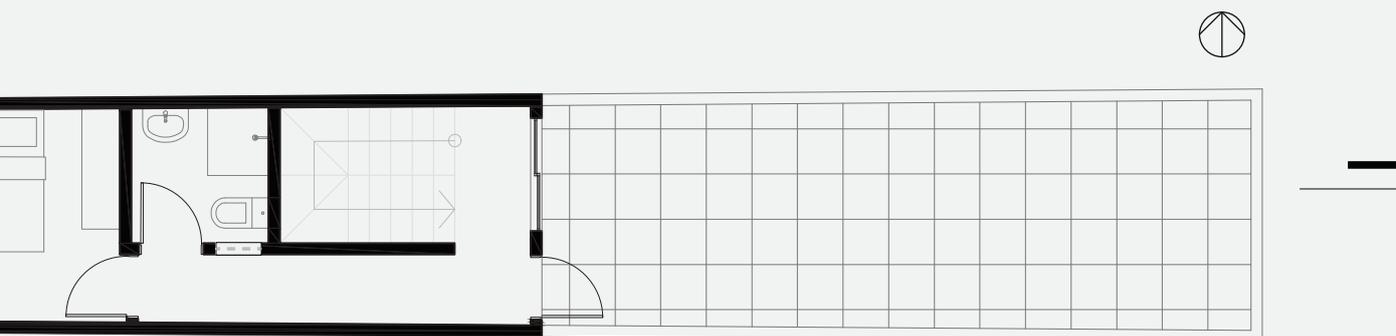
[37] Planta de cobertura do primeiro pavimento. Primeira expansão. Escala 1:100

**Adoro esse quintal, tem de tudo aqui. Antigamente não tinha muro, a gente saía correndo para brincar no mangue.**

[Sérgio, 2016]

**Vai ser babado. Vou poder chamar os amigos lá pra casa. Tomar minha cervejinha tendo a vista do mangue. Já pensou?**

[Sérgio, 2017]





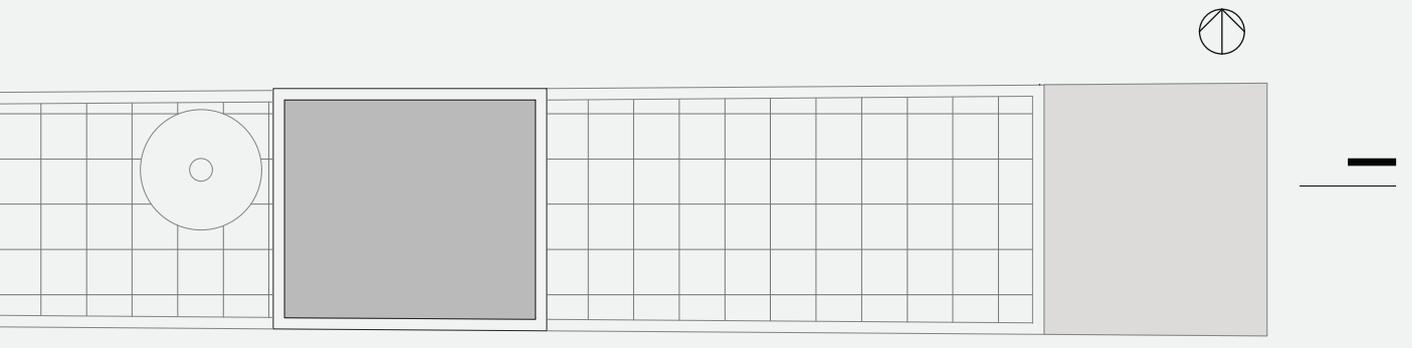
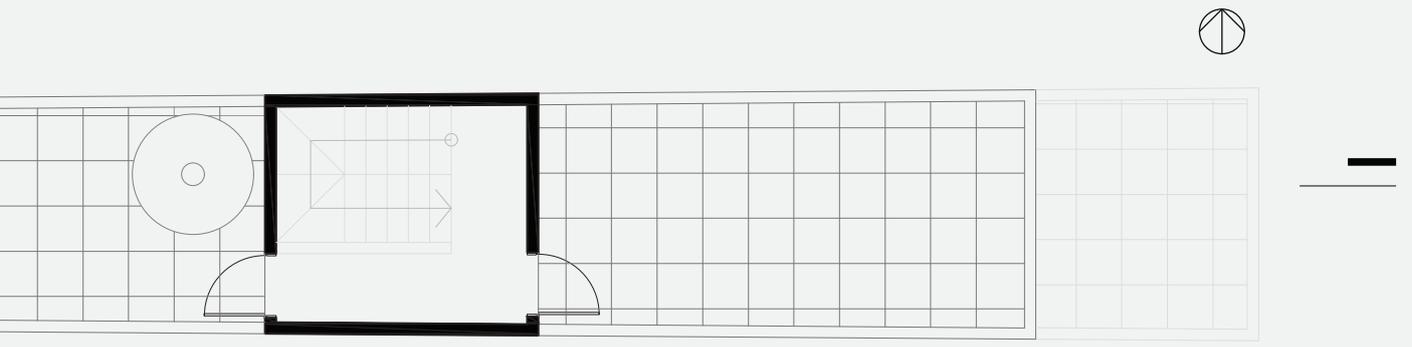
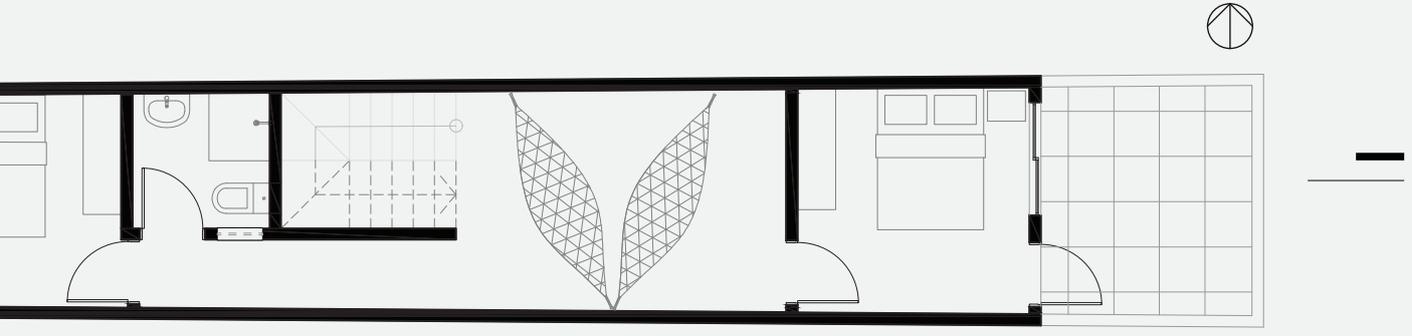
[38] Planta baixa do primeiro pavimento. Ampliação. Escala 1:100



[39] Planta baixa do terraço. Escala 1:100

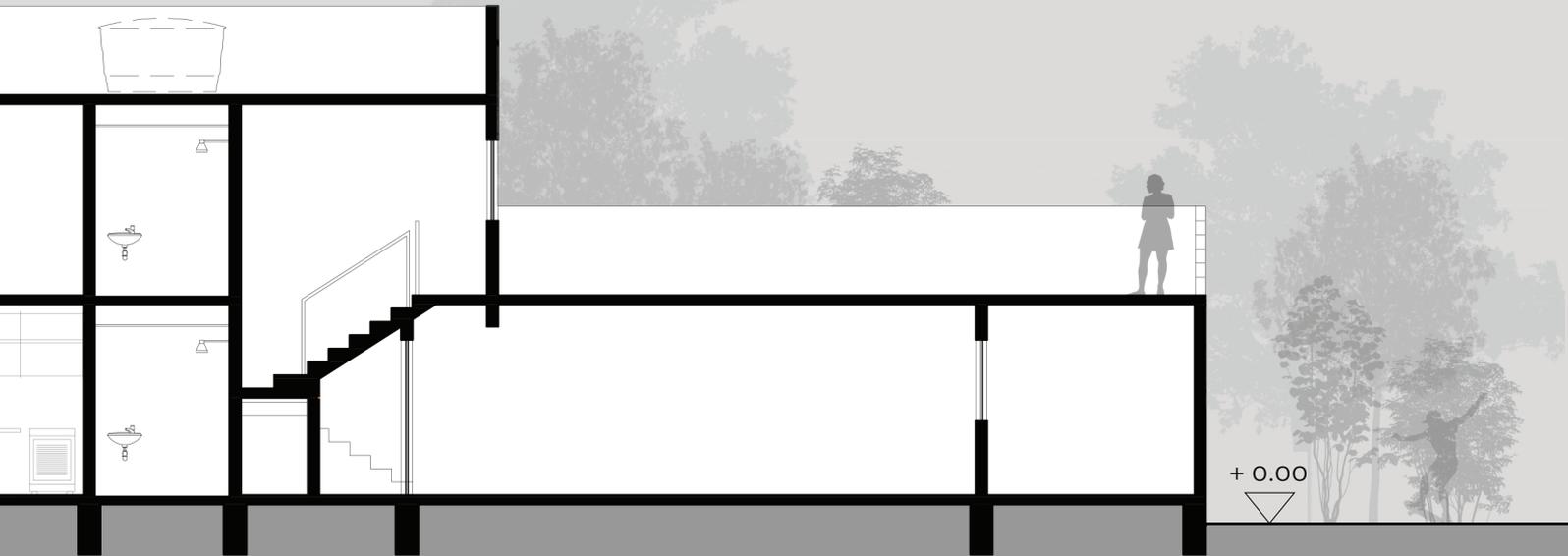


[40] Planta de coberta. Escala 1:100



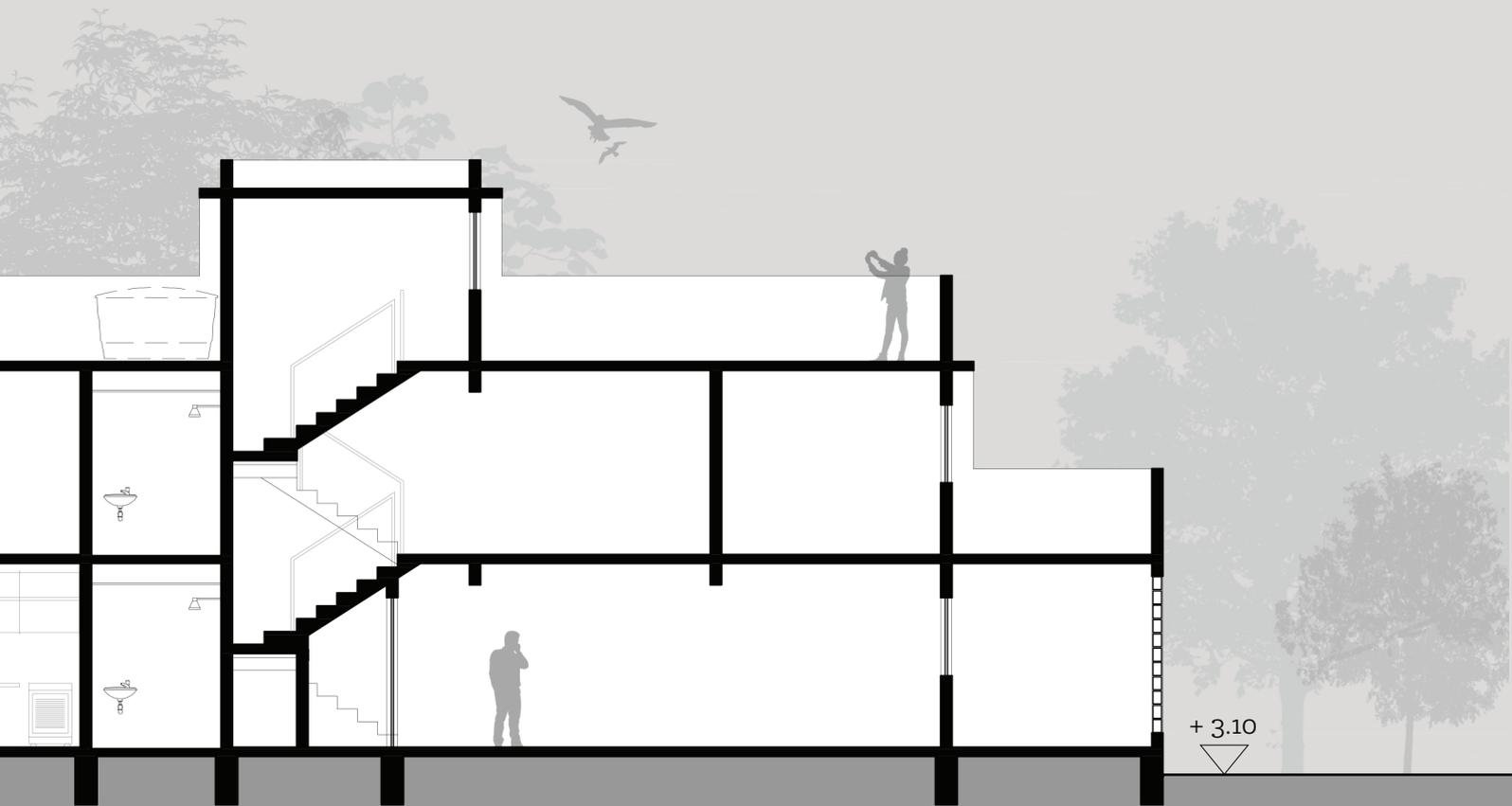
[41] Corte. Primeira expansão. Escala 1:100



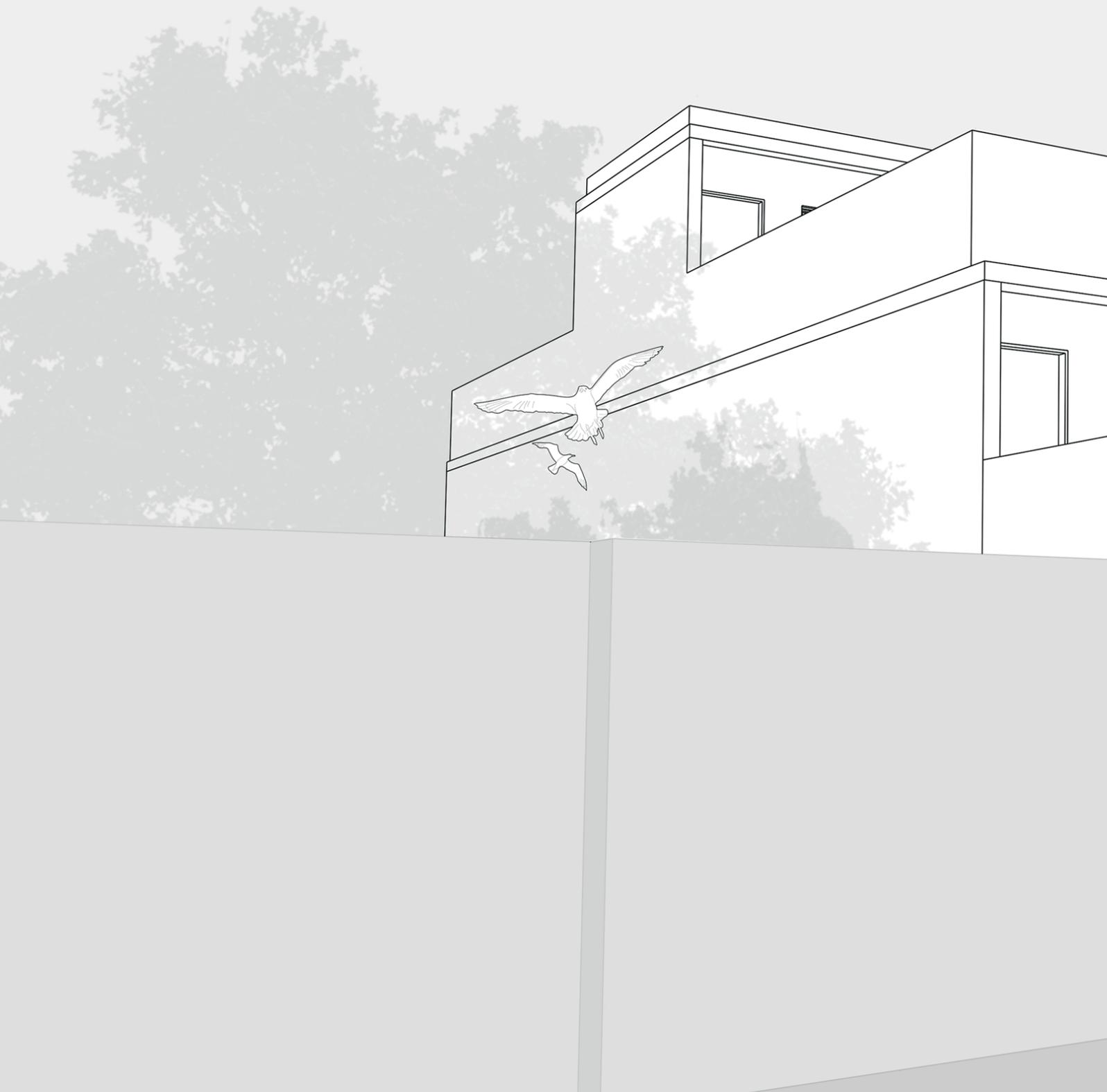


[42] Corte. Primeira expansão. Escala 1:100





[43] Perspectiva da solução escolhida.







06.

## **interface**

[ferramenta digital]

Para que o projeto anterior possa ser apropriado tanto pelos moradores como pelos construtores da obra, ampliando a participação destes e não reduzindo suas interferências, foi pensado o instrumento da interface digital.

Seu objetivo é oferecer ferramentas, baseadas nas idéias de livre acesso, modificação de acordo com as necessidades do usuário e redistribuição de informações, utilizando as disponibilidades de banco de dados, listas de discussão e documentos compartilhados para comunicação e colaboração.

Além do banco de dados com elementos construtivos para auxiliar o processo de melhoria das casas, a interface tem como intenção criar um banco de dados colaborativamente voltado para ações na comunidade, que contemple tanto processos de intervenções físicas, como de atividades culturais e de pesquisa.

Para que os moradores possam ter mais facilidade no acesso à interface, manipulada via web, poderia ser criada uma proposta de ilha digital, que concentrasse jovens moradores interessados em criação, manutenção de sites e programação de softwares. O incentivo e instrução desses jovens poderiam ser fornecidos em parceria com universidades ou com o Poder Público, assim a interface poderia ser alimentada colaborativamente, propiciando um processo de melhoria contínua tanto nas habitações como no espaço coletivo, bem como na atualização dos dados mais importantes para a comunidade.

O conceito de ilha digital encontra um forte exemplo em Fortaleza, no bairro Pirambu. Trata-se de uma ocupação com aproximadamente 350 mil habitantes, cuja concentração urbana é alta e índices de escolaridade muito baixos. Além disso, a criminalidade é bastante elevada, e encontra algumas de suas causas no desemprego, na falta de qualificação profissional e, por conseguinte, de oportunidades. Visando dar maiores perspectivas a esses moradores, o movimento EMAÚS e o antigo CEFET-CE se uniram com parte de seu corpo docente voluntário para prestar apoio e atividades socioeducativas em uma escola da região. Em 2003, com o apoio de uma empresa privada do ramo da

eletrônica, iniciaram um projeto de formação profissional de jovens do bairro [OLIVEIRA; TONIETO, 2009]. Para isso foi feito um processo seletivo, no qual 120 jovens entre 18 e 24 anos foram selecionados para as áreas de desenvolvimento de software e conectividade. Dos 120 selecionados, 80 se formaram, e desses, 28 montaram cooperativas ou empregaram-se em empresas do setor, e 52 ajudaram a montar a Cooperativa do Pirambu Digital.

A Cooperativa Pirambu Digital foi instalada em um galpão do EMAÚS e dividiu-se em quatro setores: Podes, Fácil, Trevo, Nega.

PODES, trata de um pólo de desenvolvimento de softwares populares, visando o acesso fácil para pequenos comerciantes, em suas aquisições, vendas e aluguéis.

FÁCIL, Fábrica de Computadores com Inteligência Local, recupera computadores doados, alugando-os a baixo custo e propiciando o acesso à internet nas residências do bairro.

TREVO, Treinamento e Eventos, desenvolve treinamentos presenciais e à distância para a comunidade, gerando oportunidades a partir de uma qualificação profissional para uma demanda local de mercado.

NEGA, Negócios e Administração, é responsável pela gestão dos demais setores, além das prospecções de novos negócios de interesse para a cooperativa.

Além dos quatro setores citados acima, os quais visam a sustentabilidade econômica da região, existem quatro setores para programas sociais denominados:

CASA DO SABER: prática da cidadania, visando educação alternativa para comunidade.

PIRAMBU BUSINESS SCHOOL: identificação de jovens empreendedores para prepara-los para o mercado e gestão de empreendimentos.

AGENTE DIGITAL: preparo de monitores para atividades de

tecnologia digital para o bairro.

UNIVERSIDADE DO TRABALHO: preparo de jovens para o ingresso em universidades.

A reaplicação desse conceito, o qual chegou a beneficiar mais de 6000 pessoas anualmente [OLIVEIRA; TONIETO, 2009], chegou a ocorrer em vários bairros da cidade de Fortaleza. Entre eles, o Projeto Titanzinho Digital [no bairro Serviluz]; o Projeto Pequeno Mundo [no bairro Padre Andrade]; o Projeto Ana Lima [no Bairro Pirambu]; o Projeto Palmeira Digital [no Conjunto Palmeiras]; e o Projeto e-Jovem [localizado em 8 entidades em Fortaleza e em 4 municípios do Estado]. O financiamento de todos esses projetos advém da produção dentro do bairro, apoio do EMAÚS, antigo CEFET-CE, Prefeitura de Fortaleza e investimentos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

A possibilidade de uma ilha digital na comunidade do Poço da Draga poderia ser viabilizada inicialmente com o uso do Pavilhão Atlântico no qual atividades culturais e de ensino são desenvolvidos. A aplicação do conceito da ilha digital, porém, teria que ser feita com suas devidas adequações à comunidade, haja vista esperar mais um ambiente colaborativo do que somente de empreendedorismo. A proposição colaborativa, por exemplo, ao viabilizar o acesso de moradores às informações produzidas para eles, cuja finalidade maior destacada neste trabalho é a melhoria do processo de construção, tanto na escala da casa, como na escala do Poço da Draga, e o acesso a informações e ferramentas de resistência da comunidade.

A interface digital proposta neste trabalho encontra-se dividida em “nossas casas” e “nosso poço”. Em “nossas casas”, encontram-se os itens “quero construir”, “materiais”, “ferramentas”, “projetos” e “adicionar”. No item “projetos”, por exemplo, são adicionados projetos de moradores da comunidade, com descrições de reformas, o antes, o processo de concepção, bem como as etapas de construção e uso. A ideia é que moradores e construtores possam dar feedbacks em relação a materiais e sistemas construtivos, bem como relatar mudanças realizadas ao longo do tempo.

No item “quero construir”, haverá um passo a passo que descreverá sistemas construtivos, técnicas construtivas e materiais necessários para a construção ou reforma de uma casa na comunidade. Itens

isolados poderão ser acessados, como materiais, que descrevem insumos e componentes construtivos necessários para a construção. Todos os itens podem ser editados, bem como podem ser adicionados novos, como sistemas e materiais alternativos.

Em “nosso poço”, há os itens “infraestrutura”, “horta”, “mobiliário”, “arte urbana”, “adicionar”. Em “atividades”, por exemplo, são descritas as atividades desenvolvidas na comunidade, como fomento para que novas atividades sejam pensadas e estimuladas entre os moradores. Além disso, há a opção “pesquisas”, na qual os usuários poderão encontrar os estudos atuais a respeito da condição socioeconômica da comunidade, inclusive a já apresentada neste trabalho, bem como outras desenvolvidas por moradores ou pesquisadores. No item “adicionar”, instrumentos de regularização fundiária poderão ser apresentados em forma de imagens, textos ou vídeos.

Espera-se que a interface possa apoiar os moradores da comunidade do Poço da Draga a realizar suas próprias visões e desenvolver habilidades e potenciais, tanto no âmbito da casa, como do espaço coletivo. O sistema ficará livre para que possam alimentar o banco de dados e compartilhar informações. Apenas para algumas dados que possam ser usados contra a comunidade, como o resultado do levantamento feito, será pedido um login e uma senha.



início

sobre

# p.Draga

entrar

buscar

## nossas casas

## nosso poço



início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar

## nossas casas

- quero construir
- materiais
- ferramentas
- projetos
- adicionar

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)

estrutura  
parede  
coberturas  
forros  
portas e janelas

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)

**estrutura**  
parede  
coberturas  
forros  
portas e janelas



fundação \_\_\_\_\_  
pilar \_\_\_\_\_  
viga \_\_\_\_\_  
**laje** \_\_\_\_\_

lajes distribuem a carga recebida para seus apoios, que usualmente são vigas.

são estruturas utilizadas como forro ou piso da edificação.

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga



## estrutura

- parede
- coberturas
- forros
- portas e janelas



## fundação

- pilar
- viga
- laje

## laje treliçada

[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)

+ INFORMAÇÕES

as lajes pré-fabricadas treliçadas são constituídas por vigotas de concreto compostas por armaduras treliçadas, elementos de enchimento, tais como EPS (isopor), lajota cerâmica ou de concreto, armadura complementar e capa de concreto. os elementos de enchimento não são elementos estruturais, mas tem a função de alívio de carga na laje além de serem isolantes térmicos e acústicos.

as vigotas são intercaladas com blocos ou lajotas com 32cm de largura em média.

as alturas comuns dos blocos são de 7cm, 12cm, 16cm e 20cm.

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

## laje treliçada

## materiais

- ferramentas
- processo
- orçamento
- dê sua opinião

[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)

VOLTE

## materiais

barras de aço;  
concreto complementar (areia, cimento e brita);  
lajotas de concreto ou lajotas cerâmicas ou EPS (isopor);  
tábua de escoramento, sarrafos e pontaletes;  
vigotas treliçadas.



[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

## laje treliçada

- materiais \_\_\_\_\_
- ferramentas** \_\_\_\_\_
- processo \_\_\_\_\_
- orçamento \_\_\_\_\_
- dê sua opinião \_\_\_\_\_

[downloads](#)[sua conta](#)

VOLTE

### ferramentas

enxada;  
pá;  
colher de pedreiro;  
despenadeira de madeira;  
betoneira;  
carrinho de mão;  
vibrador;  
martelo;  
serrote;  
lata 18L;  
equipamentos de proteção individual (EPI) – capacete, botas, óculos de proteção, protetor auditivo, luvas e cinturão de segurança.

0

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

## laje treliçada

- materiais \_\_\_\_\_
- ferramentas \_\_\_\_\_
- processo** \_\_\_\_\_
- orçamento \_\_\_\_\_
- dê sua opinião \_\_\_\_\_

[downloads](#)[sua conta](#)

VOLTE

### processo

[1] execute as fôrmas laterais em nível correto, com tábuas ou chapas de compensado;  
[2] inicie a colocação da laje por uma vigota posicionada próxima da viga e por um par de lajotas colocadas em cada extremidade do vão. a primeira linha de lajotas será colocada entre a viga e essa primeira vigota. as demais vigotas, deverão ser dispostas em paralelo. apoie as vigotas no mínimo 4cm sobre a viga. se apoiadas sobre a cinta de amarração, deixe pelo menos 5cm.  
[3] instale as passagens de tubulações e fixe as caixas para luz no teto.

0

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

## laje treliçada

- materiais \_\_\_\_\_
- ferramentas \_\_\_\_\_
- processo \_\_\_\_\_
- orçamento** \_\_\_\_\_
- dê sua opinião \_\_\_\_\_

[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)

VOLTE

### orçamento

a laje é vendida por m<sup>2</sup> e custa entre R\$ 21,00 e R\$ 27,00 o m<sup>2</sup>, já com a lajota ou isopor. +

a malha de ferro de 0,15 cm x 0,15 cm está em torno de R\$ 35,00.

e o concreto usinado em torno de R\$ 280,00 o m<sup>3</sup>.

fonte:

[www.custodaconstrucao.com](http://www.custodaconstrucao.com)

0

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

## laje treliçada

- materiais \_\_\_\_\_
- ferramentas \_\_\_\_\_
- processo \_\_\_\_\_
- orçamento \_\_\_\_\_
- dê sua opinião** \_\_\_\_\_

[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)

VOLTE

### dê sua opinião

vantagens: +

desvantagens:

0



início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar

## nossas casas

- quero construir
- materiais**
- ferramentas
- projetos
- adicionar



início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar



## peças de madeira

+ INFORMAÇÕES

por ser um material naturalmente resistente e relativamente leve, a madeira é frequentemente utilizada para fins estruturais e de sustentação de construções.

é um dos materiais mais utilizados na construção civil.

pode fazer de parte de estruturas, coberturas, móveis e decorações, podendo ser utilizada ainda no uso para acabamento interno da casa, como em batentes, portas, janelas e pisos.

durante a obra, pode ser utilizada também em fôrmas para concreto.



[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

## peças de madeira

[aplicações](#)[orçamento](#)[fornecedores](#)

ver processos construtivos com esse material

[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)

VOLTE

## fôrmas

podem ser utilizadas na execução de estruturas em concreto, como vigas e pilares, e são compostas de painéis e elementos estruturantes.



os painéis podem ser:

\_ tábuas, como as de pinus ou cedrinho;

\_ compensados, chapas resinadas

de menor custo de aquisição.

os principais materiais utilizados

como elementos estruturantes são:

\_ pontaletes, dispostos na horizontal

ou na vertical para o escoramento e vigamento da fôrma;

\_ sarrafos, para emendar peças e reforçar as tábuas

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

## peças de madeira

[aplicações](#)[orçamento](#)[fornecedores](#)

ver processos construtivos com esse material

[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)[coberturas](#)[portas e janelas](#)[mobiliário](#)[pergolado](#)[adicionar](#)

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

[downloads](#)[sua conta](#)

## nossas casas

- quero construir
- materiais
- ferramentas**
- projetos
- adicionar

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

[downloads](#)[sua conta](#)

## prumo

existem dois tipos de prumo com ações diferentes na construção civil. o prumo de face, que pode ser reconhecido como prumo de parede, tem a função de mostrar ao construtor se a parede construída, ou em construção, está totalmente apurada, em linha vertical.

o prumo de centro tem o peso metálico em forma de pião e permite determinar uma linha vertical a partir de um ponto qualquer, transferindo este ponto de um plano horizontal a outro. para perceber quando o ponto é encontrado através do prumo de centro é fácil: basta observar sua ponta. se ela ficar reta e alinhada, com o cordão esticado, isto significa que a base está apurada.





início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar

## nossas casas

quero construir

materiais

ferramentas

**projetos**

adicionar



início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar



casa do serginho  
adicionar



[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)

## casa do serginho

+ INFORMAÇÕES

o sérgio rocha, líder do movimento PROPOÇO, divide sua casa com outros 3 ocupantes, sua mãe, sua irmã e seu sobrinho. a casa está localizada na na rua viaduto moreira da rocha. a ocupação é de aproximadamente 66m<sup>2</sup>, em um lote de 104m<sup>2</sup>. o restante faz parte do recuo de fundo da propriedade, uma área permeável, repleta de frutíferas e de grande valor para os moradores.



a reforma da casa está prevista para julho de 2017 e o projeto está sendo mediado por uma arquiteta.

todas as informações levantadas da casa, bem como as etapas de concepção, construção e uso ficarão disponíveis no site.

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)

## casa do serginho

[antes](#)[processo](#)[construção](#)[uso](#)

VOLTE

## processo

O processo foi participativo. Utilizou-se uma planta na escala de 1/25, em papel cartolina, feita com fita isolante nas bordas. Internamente, o desenho das alvenarias existentes estava registrado em lápis. A representação dos móveis, das vedações e dos diferentes tipos de escada [reta, em L e em U] se deu por blocos impressos numa folha de papel. Mesmo deixando algumas lacunas, que precisaram ser discutidas oralmente, a ideia permitiu uma melhor visualização das propostas, que foram surgindo de ambas as partes. A solução escolhida surgiu do pro-





início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar

## casa do serginho

VOLTE

### downloads

ProjetoSérgio\_01.skp



ProjetoSérgio\_01.dwg

ProjetoSérgio\_01.pdf

Imagem\_001.jpeg

Imagem\_002.jpeg

Imagem\_003.jpeg



início

sobre

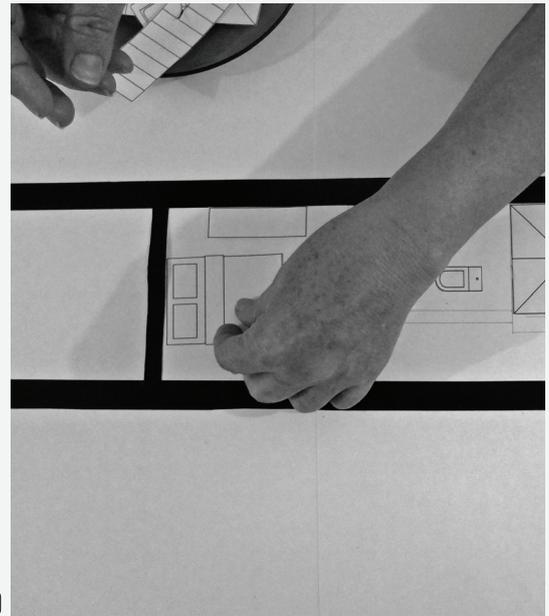
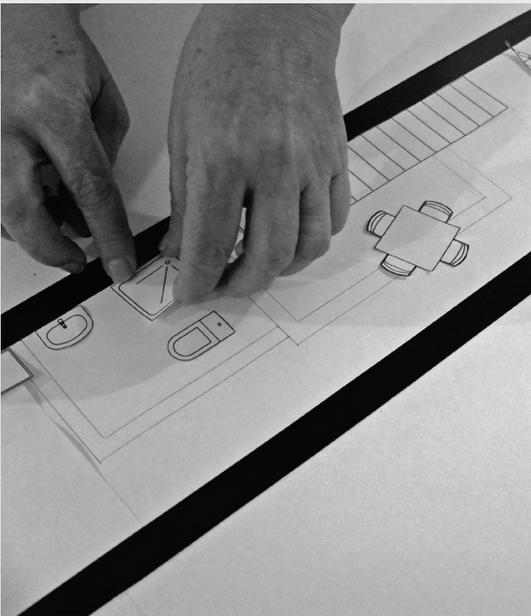
# p.Draga

downloads

sua conta

buscar

## casa do serginho



[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

## casa do serginho

[antes](#)[processo](#)[construção](#)[uso](#)[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)[VOLTE](#)

### construção

a obra será executada por ivan gois, morador e construtor da comunidade, que também participou do processo de concepção da proposta.



aqui serão adicionadas fotos ou vídeos das etapas da construção, bem como serão registradas possíveis alterações da proposta, ao longo da obra, e as soluções construtivas escolhidas.

a priori, a fundação será reforçada com **baldrames; vigas e pilares pré-moldados; laje volterrana** com enchimento em **isopor e blocos de cerâmica** como vedação.

[início](#)[sobre](#)

# p.Draga

## casa do serginho

[antes](#)[processo](#)[construção](#)[uso](#)[downloads](#)[sua conta](#)[buscar](#)[VOLTE](#)

### USO

aqui serão adicionadas fotos ou comentários das alterações realizadas pelos moradores, ao longo do tempo, para adaptar a possíveis novas demandas.





início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar



quero construir

atividades

pesquisas

adicionar

## nosso poço



início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar



infraestrutura  
horta  
mobiliário  
arte urbana  
adicionar





[início](#)

[sobre](#)

# p.Draga

[downloads](#)

[sua conta](#)

[buscar](#)



[quero construir](#)



[atividades](#)



[pesquisas](#)



[adicionar](#)

## nosso poço



[início](#)

[sobre](#)

# p.Draga

[downloads](#)

[sua conta](#)

[buscar](#)



[bazar](#)  
[caia no poço](#)  
[porto do som](#)  
[aniversário do poço](#)  
[expresso](#)





início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar

- 
- 
- 
- +

\_\_\_\_\_ quero construir  
 \_\_\_\_\_ atividades  
 \_\_\_\_\_ **pesquisas**  
 \_\_\_\_\_ adicionar

## nosso poço



início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar



^  
 dados sócio-espaciais  
 como regularizar?  
 poéticas do poço  
 adicionar  
 v



início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar



0 50 100 200

## dados sócio-espaciais

+ INFORMAÇÕES

O movimento ProPoço percorreu todo a comunidade, com a missão de levantar dados mais atuais da e gerar no próprio morador o interesse de um olhar mais atencioso e crítico sobre o local onde vive.

A implementação da metodologia contou com a participação de alunos da Universidade de Fortaleza [UNIFOR] e da Universidade Federal do Ceará [UFC]. A colaboração com o grupo ocorreu na medida em que este buscava compatibilizar os dados levantados por órgãos públicos com a realidade local.

Atualize o dados da sua casa e ajude a retratar de forma mais minuciosa a realidade local.



início

sobre

# p.Draga

downloads

sua conta

buscar

## dados sócio-espaciais

material da casa

rip

situação da casa

ficha

- alvenaria com reboco
- alvenaria sem reboco
- alvenaria com e sem reboco
- alvenaria e madeira
- alvenaria e taipa
- não levantadas



0 50 100 200

desdoblamentos

07.

## desdobramentos

Apesar de pertencer a uma ZEIS, a comunidade do Poço da Draga ainda se encontra em condições de muita fragilidade. Não se trata de um caso isolado, haja vista essa condição na cidade de Fortaleza encontrar-se em constantes conflitos de interesse. Nesse sentido, a pesquisa realizada com os próprios moradores deu-lhes um panorama das suas identidades e das deficiências de infraestrutura, que permanecem com deficiência em políticas públicas necessárias para a manutenção da comunidade no local, e, mais ainda, da sua integração com o restante da cidade. Nesse sentido, o movimento Propoço tem sido importante para que as atualizações dos dados acerca da comunidade ocorram, que sejam apresentados os confrontos com os dados oficiais com consistência, uma vez que a pesquisa conta com metodologia, pesquisadores e dados de confiança.

Por sua vez, a conclusão propositiva deste TFG busca se dar em coerência com as inquietações teóricas abordadas nas primeiras páginas, as quais certamente devem sofrer um processo de aperfeiçoamento contínuo no sentido de buscar responder às questões mais complexas sociais, com participação e envolvimento. Em determinado momento, o ímpeto de desenvolver um projeto impositivo parece facilitar o processo, ao passo que resultaria em delírios urbanos, monólogos projetuais, soluções formais que visam deixar a marca, e não solucionar problemas. Contra o delírio, o diálogo, a dialética, o ouvir em seu sentido mais fino, com acuidade, que busque o entendimento. Contra o monólogo, a participação, haja vista a resposta dos problemas encontrarem-se nos próprios problemas. Nesse sentido, a crítica deste trabalho se deu na medida em que o Poder Público não dialoga e age segundo critérios de aparência neutra, mas que marginaliza uma parcela majoritária da nossa sociedade. A mediação buscou o canal que instrumentalize a autonomia da comunidade no sentido de manter-se no lugar em condições seguras e adequadas do ponto de vista construtivo. Por fim, a interface teve como objetivo ampliar o canal entre os próprios moradores no sentido de registrar pesquisas a respeito do lugar, auxiliar processos de melhorias contínuas, estimular intervenções e atividades na comunidade e ir de encontro às condições de segregação da comunidade.

Apesar do esforço empregado neste trabalho, certamente seu limite de análise e aplicação da proposta deverá abrir caminhos para que outros futuros trabalhos refinem os dados levantados, pois o entendimento do objeto estudado não esgota, sobretudo no que se refere à dinâmicas urbanas. A partir do estudo de sistemas construtivos, materiais e técnicas aplicadas, futuros trabalhos poderão buscar suas melhorias e aplicações em diferentes tipologias. O conceito de interface, com a incorporação da ilha digital, modelo implementado com bons resultados no bairro do Pirambu, pareceu ser uma adequação às condições locais. Futuros trabalhos poderão buscar aprimorar o design de interface, a possibilidade de modelagem paramétrica para os componentes construtivos, e a criação de modelos ricos em informação.

## **bibliografia**

08.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **“Favelário nacional”**, In: “Corpo - novos poemas”, Editora Record, Rio de Janeiro, 1985.

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **A pattern language: Towns, buildings, construction**. New York: Oxford University Press, 1977.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: IPPUR/Fase, 1997.

ARANTES, O. B. F. . **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.

BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula; KAPP, Silke. **Por uma arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços**. Impulso 17. no. 44.2006, p.93-103.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BLANK, G. **Experiência de urbanização de favela carioca, Brás de Pina**. Dissertação de mestrado em Planejamento urbano e Regional. Rio de Janeiro, COPPE/PUR/UFRJ, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **Estrutura, habitus e prática**. In: A economia das trocas simbólicas. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 337-361.

CORBOZ, André. **Le territoire comme palimpseste et autres essais**. Besançon: Éditions de l'Imprimeur, 2001, p. 199-207.

FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. In: ARANTES, Pedro [Org].

- Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo, Editora Perspectiva. 2013
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In: Ermínia Maricato (et al.) Cidades Rebeldes: Passe Livre e As Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- HABRAKEN. N. J. **The structure of the ordinary: form and control in the built environment**. Cambrige: MIT Press, 2000.
- ILLICH, Ivan. **Tools for Conviviality**. Lisboa: Publicações Europa América, 1996.
- JACQUES, P. B. **Espetacularização urbana contemporânea**. In: FERNANDES, A.; JACQUES, P.B. [Org.] Territórios urbanos e políticas culturais. Cadernos PPG - AU FAUFBA, ano II, nº especial, 2004, p. 23-30.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KAPP, Silke; BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula. **Arquitetura livre, Projeto contínuo**. A&U - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 19, n. 123, p. 75-77, 2004.
- KAPP, Silke. **Por que Teoria Crítica da Arquitetura? Uma explicação e uma aporia**. In: Maria Lúcia Malard. (Org.). Cinco Textos Sobre Arquitetura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 115-167.
- KAPP, Silke; Baltazar dos Santos, Ana Paula; Nascimento, D. M. **Architecture as Critical Exercise: Little pointers towards alternative practices**. Field (Sheffield), v. 2, p. 7-29, 2008.
- KAPP, Silke; BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula; NOGUEIRA, Priscilla Silva. **Arquiteto sempre tem conceito – esse é o problema**. In: PROJETAR 2009, São Paulo. Projeto como investigação: antologia. Organização de Ruth Verde Zein. São Paulo: Editora Alter Market, 2009.
- KAPP, Silke. **Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no**

**plano de uma metrópole.** Cadernos Metrôpoles, São Paulo, V. 14, No. 28, 2012.

KAPP, Silke; CARDOSO, Adauto L. **Marco teórico da Rede Finep de Moraria e Tecnologia Social – Rede Morar T.S.** Morar TS. Revista Risco, v.17, p. 94-120, 2013. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05\\_biblioteca\\_2/arquivos/skapp\\_03\\_refl\\_risco17.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca_2/arquivos/skapp_03_refl_risco17.pdf). Acesso em: 22/11/2016.

FERNANDES, Edésio. **A regularização de favelas no Brasil: problemas e perspectivas.** In: SAULE JÚNIOR, Nelson (Org.). Direito à cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999.

FERRO, Sérgio. **O Canteiro e o Desenho.** São Paulo: Projeto Editores Associados, 1979.

GONDIM, Linda M. P. **A favela depois do Estatuto da Cidade: novos e velhos dilemas à luz do caso do Poço da Draga (Fortaleza-CE).** R. B. Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p 97-114, 2008.

HOKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica.** Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **From the social pact to the contract of citizenship.** In: ELDEN, S.; LEBAS, E.; KOFMAN, E. (Ed.). Henri Lefebvre – Key writings. London/New York: Continuum, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MEDEIROS, A. P. **O projeto urbano na crise da modernidade: uma reflexão sobre seus novos desafios e abordagens.** Anais do II Encontro Nacional da ANPARQ. Natal, 2012.

BRASIL, Ministério das Cidades ; DENALDI, R. (Org.) **Ações integradas de urbanização de assentamentos precários.** Brasília. 2009

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno: Arquitetura na segunda metade do século XX.** Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MONTANER, Josep Maria. **A modernidade superada: ensaios sobre arquitetura contemporânea.** São Paulo: Editora G. Gili, 2012.

MONTANER, Maria Josep; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política, ensaios para mundos alternativos**. Editora GG: São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Heloísa Maria Alves. **O Poço da Draga e a Praia de Iracema: Convivência, conflitos e sociabilidades**. 2006. 108f. Dissertação de mestrado do Programa de Pósgraduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. **Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do Espaço na Praia de Iracema**. 2001. 128f. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

STEVENS, Gerry. **O Círculo Privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

TURNER, John. **Vivienda: todo el poder para los usuarios**. Madrid: H. Blume, 1977.

TURNER, John. **Habitação de Baixa Renda no Brasil: Políticas atuais e oportunidades futuras**. Arquitetura IAB.no 68, 1968, p.17.

TAFURI, M. **Teorias e História da Arquitetura**. Madrid: Celeste, 1997.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WENDERS, Wim; KOLLHOFF, Hans. **“Una ciudad, una conversación”**. Quaderns d’Arquitectura i Urbanisme. Barcelona, 1988.



